

INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR

A REPÚBLICA POPULAR DA CHINA
NO MUNDO GLOBAL DO SÉCULO XXI

ATAS DO SEMINÁRIO
09 DE MAIO DE 2017

Coordenadores

Professora Doutora Teresa Maria Ferreira Rodrigues
Tenente-Coronel Rui Jorge Roma Pais dos Santos

IUM – Centro de Investigação e Desenvolvimento (CIDIUM)
Julho 2018

Os **Cadernos do IUM** têm como principal objetivo divulgar os resultados da investigação desenvolvida no/sob a égide IUM, autonomamente ou em parcerias, que não tenha dimensão para ser publicada em livro. A sua publicação não deverá ter uma periodicidade definida. Contudo, deverão ser publicados, pelo menos, seis números anualmente. Os temas devem estar em consonância com as linhas de investigação prioritárias do CIDIUM. Devem ser publicados em papel e eletronicamente no sítio do IUM. Consideram-se como objeto de publicação pelos Cadernos do IUM:

- Trabalhos de investigação dos investigadores do CIDIUM ou de outros investigadores nacionais ou estrangeiros;
- Trabalhos de investigação individual ou de grupo de reconhecida qualidade, efetuados pelos discentes, em particular pelos do CEMC e pelos auditores do CPOG que tenham sido indicados para publicação e que se enquadrem no âmbito das Ciências Militares, da Segurança e Defesa Nacional e Internacional;
- *Papers*, ensaios e artigos de reflexão produzidos pelos docentes;
- Comunicações de investigadores do IUM efetuadas em eventos científicos (e.g., seminários, conferências, *workshops*, painéis, mesas redondas), de âmbito nacional ou internacional, em Portugal ou no estrangeiro.

N.ºs Publicados:

1 – Comportamento Humano em Contexto Militar

Subsídio para um Referencial de Competências destinado ao Exercício da Liderança no Contexto das Forças Armadas Portuguesas: Utilização de um “Projeto STAFS” para a configuração do constructo

Coronel Tirocinado Lúcio Agostinho Barreiros dos Santos

2 – Entre a República e a Grande Guerra: Breves abordagens às instituições militares portuguesas

Coordenador: Major de Infantaria Carlos Afonso

3 – A Abertura da Rota do Ártico (*Northern Passage*). Implicações políticas, diplomáticas e comerciais

Coronel Tirocinado Eduardo Manuel Braga da Cruz Mendes Ferrão

4 – O Conflito da Síria: as Dinâmicas de Globalização, Diplomacia e Segurança

(Comunicações no Âmbito da Conferência Final do I Curso de Pós-Graduação em Globalização Diplomacia e Segurança)

Coordenadores: Tenente-Coronel de Engenharia Rui Vieira
Professora Doutora Teresa Rodrigues

- 5 – Os Novos Desafios de Segurança do Norte de África
Coronel Tirocinado Francisco Xavier Ferreira de Sousa
- 6 – Liderança Estratégica e Pensamento Estratégico
Capitão-de-mar-e-guerra Valentim José Pires Antunes Rodrigues
- 7 – Análise Geopolítica e Geoestratégica da Ucrânia
Coordenadores: Tenente-Coronel de Engenharia Leonel Mendes Martins
Tenente-Coronel Navegador António Luís Beja Eugénio
- 8 – Orientações Metodológicas para a elaboração de Trabalhos de Investigação
Coordenadores: Coronel Tirocinado Lúcio Agostinho Barreiros dos Santos
Tenente-Coronel Técnico de Manutenção de Material Aéreo Joaquim Vale Lima
- 9 – A Campanha Militar Terrestre no Teatro de Operações de Angola. Estudo da Aplicação da Força por Funções de Combate
Coordenadores: Coronel Tirocinado José Luís de Sousa Dias Gonçalves
Tenente-Coronel de Infantaria José Manuel Figueiredo Moreira
- 10 – O Fenómeno dos “*Green-on-Blue Attacks*”. “*Insider Threats*” – Das Causas à Contenção
Major de Artilharia Nelson José Mendes Rêgo
- 11 – Os Pensadores Militares
Coordenadores: Tenente-Coronel de Engenharia Leonel José Mendes Martins
Major de Infantaria Carlos Filipe Lobão Dias Afonso
- 12 – *English for Specific Purposes no Instituto Universitário Militar*
Capitão-tenente ST Eling Estela do Carmo Fortunato Magalhães Parreira
- 13 – I Guerra Mundial: das trincheiras ao regresso
Coordenadores: Tenente-Coronel de Engenharia Leonel José Mendes Martins
Major de Infantaria Fernando César de Oliveira Ribeiro
- 14 – Identificação e caracterização de infraestruturas críticas – uma metodologia
Major de Infantaria Hugo José Duarte Ferreira
- 15 – O DAESH. Dimensão globalização, diplomacia e segurança. Atas do seminário 24 de maio de 2016
Coordenadores: Tenente-Coronel de Engenharia Adalberto José Centenico
Professora Doutora Teresa Ferreira Rodrigues
- 16 – Cultura, Comportamento Organizacional e *Sensemaking*
Coordenadores: Coronel Piloto-Aviador João Paulo Nunes Vicente
Tenente-Coronel Engenheira Aeronáutica Ana Rita Duarte Gomes S. Baltazar

- 17 – Gestão de Infraestruturas Aeronáuticas
Major Engenheira de Aeródromos Adelaide Catarina Gonçalves
- 18 – A Memória da Grande Guerra nas Forças Armadas
Major de Cavalaria Marco António Frontoura Cordeiro
- 19 – Classificação e Análise de Fatores Humanos em Acidentes e Incidentes na Força Aérea
Alferes Piloto-Aviador Ricardo Augusto Baptista Martins
Major Psicóloga Cristina Paula de Almeida Fachada
Capitão Engenheiro Aeronáutico Bruno António Serrasqueira Serrano
- 20 – A Aviação Militar Portuguesa nos Céus da Grande Guerra: Realidade e Consequências
Coordenador: Coronel Técnico de Pessoal e Apoio Administrativo
Rui Alberto Gomes Bento Roque
- 21 – Saúde em Contexto Militar (Aeronáutico)
Coordenadoras: Tenente-Coronel Médica Sofia de Jesus de Vidigal e Almada
Major Psicóloga Cristina Paula de Almeida Fachada
- 22 – *Storm Watching. A New Look at World War One*
Coronel de Infantaria Nuno Correia Neves
- 23 – Justiça Militar: A Rutura de 2004. Atas do Seminário de 03 de março de 2017
Coordenador: Tenente-Coronel de Infantaria Pedro António Marques da Costa
- 24 – Estudo da Aplicação da Força por Funções de Combate - Moçambique 1964-1975
Coordenadores: Coronel Tirocinado de Infantaria Jorge Manuel Barreiro Saramago
Tenente-Coronel de Infantaria Vítor Manuel Lourenço Ortigão Borges

Como citar esta publicação:

Rodrigues, T. e Santos, R. (Coords.), 2018. *A República Popular da China no mundo global do século XXI (Atas do seminário, 09 de maio de 2017)*. Cadernos do IUM, 25. Lisboa: Instituto Universitário Militar.

Presidente

Vice-almirante Edgar Marcos de Bastos Ribeiro

Editor Chefe

Major-General Jorge Filipe Marques Moniz Côrte-Real Andrade (Doutor)

Coordenador Editorial

Coronel Tirocinado Lúcio Agostinho Barreiros dos Santos (Mestre)

Chefe do Núcleo Editorial

Major Psicóloga Cristina Paula de Almeida Fachada (Doutora)

Designer Gráfico

Tenente-Coronel Técnico de Informática Rui José da Silva Grilo

Secretariado

Alferes RC Pedro Miguel Januário Botelho

Propriedade e Edição

Instituto Universitário Militar
Rua de Pedrouços, 1449-027 Lisboa
Tel.: (+351) 213 002 100
Fax: (+351) 213 002 162
E-mail: cidium@ium.pt
www.ium.pt/cisdi/index.php/pt/publicacoes/cadernos-do-iesm

Pré-Impressão e Distribuição

What Colour Is This?
Rua do Coudel 14, Lj. A
2725-274 Mem Martins
Tel.: (+351) 219 267 950
www.wcit.pt

ISBN: 978-989-54153-3-5
ISSN: 2183-2129
Depósito Legal: 443421/18
Tiragem: 150 exemplares

© Instituto Universitário Militar, julho, 2018.

Nota do Editor:

Os textos do presente volume são da exclusiva responsabilidade dos seus autores.

ÍNDICE DE ASSUNTOS

NOTA INTRODUTÓRIA	1
PARTE I – A DIPLOMACIA DA RPC	15
1. A Dinâmica Diplomática Chinesa	17
2. A China como um Poder Económico Global	23
3. Painel 1 – Debate	33
PARTE II – A DIMENSÃO SECURITÁRIA	35
1. A República Popular da China como Potência Militar	37
2. O Instrumento Militar Chinês	59
3. Desafios e Estratégias da Segurança Energética Chinesa	71
4. O Poder Naval ao Serviço da Energia – Caso de Estudo: China	89
5. Painel 2 – Debate	97
PARTE III – CENÁRIOS PARA A ÁSIA PACÍFICO NO HORIZONTE 2030	101
1. Cenários para a Ásia Pacífico no Horizonte 2030	103
2. Painel 3 – Debate	137
POSFÁCIO DE AUTORES	141

NOTA INTRODUTÓRIA

Teresa Maria Ferreira Rodrigues

Professora Associada com Agregação
Nova FCSH / Nova IMS
Instituto Português de Relações Internacionais
Centro de Investigação e Desenvolvimento do IUM
trodrigues@fcs.unl.pt

Rui Jorge Roma Pais dos Santos

Tenente-Coronel de Infantaria Paraquedista
Centro de Investigação e Desenvolvimento do IUM
Instituto Português de Relações Internacionais
santos.rjrp@ium.pt

A presente publicação materializa as intervenções no Seminário Final da Pós-Graduação em Globalização, Diplomacia e Segurança, subordinado ao tema “A República Popular da China no mundo global do Século XXI”, que decorreu no Instituto Universitário Militar a 09 de maio de 2017.

O Seminário “A República Popular da China no mundo global do Século XXI” surge na sequência da 4.^a Edição da Pós-Graduação em Globalização, Diplomacia e Segurança. Esta Pós-Graduação, que resulta de uma profícua cooperação entre a Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (Nova FCSH), da Universidade Nova de Lisboa (UNL), o Instituto Universitário Militar (IUM) e o Instituto Diplomático (IDi), propõe-se a conferir formação avançada na área da diplomacia e da segurança, dotando os discentes de competências para o exercício de funções de liderança e de assessoria em organizações estatais, públicas e privadas de âmbito nacional e internacional. Para isso, o projeto educativo foi desenvolvido no sentido de dotar os discentes com os conhecimentos científicos, instrumentos de análise e metodologias essenciais para a avaliação, gestão e tomada de decisão, perante problemas resultantes dos desafios inerentes à volatilidade, incerteza, complexidade e ambiguidade do ambiente geopolítico e geoestratégico do século XXI.

Este objetivo justifica a escolha para cada curso, de um tema central a ser desenvolvido em profundidade no Seminário que marca o final do Curso. Neste contexto escolheu-se a República Popular da China como tema central de análise e investigação da edição de 2016/17 da Pós-Graduação. O recrudescimento da im-

portância internacional deste ator global emergente lança, no mundo globalizado do século XXI, um conjunto de desafios que merecem análise e reflexão.

O Seminário foi estruturado em três painéis, antecedidos e sucedidos, respetivamente, pelas sessões de abertura e de encerramento. A sessão de abertura, além da intervenção dos representantes das instituições envolvidas, contou com a alocação do Embaixador da República Popular da China em Portugal, Dr. Cai Run. O primeiro painel, moderado pela Subdiretora-Geral de Política Externa, Dr.^a Maria Virgínia Mendes da Silva Pina e denominado “A Diplomacia da República Popular da China”, teve as intervenções do Embaixador José Duarte de Jesus (docente da Pós-graduação), do Mestre Rui Pedro da Conceição Reis Pereira (Chefe de Divisão das Relações Internacionais, no Ministério dos Negócios Estrangeiros) e das discentes Dr.^a Maria Manuela Lopes Tavares e Dr.^a Fátima Carina de Oliveira Soares. O segundo painel, intitulado “A dimensão securitária”, foi moderado pelo Coordenador da Área de Ensino de Estratégia do IUM, Coronel Rui Pinheiro de Freitas, e contou com quatro oradores, o Professor Doutor Luís Tomé, o Capitão-de-Fragata José Alberto Rosário dos Santos Gonçalves, a Professora Doutora Carla Isabel Patrício Fernandes e a aluna Dr.^a Maria Seabra Aveiro de Freitas. O terceiro e último painel versou os “Cenários para a Ásia-Pacífico no Horizonte 2030” e concretizou-se pela apresentação dos possíveis cenários, desenvolvidos pelos alunos da Pós-Graduação, sob a coordenação do Professor Doutor José Manuel Félix Ribeiro. As apresentações ficaram a cargo das discentes Dr.^a Isabel Estácio Sendim e da Dr.^a Filipa Lourenço Neves.

O presente livro segue a estrutura do Seminário, dividindo-se em três partes, cada uma das quais é subordinada ao tema de um dos painéis. Em cada uma das três partes que se seguem figuram os textos disponibilizados pelos conferencistas com base nas respetivas intervenções, bem como a transcrição feita pela organização do Seminário das questões e comentários efetuados no período de debate.

Nas linhas seguintes destacam-se as principais linhas de força dessas intervenções e, conseqüentemente, dos textos que compõem este livro.

A intervenção do Embaixador da República Popular da China em Portugal, que não se inclui no presente livro, iniciou-se com o estabelecimento da relação entre a República Popular da China e o fenómeno da globalização, que caracterizou como potenciador de desenvolvimento e de progresso. Seguidamente, apresentou a postura chinesa ao longo de três períodos. E se, num primeiro período a República Popular da China se manteve à margem, de seguida marcou a sua presença e o próprio processo, desde logo pelo facto da sua entrada no processo significar um aumento de 1,3 mil milhões de cidadãos do mundo global. No terceiro período, a

República Popular da China, totalmente integrada na globalização, foi, simultaneamente, um beneficiário e um motor da mesma.

O Embaixador Cai Run focou de seguida algumas das que considera serem vantagens e desvantagens da globalização. Entre as primeiras enfatizou a livre circulação de mercadorias e de capitais, o redesenhar da economia mundial e a melhoria da comunicação entre pessoas. Entre as desvantagens salientou o incremento do fosso entre ricos e pobres (quer pessoas, quer Estados) e a dialética resultante da mundialização da economia, numa fase em que a estatização das políticas sociais continua a prevalecer.

De seguida, o orador discutiu o papel e impacto na globalização da República Popular da China, tendo enfatizado o seu duplo atributo, pois se no início era um mero beneficiário, em breve acabou por se tornar também um motor da globalização.

Por último, o Embaixador da República Popular da China teceu alguns comentários sobre a forma como se pode melhorar a globalização, designadamente:

- O combate aos protecionismos;
- O desenvolvimento de uma cultura inclusiva, que garanta uma equidade de distribuição da riqueza;
- A sinergia entre o processo interno de cada Estado e o processo de natureza diplomática da globalização.

Concluiu que Portugal e a República Popular da China marcam os dois extremos da Eurásia. Em seu entender, a ligação entre estes dois Estados e povos simboliza o sucesso da globalização, acervando que esta ligação, com a inerente ligação da República Popular da China à Europa, vai melhorar a globalização.

A primeira parte do livro, composta por dois artigos baseados nas apresentações feitas no painel sobre “A Diplomacia da República Popular da China”. O primeiro artigo, da autoria do Embaixador Duarte de Jesus, é dedicado ao tema “A dinâmica diplomática chinesa” e conduz-nos por uma viagem ao longo da história diplomática chinesa, permitindo compreender a forma como a China se tem afirmado de uma maneira quase constante na cena internacional, através de uma política externa baseada no “*soft power*”. Tal como o fez no passado, hoje continua a fazê-lo. O autor evidencia alguns elementos básicos da diplomacia atual da República Popular da China e a forma como os mesmos contribuíram e foram moldados pelo projeto da Nova Rota da Seda – Uma Rota / Uma Faixa.

Neste sentido enfatizou o modo como a diplomacia chinesa definiu cinco linhas prioritárias para o apoio a este projeto. A saber,

- A neutralidade político-ideológica;
- A interconetividade de diversas infraestruturas;
- O comércio livre;

- A circulação de capitais;
- A edificação de uma verdadeira Globalização para a Paz.

A segunda intervenção, da autoria da Dr.^a Maria Manuela Lopes Tavares, tinha por título “*China going out but not alone*”. Nessa comunicação, não incluída neste livro por a autora não ter disponibilizado o texto, efetuou-se um enquadramento do posicionamento e do sucesso estratégico da República Popular da China em Portugal, relevando quatro aspetos:

- O impacto dos fatores socioculturais e o *guanxi* que animam este ator;
- O posicionamento estratégico das empresas chinesas, a nível micro e macroeconómico em Portugal;
- A importância do Fórum Macau no alcance de novos mercados, mas ainda com espaço para ser incrementado;
- O aumento dos sectores económicos portugueses onde se nota a presença dos investidores chineses.

A autora defende que o sucesso do programa chinês deve ser analisado à luz da complexidade da sua cultura, e não apenas à luz da grandeza do seu Produto Interno Bruto. Conclui que, embora não existam modelos perfeitos, o *going out* chinês para Portugal pode ser considerado um caso de sucesso, mutuamente benéfico, pois se um dos intervenientes viu uma dinamização da sua economia pelo investimento, o outro ganhou acesso a novos mercados e *know how*. Lembra, no entanto, que dada a cultura milenar da China não se pode analisar o seu sucesso sem ter em conta a sua cultura social e organizacional, o *guanxi*, na medida em que o sucesso da República Popular da China não resulta apenas do seu poder económico, da sua qualidade diplomática e de uma estratégia bem definida. Sem a sua cultura milenar ímpar, onde o *guanxi* desempenha um papel fundamental, dificilmente a China poderia sair vencedora.

O segundo artigo, “China um poder económico global e a iniciativa ‘Uma Faixa e Uma Rota’”, é da autoria da Dr.^a Fátima Carina de Oliveira Soares. Parte do papel inquestionável da China enquanto poder económico global, centrando-se no projeto *One Belt, One Road*. No seu entender, e em consonância com a tradição diplomática chinesa, este projeto contribuirá para o desenvolvimento pacífico e alicerçar-se-á no estabelecimento de cooperações mutuamente-benéficas, contribuindo para a perceção da China como um facilitador do comércio internacional. Porém, tratando-se de um projeto global e levado a cabo por um ator global, a sua influência não se reduz aos países ao longo da Faixa e da Rota. Tal como a oradora demonstrou este projeto terá um impacto económico multissetorial mais abrangente, na medida em que promove as trocas comerciais e será um veículo de integração regional.

Neste mesmo contexto, e conjugado com os corredores económicos, foi evidenciado o papel que terá ou poderá ter o Banco Asiático de Investimento em Infraestruturas na criação de uma nova ordem financeira. Complementarmente, a Dr.ª Fátima Carina de Oliveira Soares considera que o projeto *One Belt, One Road* é o outro *grande salto* da China na tentativa de obter uma representação justa nas instituições internacionais, de cariz marcadamente ocidental e marca uma nova fase da globalização.

O Mestre Rui Pereira, em “A nova fase das relações económicas Portugal-China”, cujo texto não se inclui nesta obra, por o autor não o ter disponibilizado, demonstrou os desenvolvimentos que nos últimos anos se têm verificado nas relações económicas e comerciais entre Portugal e a República Popular da China, que hoje atravessam a sua fase mais dinâmica, desde o restabelecimento de relações diplomáticas em 1979.

Com efeito, a China passou a constar no *top 10* dos principais clientes das exportações portuguesas (de bens) e a assumir-se como um dos principais investidores estrangeiros em Portugal. O autor relevou que será essencial, garantir no futuro um maior equilíbrio da balança comercial com a República Popular da China e que o investimento chinês em Portugal se dirija à produção de bens e serviços transacionáveis, envolvendo a criação de novos postos de trabalho. O texto defende ainda o interesse de Portugal em fazer parte da “Nova Rota Marítima da Seda”, tirando partido do posicionamento estratégico do nosso país. O Porto de Sines possui valências e potencial de desenvolvimento que estão ainda por explorar nesta matéria, que não devem ser esquecidas.

Rui Pereira falou-nos daquelas que são as áreas de maior potencial na cooperação bilateral com a República Popular da China, nomeadamente, as energias renováveis e interligações energéticas; o setor financeiro; a cooperação marítima e ambiental; o empreendedorismo e inovação; o turismo; e, o agroalimentar. Elenca igualmente as oportunidades que se abrem para a cooperação tripartida (por exemplo: parcerias empresariais luso-chinesas em países terceiros, incluindo projetos conjuntos no âmbito do Fundo do Fórum Macau).

A Parte II, correspondente ao segundo painel, moderado pelo Coronel Pinheiro de Freitas e subordinado à “Dimensão Securitária” da República Popular da China, inclui o contributo do Professor Doutor Luís Tomé. No artigo sobre “A República Popular da China como potência militar”, este investigador evidenciou que a estratégia militar chinesa se integra no âmbito da sua grande estratégia, que se materializa na dimensão do poder nacional abrangente (enquanto medida relacional de poder) e na configuração estratégica de poder (ou *shi*), que visa aproveitar o período de oportunidade estratégica. Em conjunto, ambas visam assegurar a ex-

pansão pacífica da República Popular da China. Complementarmente, a República Popular da China procura afastar a ideia que se possa tornar uma potência expansionista ou revisionista, como por vezes é acusada.

Apesar de a China ocupar o segundo lugar em termos de aumento do investimento em defesa, ela continua francamente atrás dos Estados Unidos da América. Embora a China tenha aumentado o seu investimento em defesa, é natural que tal aconteça dado o desenvolvimento do seu Produto Interno Bruto. O Professor Luís Tomé lembrou o modo como a documentação oficial chinesa afirma que a China tem uma política de defesa defensiva, sem intenções hegemónicas e nunca expansionista. São os desafios de segurança que tem de enfrentar, mesmo defendendo uma coexistência pacífica, que a obrigam a desenvolver o seu aparelho militar. De entre os desafios salientou: a manutenção do regime político, a dependência de rotas marítimas, as disputas territoriais (quer no mar, quer em terra) e, particularmente, a questão de Taiwan e por inerência dos EUA. Ou seja, um Estado com a capacidade económica chinesa e sujeito aos desafios que a China tem de enfrentar, sentirá a necessidade de desenvolver a sua capacidade militar, não por uma questão expansionista, mas para assegurar a sua defesa. No caso da República Popular da China, aplica-se o termo “defesa ativa”.

Posteriormente, no texto sobre “O instrumento militar chinês”, o Capitão-de-Fragata José dos Santos Gonçalves explica como a doutrina assumida pelo Exército Popular de Libertação, caracterizada genericamente pela implementação de manobras indiretas, exige o acompanhamento e a incorporação de tecnologias de ponta nos sistemas de armas que vão sendo adquiridos ou desenvolvidos pelos chineses, sendo notório que o Exército Popular de Libertação tem posto em prática uma política de aumento do seu potencial estratégico.

A par do material e da doutrina, o Comandante Gonçalves evidencia outros fatores que enformam a capacidade militar, como a organização, o treino, o pessoal, a liderança, as infraestruturas e a interoperabilidade, tornando visível o gradual, mas certo, aumento da qualidade e do potencial militar chinês nestes fatores. Conclui que, ainda que se encontre a um nível inferior ao dos EUA, o Exército Popular de Libertação tem percorrido e tenciona manter um rumo certo na tentativa de encurtar esta distância.

A Professora Doutora Carla Patrício Fernandes recorda em “Desafios e Estratégias da Segurança Energética Chinesa” a importância da segurança energética na agenda política internacional, que considera um pré-requisito para a estabilidade política e para o desenvolvimento económico e uma parte indivisível da segurança de um Estado. A autora demonstra como para a República Popular da China a segurança energética é de interesse vital para garantir desenvolvimento

económico, estabilidade política e social e, sobretudo, segurança nacional. Além de ser a segunda maior economia do mundo, a República Popular da China é também o segundo maior importador e consumidor de energia. O risco de interrupções no fornecimento devido à pirataria, ao terrorismo, à volatilidade dos preços e a um possível embargo de energia, incluindo a possibilidade de alguns grandes poderes explorarem a grande dependência do transporte marítimo pelo Estreito de Malaca, faz com que a necessidade contínua de importações de energia seja considerada uma vulnerabilidade estratégica para as autoridades chinesas. Perante essa vulnerabilidade, a República Popular da China tem desenvolvido estratégias internas e externas para a segurança energética. De entre estas ressalta a estratégia naval, que será desenvolvida no texto imediato.

A Dr.^a Maria Seabra Aveiro de Freitas escreve sobre “O poder naval ao serviço da energia”, relevando a relação dual entre a expansão naval e a expansão energética, como ponte para a construção de um estatuto internacional mais ativo por parte da China. A autora evidenciou o efeito da Segurança Energética na distribuição geoestratégica do Poder Naval, que se materializa no crescendo conjunto e na interdependência entre as duas variáveis. Apresenta como caso de estudo o destacamento de forças navais chinesas para o Golfo de Áden e a sua relação com a segurança energética chinesa. Na medida em que, além do impacto positivo no combate à pirataria que vicejava nesta área geográfica, este ponto de estrangulamento é a única forma de alcançar o mercado europeu, via Oceano Índico, sem a obrigatoriedade de dobrar o Cabo da Boa Esperança, de que resultaria, consequentemente, num aumento de gastos e tempo de navegação.

Assim, a China conjugando a intenção de afirmar a sua crescente participação como ator responsável e ativo no sistema internacional, e não se esquecendo que sem recursos energéticos, o crescimento e a prosperidade económica chinesa abrandarão, empenha-se em contribuir para a segurança marítima. Pois, a segurança energética, concorre diretamente para a robustez da segurança nacional, e está dependente da segurança marítima, contribuindo por sua vez para essa mesma segurança, como se de um ciclo virtuoso se tratasse.

Na terceira e última parte, correspondente ao terceiro painel, são apresentadas as conclusões do exercício de cenarização que teve como pano de fundo os “Cenários para a Ásia-Pacífico no horizonte 2030”. Nela participaram as Dr.^{as} Isabel Maria Estácio Sendim e Filipa Lourenço Neves, em representação do Grupo de Trabalho 1 e do Grupo de Trabalho 2.

O exercício começou pelo estudo aprofundado da República Popular da China, que foi caracterizada pelos intervenientes como não sendo meramente um Estado, mas sim uma civilização, facto que releva para a complexidade do estudo,

pois nem na natureza, um animal muda de toca quando está a mudar de pele. Na atualidade assiste-se a uma República Popular da China a mudar de modelo de crescimento, ou em consonância com o Professor Félix Ribeiro, a mudar de pele, ao mesmo tempo que se tenta transformar de uma epirocracia para uma talassocracia, mudando de toca. Foi esta a complexidade do desafio que foi colocado aos alunos, ou seja, que analisassem *uma civilização que se encontra a mudar de toca, ao mesmo tempo que muda de pele*.

A concretização deste esforço levou os intervenientes a identificar aqueles que serão os objetivos que Pequim pretenderá atingir até ao ano de 2030. Falamos, nomeadamente, de objetivos de índole geo-económica, que poderão passar pela emancipação da China na esfera económica do Pacífico, dominada pelos Estados Unidos da América, a internacionalização do Yuan e do reforço da componente euroasiática da sua economia. No campo dos objetivos estratégicos, a China esforçar-se-á por manter a sua capacidade de dissuasão nuclear, incrementar o seu controlo sobre o espaço marítimo e construir um complexo industrial militar capaz de rivalizar com o dos Estados Unidos da América.

Estando a China integrada em três complexos regionais de segurança (o da ásia oriental, o da ásia do sul e o do sueste asiático) surgem, naturalmente, rivalidades, competições e convergências. Atores como os EUA, a Rússia e o Japão são indissociáveis dos complexos anteriormente referidos e, pela influência que neles têm são incontornáveis. Tal como o são, e as notícias atuais tem recordado isso, os Estados da Península da Coreia.

Imersos nesta complexidade e na dialética entre os atores surgem três incertezas críticas:

- Qual a evolução do relacionamento com a Rússia e com os EUA?
- Continuará a Correia do Norte no centro das tensões no nordeste da Ásia?
- Qual a influência da China sobre o Pacífico e o Índico?

Das possíveis respostas a estas questões identificaram-se oito cenários, dos quais foram apresentados o Cenário 2 e o Cenário 7, por se considerar serem os mais contrastados: no cenário 2 o mundo seria palco de competição crescente entre os EUA e a Rússia, no qual a China manteria a sua capacidade para conter a Coreia do Norte, mas estaria a perder influência no Sudeste Asiático para a Índia e EUA; já no cenário 7, os EUA e a Rússia estariam a convergir as suas posições, mas numa situação em que a China, apesar de se constituir como um polo de atração no Sudeste Asiático, estaria a perder o controlo sobre a Coreia do Norte.

Mas existem duas *wild cards*, que não podem ser esquecidas e que, a concretizarem-se, impactarão significativamente a evolução dos acontecimentos. Fala-

mos da declaração de independência de Taiwan e da existência de uma proposta chinesa aos EUA para a criação de uma grande Zona de Livre Troca no Pacífico e no Índico. Os futuros possíveis, não necessariamente certos, estão assim identificados. Resta agora a formulação e a edificação de estratégias que permitam moldar os acontecimentos. Mas isso ficará para outros *forae*.

Como nota final, considera-se que este Seminário permitiu analisar e debater, de forma multidimensional a República Popular da China, a sua influência e o seu papel neste mundo globalizado, complexo, ambíguo, volátil e incerto, com relevo para as dimensões de globalização, diplomacia e segurança.

A qualidade dos moderadores e oradores foram um fator determinante para sucesso desta iniciativa, pois sem eles os objetivos propostos não seriam atingidos. Mas o nosso agradecimento final vai para os discentes da Pós-Graduação em Globalização, Diplomacia e Segurança. A qualidade das apresentações e dos textos publicados espelha não só a enorme dedicação que os mesmos colocaram ao serviço deste desiderato, mas também a qualidade da oferta formativa proporcionada pelo Instituto Universitário Militar, pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, da Universidade Nova de Lisboa, e pelo Instituto Diplomático.

É entendimento da comissão de coordenação, que esta ação formativa, que no ano letivo de 2017-18 entrou na sua quinta edição, tem vindo a cumprir os seus objetivos graças à excelência e empenhamento do corpo docente, bem como ao comprometimento das três instituições parceiras neste projeto, seja ao nível das suas estruturas de direção, seja através das várias estruturas funcionais.

Resta, em nome das instituições envolvidas e da comissão de coordenação da Pós-Graduação em Globalização, Diplomacia e Segurança, agradecer uma vez mais a disponibilidade de todos os moderadores e conferencistas, sem os quais o Seminário Final da Pós-Graduação em Globalização, Diplomacia e Segurança, subordinado ao tema “A República Popular da China no mundo global do Século XXI” e este livro que ora se dá à estampa não teriam sido possíveis.

Pedrouços, 26 de junho de 2018

Os Coordenadores

PROGRAMA

Seminário Final
Curso de Pós-Graduação
Globalização, Diplomacia e Segurança
09.MAIO.2017 // 09H00
Instituto Universitário Militar
 Auditório Almirante Gago Coutinho

A República Popular da China no mundo global do século XXI

09H00
Abertura

- **A República Popular da China no mundo global do século XXI**
 (Embaixador da RPC:
 Dr. Cai Run)

09H40
A Diplomacia da RPC

- Moderação:** Dr.ª Virgínia Pina
- **A dinâmica diplomática chinesa**
 (Embaixador Duarte de Jesus)
 - **China going out but not alone**
 (Dr.ª Maria Lopes Tavares)
 - **China um poder económico global e a iniciativa “Uma Faixa e Uma Rota”**
 (Dr.ª Fátima de Oliveira Soares)
 - **A nova fase das relações económicas Portugal-China**
 (Mestre Rui Pereira)

11H20
A Dimensão Securitária

- Moderação:** Coronel Rui Freitas
- **A RPC como potência militar**
 (Prof. Doutor Luís Tomé)
 - **O instrumento militar chinês**
 (Comandante Santos Gonçalves)
 - **A segurança energética chinesa**
 (Prof.ª Doutora Carla Fernandes)
 - **O poder naval ao serviço da energia**
 (Dr.ª Maria Seabra Aveiro de Freitas)

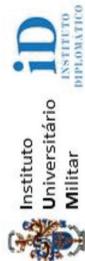
14H30
Cenários para a Ásia-Pacífico no horizonte 2030

- Moderação:** Prof. Doutor Félix Ribeiro
- **Cenário I**
 (Grupo de Trabalho I)
 - **Cenário II**
 (Grupo de Trabalho II)

15H30
Encerramento

Organização:

Professora Doutora Teresa Rodrigues
 Major Rui Pais dos Santos



Informações e inscrições
 até 05 de maio em:
www.ium.pt
www.fsh.unl.pt

ATAS DAS COMUNICAÇÕES

PARTE I
A DIPLOMACIA DA RPC

1. A DINÂMICA DIPLOMÁTICA CHINESA

José Manuel Duarte de Jesus

Professor Doutor e Embaixador Jubilado
Investigador do Instituto do Oriente, Universidade de Lisboa
Universidade Nova de Lisboa
duarte.jesus@sapo.pt

Antes de mais queria exprimir os meus agradecimentos ao IUM e aos organizadores deste Seminário, que assinala o fim da Pós-graduação em Segurança, Estratégia e Diplomacia, pelo convite que me dirigiram para abordar um tema da maior importância na conjuntura internacional atual e que, julgo dever sublinhar, em certos setores determinantes do paradigma mundial em que nos inserimos carece ainda de ser mais esclarecido.

Gostava aqui de sublinhar que se tratou de um tema que entusiasmou grande parte dos alunos e que constituiu motivo para que muitos tenham apresentado excelentes trabalhos académicos.

Não faz, a meu ver, sentido falar na dinâmica diplomática chinesa de hoje, como se se tratasse de uma novidade na vertente externa da política da grande nação, que há milénios se vem afirmando na cena internacional.

Não há política externa sem uma diplomacia que a ponha em prática. Se a política externa for “imperialista”, de “*hard power*” ou como se lhe queira chamar, a diplomacia que a acompanha é a negação de si própria. O “imperialismo” ou o “*hard power*” concretizam-se no conflito ou, se se quiser, numa forma de guerra. O conflito surge quando a diplomacia falhou, por sua falta, ou por vontade do estado que essa diplomacia serve.

A China milenar sempre se caracterizou – de uma maneira quase constante – por ter uma política externa baseada em “*soft power*” e como tal, apoiar-se numa diplomacia ativa ou dinâmica, de grande qualidade.

Tive o privilégio, na minha vida profissional, de tanto a nível bilateral, como embaixador em Pequim como no contexto das negociações sobre Macau, como a nível multilateral, no âmbito das Nações Unidas e da União Europeia – conhecer diretamente a diplomacia chinesa.

Não se trata, obviamente, de um expediente recente. Esta prática assenta em pilares que remontam à antiga história e cultura chinesas e que hoje são patentes e causam admiração, quando analisados num paradigma internacional quase caótico, como é aquele em que vivemos hoje.

Para Confúcio – um dos pilares do pensamento político chinês – era pela Cultura e pelos Ritos (Leis), não pela etnia ou raça, que os homens se tornavam irmãos. É que na velha visão de Confúcio o “homem de bem” (*jun zi*) une, enquanto que o “homem de pouco” (*xiao ren*) divide. Confúcio, já na sua época, antevia uma sociedade comunitária e não contratual. Em suma, o seu objetivo principal era “evitar os conflitos sociais”, dentro ou fora de fronteiras.

Mas é na mesma linha de pensamento que Lao Zi funda a sua filosofia e tantos outros pensadores da China antiga.

No paradigma internacional que precedeu aquele em que vivemos, o da guerra-fria, a China, através do seu Primeiro-ministro Zhou en Lai, personificou dois momentos da maior importância nas relações internacionais, numa dinâmica diplomática para a Paz mundial: na Conferência de Bandung, em 1955, na contribuição chinesa na elaboração dos famosos 5 Princípios, que poderiam ter garantido a coexistência pacífica – que infelizmente vieram a ser frequentemente esquecidos, dando lugar a conflitos armados – e mais tarde, já na década de 70, como um dos obreiros da aproximação, através de Kissinger, entre Mao e Nixon, isto é entre a República Popular da China e os Estados Unidos da América.

Poderia e deveria, se o tempo o permitisse, referir o papel notável da China nos países em desenvolvimento, que lutavam pelas suas independências, designadamente em África, onde os analistas portugueses de hoje, podem testemunhar esse papel de “*soft power*” e de não ingerência ideológica, face a outros atores internacionais.

Mas, uma vez que perspectivado o contexto histórico e cultural da diplomacia chinesa, é tempo de referirmos alguns elementos básicos da diplomacia da China nos tempos atuais.

Dois referências parecem essenciais para contextualizar a dinâmica diplomática da Nova Rota da Seda – Uma Rota/Uma Faixa – ou OBOR, como é conhecida em inglês.

Se Mao deu uma nova dignidade nacional à China moderna, Deng Xiao Ping, com o seu espírito altamente pragmático, abriu a China ao mundo. Não o fez fora de uma tradição cultural chinesa, como se pode verificar nos famosos textos dos 12 e dos 22 caracteres – como ficaram conhecidos - que deixou como testamentos políticos ao partido e na concretização de “um país dois sistemas”.

A estes fatores deve-se-lhe o impulso estrutural que veio criar uma enorme classe média na RPC, que constituiu um verdadeiro espanto para o mundo. Em 1995, a classe média chinesa era de pouco mais de 1% da população e cresceu para cerca de 70% da população, e segundo um estudo da Mackenzie, feito em cerca de 40.000 agregados familiares, em 2015, constituía cerca de 200 milhões de pessoas,

com todas as consequências que este facto representa não só para a política interna, mas como base de sustentação para a política externa.

No quadro de um inesperado crescimento que a leva ao nível de segunda potência económica mundial, fiel às suas tradições históricas e mantendo-se igual a si própria, a diplomacia chinesa avança internacionalmente com um programa que respeitando essas mesmas tradições tem dois grandes objetivos: contribuir para a globalização, respeitando o espírito do “*soft power*” e da não-ingerência, numa grande visão pacifista do mundo.

Penso ser este o contexto que permite fazer uma análise valorativa da nova iniciativa global da diplomacia chinesa.

Se Portugal, a partir do ocidente, foi nos séculos XV e XVI um, se não, o instrumento fundamental do primeiro passo para a globalização intercontinental, a primeira Rota da Seda levada a cabo pela China, foi uma das primeiras globalizações a partir do Leste.

O que se veio a chamar Rota da Seda, que teve início como uma ação geopolítica de defesa, no tempo do Imperador Qin, em 213 aC, para garantir a segurança das “fronteiras” face aos povos da estepe, tornou-se depois, particularmente no tempo de Wu Di, numa política de estabelecimento de laços de amizade – ao criar aliados – contra os, então, Xiongnu.

Já anteriormente à dinastia Han, a China era rica em sedas e lacas, que comercializava com os seus vizinhos. Mas a partir de 133 aC. a China procurou trocar seda e outros produtos contra material de defesa militar, designadamente, cavalos.

Sabemos como antes de os portugueses terem trazido para a Europa uma grande quantidade de produtos do Oriente, alguns já tinham chegado à Europa através da Itália e dos mercadores que se pode considerar como integrados na chamada velha Rota da Seda.

Mas, entretanto, face ao caos e fraturas sucessivas, que o mundo de hoje nos vem colocando, em simultâneo, com uma crescente globalização de instrumentos, como que por contraposição, o projeto de política externa da República Popular da China, Uma Rota / Uma Faixa, apresenta uma originalidade e superioridade que merece a nossa admiração.

Este projeto verdadeiramente representativo duma Globalização para a Paz, reside no facto, no dizer de Lu Fengding – membro da Comissão Nacional do Desenvolvimento e Reforma, do Ministério dos Negócios Estrangeiros e do Ministério do Comércio - de envolver o Mar Báltico, a Ásia Central, a Rússia, o Golfo Pérsico, o Mediterrâneo através da Ásia Central e Ocidental, o Sudeste e o Sul da Ásia até ao Pacífico.

Fengding define este projeto como a constituição de corredores económicos de cooperação internacional: China – Mongólia – Rússia, China – Ásia Central – Ásia Ocidental e finalmente, China – Península da Indochina.

Quanto aos corredores marítimos, aponta como portos prioritários aqueles que permitam a construção conjunta duma grande via de transporte marítimo e acrescenta ainda o corredor económico sino-paquistanês e Bangladesh – China – Índia – Myanmar.

A diplomacia chinesa definiu as cinco grandes linhas prioritárias deste gigantesco projeto:

1. A neutralidade político-ideológica. - Com ela, assistimos ao deixar de parte o espírito missionário, que tanta vez tem caracterizado certas posições ocidentais.
2. A interconetividade de diversas infraestruturas, o que constitui, a nosso ver, uma visão inteligente para um êxito da globalização, especialmente quando pensamos em países de muito diferentes níveis socioeconómicos.
3. As condições aludidas no ponto dois teriam como objetivo possibilitar correntes de comércio livre. Para tal, haveria que reforçar a cooperação aduaneira, partilhar os critérios e a seriedade dos serviços de estatística e fomentar a participação no quadro da Organização Mundial do Comércio, o que exigiria também o reconhecimento mútuo dos Operadores Económicos Autorizados.
4. A questão da circulação de capitais aparece como essencial na construção deste projeto. Para isso, sublinha-se a necessidade de “incentivar a construção de um sistema monetário estável, um sistema de investimento e financiamento e um sistema de crédito no continente asiático”. Este projeto prevê, entre outras coisas, a criação conjunta de um Banco Asiático de Investimento e de um Banco de Desenvolvimento dos BRICS.
5. Finalmente, o objetivo final será o de organizar uma Globalização para a Paz, isto é, procurar desenvolver mecanismos que possam evitar ou minimizar os conflitos regionais ou bilaterais.

Na perspetiva dos interesses portugueses, há dois aspetos importantes a considerar.

O primeiro reside no facto de, para a China, as zonas costeiras de Hong Kong, Macau e Taiwan deverem desempenhar um papel de grande importância no desenvolvimento dos programas de cooperação do projeto. Neste particular dever-se-á ter presente muito especialmente o facto da existência do Fórum Macau, que constitui uma “rede” privilegiada.

Em segundo lugar, Portugal, na sua estratégia internacional, deve avaliar e ponderar todas as janelas de oportunidade que se lhe apresentam, para além do mundo da União Europeia. Este aspeto, embora mais complexo, afigura-se-nos como mais relevante do que o primeiro.

A Rússia tem sido objeto de uma política ocidental, que a nosso ver, nem sempre tem tido uma visão estratégica correta a longo prazo. Defendemos que todas as tentativas de isolar a Rússia no contexto internacional apresentam graves riscos e afiguram-se-nos frequentemente inúteis. Referimo-nos tanto aos problemas da Ucrânia como às questões da Síria.

Este projeto inclui a Rússia e, tão importante ou mais, procura, sem a excluir, integrar os países da Ásia Central. O mundo futuro vai ter que contar cada vez mais com aqueles países como atores internacionais. Nazarbayev, Presidente do Cazaquistão, tem consciência dos milhares de milhões de dólares que a China está a injetar num projeto face às dificuldades económicas que a Rússia enfrenta.

O Cazaquistão tem acordos com a China de valores que rondam os 50 mil milhões de US\$ e o Quirguistão – embora atualmente suspensos – e negociou acordos sobre exploração mineira.

Por outro lado, verificamos, como especialistas daquele país, designadamente da *Columbia University* – já sublinharam como os Estados Unidos estão afastados desta aposta. Por outro lado, o AIIB (Banco Asiático para Investimentos em Infraestruturas) iniciou as suas funções com a primeira reunião dos seus governadores, que representavam 74% do seu capital.

O primeiro-ministro Li Keqiang não só anunciou que o banco iniciava as suas atividades com um capital de 100 mil milhões de dólares americanos como se preparava para financiar projetos na Ásia na ordem dos 8 biliões.

Fusões de empresas chinesas deram já como resultado o aparecimento na cena internacional de gigantes como a CRRC (cujas origens vêm da área dos caminhos de ferro), hoje o segundo maior agregado industrial mundial e a COSCO, hoje a quarta maior construtora naval do mundo.

2. A CHINA COMO UM PODER ECONÓMICO GLOBAL

Fátima Carina de Oliveira Soares

Licenciada em Relações Internacionais

Discente da Pós-Graduação em Globalização, Diplomacia e Segurança, FCSH-IUM-IDI
carina.oliv.soares@gmail.com

A China como um poder económico global, sobretudo no âmbito da iniciativa “Uma Faixa, uma Rota, ou comumente designada de OBOR (*One Belt, One Road*) será o tema abordado ao longo desta exposição, no âmbito do Seminário Final da Pós-Graduação em Globalização, Diplomacia e Segurança, intitulado “A República Popular da China no mundo global do século XXI”.

Desde a liderança de Deng Xiaoping, a China procurou uma maior abertura e a entrada na OMC em 2001 correspondeu ao grande salto da China relativamente à possibilidade de integração no comércio mundial, mas ainda com um longo caminho por percorrer. Atualmente a China apresenta-se como uma grande defensora dos efeitos da globalização e sabe que a forma de garantir o seu crescimento económico de forma continuada é promover estes efeitos e tornar-se numa economia global.

Em fevereiro de 2017, Xi Jinping demonstrou o quão relevante é a globalização para a China, pois participou e discursou pela primeira vez no Fórum Económico Mundial em Davos. Xi começou por afirmar que o foco do seu discurso seria a economia global no contexto da globalização económica, pois apesar da globalização económica ser criticada pelos problemas mundiais, não é justo inutilizarmos algo por causa dos seus defeitos (Xi Jinping, 2017). Ao longo do seu discurso, refere o facto de a China ter duvidado da globalização, mas que para a sua economia crescer precisa de coragem para participar no mercado global (Xi Jinping, 2017) (sendo ao mesmo tempo um apelo para os outros Estados). Por fim, demonstra também a importância de promover uma globalização inclusiva e sustentável através da promoção de um modelo interconectado, de cooperação aberta e *win-win* (Xi Jinping, 2017).

Xi Jinping apresenta-se como um grande defensor do mercado-livre global e contrário ao protecionismo. Após enumerar alguns aspetos da forma como a China alcançou agora a posição de segunda maior economia mundial, demonstrou como é que esse crescimento contribuiu beneficemente para o mundo, por exemplo através do investimento à escala global (Xi Jinping, 2017). Também apresenta o crescimento chinês como uma oportunidade para o mundo, daí a China querer cooperar com os outros países, uma vez que na perspetiva chinesa a estabilidade da economia global é essencial ao crescimento da sua economia (Xi Jinping, 2017).

De seguida, introduz a iniciativa “Uma Faixa, uma Rota”, referindo-se à adesão dos outros países à iniciativa e aos investimentos das empresas estatais chinesas. Apelando, assim, a que esta adesão continue, pois tem vindo e continuará a trazer benefícios muito para além da fronteira chinesa (Xi Jinping, 2017). A presença em Davos facilita a cooperação da China com os outros países numa lógica de comunidade de destino comum (Zimmerman, 2015) e é uma grande mais-valia para a economia mundial.

A relevância que Xi Jinping atribui à globalização económica e à economia global (Xi Jinping, 2017) deve-se também ao papel fundamental que a China tem desempenhado no panorama económico e financeiro mundial, como um dos principais motores da economia mundial, o seu sector produtivo sustenta em larga medida a oferta mundial e detém o maior montante de reservas financeiras no mundo. De acordo com o *World Economic Forum*, das vinte maiores economias com a respetiva identificação por continente, o bloco asiático é o que detém a maior parcela da economia mundial (33% do PIB mundial) e a China 14,8% da economia mundial (Gray, 2017) (Figura 1). O último estudo da *PricewaterhouseCoopers* afirma que a China será a primeira economia mundial em 2050, pois embora os EUA ainda ocupem o primeiro lugar, a China cresceu 6,7% em 2016, enquanto os EUA apenas 1,6% (Gray, 2017).

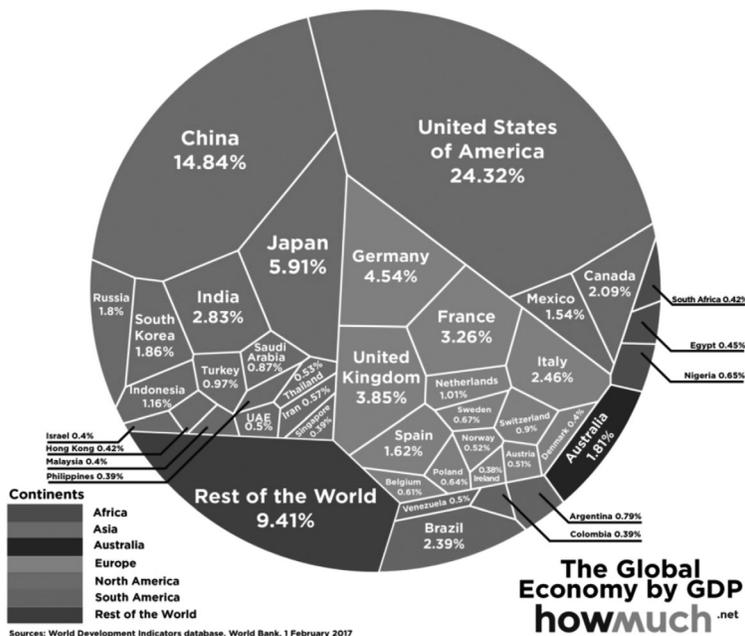


Figura 1 – A economia global por PIB das 20 maiores economias do mundo

Fonte: World Bank (2017).

Em 2016, a China era o principal exportador e o segundo maior importador mundial, sendo visível que ao longo dos últimos anos o aumento das suas exportações (OMC, 2016). Em relação ao investimento direto, de 2011 a 2015, o investimento direto da China no exterior aumentou significativamente, atingindo os 127,6 mil milhões de dólares e com acréscimos anuais entre 14% e 23% de 2011 a 2014 (OMC, 2016). Em 2013, a China ocupava o terceiro lugar do ranking mundial relativo ao investimento direto. Esse foi o ano do lançamento da iniciativa “Uma Faixa, uma Rota”, que assenta no investimento em larga escala a nível mundial.

A iniciativa “Uma Faixa, uma Rota”, a nova grande estratégia da China anunciada em 2013, corresponde à construção de uma autêntica rede de ligações diversas, com um enorme investimento em termos de infraestruturas, onde se incluem infraestruturas de transporte e exploração de energia. Um conjunto de projetos inclusivos, com ganhos *win-win*, capazes de demonstrar a globalização chinesa como o reemergir da China após o isolamento provocado pelos 100 anos de vergonha e humilhações. Daí que esta iniciativa corresponda ao reavivar das rotas de navegação da anterior Rota da Seda (Lee e Cheung, 2015) que tornaram a China uma potência mundial. Para atingir os seus objetivos, a estratégia OBOR inclui a construção conjunta da Nova Faixa Económica da Seda e da Rota Marítima da Seda do Século XXI (Figura 2).



Figura 2 – A Nova Faixa Económica da Seda e a Rota Marítima da Seda do Século XXI

Fonte: Xinhua (2017).

São várias as razões que justificam o lançamento desta iniciativa de longo-prazo da República Popular da China. Inicialmente baseia-se na procura de

segurança energética devido à vulnerabilidade que a China enfrenta, uma vez que depende em mais de 50% do petróleo vindo do Médio Oriente, que não só tem origem em países com grande instabilidade (Daniels e Brown, 2015), como também é transportado sobretudo por via marítima, tendo de enfrentar alguns *chokepoints* como o Estreito de Malaca. Nestes *chokepoints* há uma enorme possibilidade de bloqueio por outra potência naval (Odgaard e Delman, 2014), o que seria desastroso para o funcionamento e a sustentabilidade da economia chinesa. A OBOR já permite e permitirá à China receber recursos energéticos com origem em países mais próximos e sobretudo por via terrestre através de oleodutos. Isto deve-se também ao facto de nos últimos anos se terem alcançado grandes progressos ao nível das infraestruturas chinesas, mas põe-se agora a necessidade de interligar as infraestruturas internas com as regionais e mundiais, promovendo e acompanhando a abertura da China e aumentando as exportações chinesas. A OBOR tem potencial para se tornar na maior plataforma mundial para a cooperação económica, cultural, social e diplomática (Embaixada da República Popular da China em Portugal, 2015).

Esta iniciativa pretende ligar as várias sub-regiões da Ásia, mas também a própria Ásia, à Europa e à África. A Rota Marítima capaz de ligar China – Sri Lanka – Paquistão – Oceano Índico – Mar Vermelho – Grécia – Itália e para a concluir, uma Faixa Económica por via terrestre, conectando Itália – Alemanha – Rússia – Ásia Central – China (Leung, 2016). Apesar de formalmente ser este o trajeto da Faixa e da Rota, os objetivos desta iniciativa não se limitam apenas a estas economias destacadas, pois os investimentos da RPC na América Latina, por exemplo, devem ser integrados na OBOR, embora formalmente estas economias não façam parte da OBOR.

Do ponto de vista chinês e isso foi mencionado várias vezes por Xi Jinping em Davos, esta iniciativa procura fomentar princípios que estão relacionados com os Princípios de Coexistência Pacífica, que a China defende e pratica. Desta forma, a OBOR procura promover a cooperação entre países para que daqui resultem benefícios mútuos (cooperação *win-win*), o investimento no âmbito desta estratégia deve promover o desenvolvimento pacífico dos países que dela fazem parte (Embaixada da República Popular da China em Portugal, 2015). No entanto, na perspectiva chinesa, isto não significa interferência nos assuntos internos dos países que aderem à OBOR, pois o objetivo desta estratégia não é impor modelos de desenvolvimento e crescimento a outros países (Embaixada da República Popular da China em Portugal, 2015).

A aposta nas infraestruturas tem como objetivo estreitar os contactos económicos e comerciais, permitindo à China assumir o papel de facilitador do co-

mércio mundial, aprofundar a confiança política mútua, ampliar e intensificar o intercâmbio humano e cultural e promover o conhecimento e a compreensão mútuos, a paz e a amizade entre os povos de todos os países (Embaixada da República Popular da China em Portugal, 2015).

Ao desenvolver as relações bilaterais, inicialmente com os países vizinhos, na base de uma cooperação inclusiva, promoverá a integração económica e a estabilidade na região, algo que é essencial ao crescimento económico chinês e à segurança nacional de todos os países (Embaixada da República Popular da China em Portugal, 2015).

Embora anunciada em 2013, há investimentos e projetos que iniciaram anteriormente, uma vez que esta estratégia já estava a ser desenvolvida há algum tempo nas regiões vizinhas (Viehe, et al., 2015). Em setembro de 2015, o investimento chinês nos vários países abrangia um total de 116 projetos com um investimento total de 225 mil milhões de dólares, destes as maiores fatias estavam a ser alocadas ao setor energético e ao setor dos transportes e a restante parte às questões financeiras, à construção, às comunicações, à indústria pesada e aos acordos políticos (Viehe, et al., 2015). Permite-nos compreender quão diversas são as áreas que integram a OBOR e que os grandes focos são a segurança energética (Ping, 2015) e os transportes.

Neste projeto de longo-prazo iniciado pela China há o objetivo de construir 6 corredores económicos (Figura 3) que visam fomentar a Política de boa vizinhança da China e aumentar a integração regional na Ásia. A ponte terrestre da China para a Eurásia, o Corredor China, Mongólia e Rússia, o Corredor Económico China-Paquistão, o Corredor China-Indochina, o Corredor China-Ásia Central e Ásia Ocidental e o Corredor Económico Bangladesh, China, Índia e Myanmar.

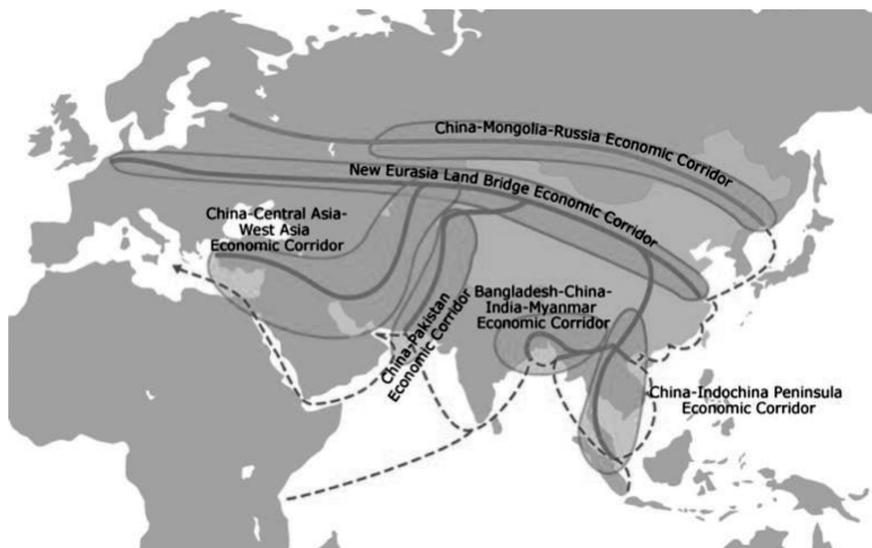


Figura 3 – Os 6 corredores económicos que ligam a Ásia à Europa e à África

Fonte: HKTDC (2017).

O objetivo é assegurar em primeiro lugar as ligações aos países vizinhos e mais tarde ao resto do mundo (Hassan, 2016). Estes corredores serão *clusters* de energia e indústria e serão criados através do uso de ferrovias, estradas, oleodutos e outras vias de transporte. Isto permitirá a diminuição da noção de distância e a redução do tempo no transporte (Hassan, 2016), promovendo e facilitando as trocas comerciais e integrando e conectando a região, o que constituirá um grande *input* para a globalização que beneficia a economia global chinesa.

A China tem também estabelecido novas instituições económicas internacionais para garantir o financiamento dos projetos no âmbito da iniciativa “Uma Faixa, uma Rota”. Alguns exemplos mais emblemáticos são o Banco Asiático de Investimento em Infraestruturas (BAII) (100 mil milhões de dólares), o Fundo para a Rota da Seda (40 mil milhões de dólares), o Novo Banco para o Desenvolvimento no âmbito dos BRICS (100 mil milhões de dólares) e um banco no âmbito da Organização para a Cooperação de Xangai (projetos na Ásia Central) (Zimmerman, 2015, p. 8). Estas instituições, para além do primeiro objetivo de financiamento, representam um contrapeso regional às instituições lideradas pelo Ocidente como o FMI, o Banco Mundial e a OMC (Simpkins, 2015). O BAII conta neste momento com 57 membros fundadores (Figura 4), alguns deles aliados dos EUA como o Reino Unido e a Austrália (Liqun, 2016), apesar da pressão norte-americana para que não aderissem a esta instituição, o que tem gerado alguma tensão política (Chen, 2015).

Estas instituições estão a permitir que a China alcance a capacidade necessária para reformular a geoeconomia mundial, pois são o resultado da incapacidade dos EUA de acomodarem as economias emergentes nas instituições de *Bretton Woods* (Zimmerman, 2015, p. 8).

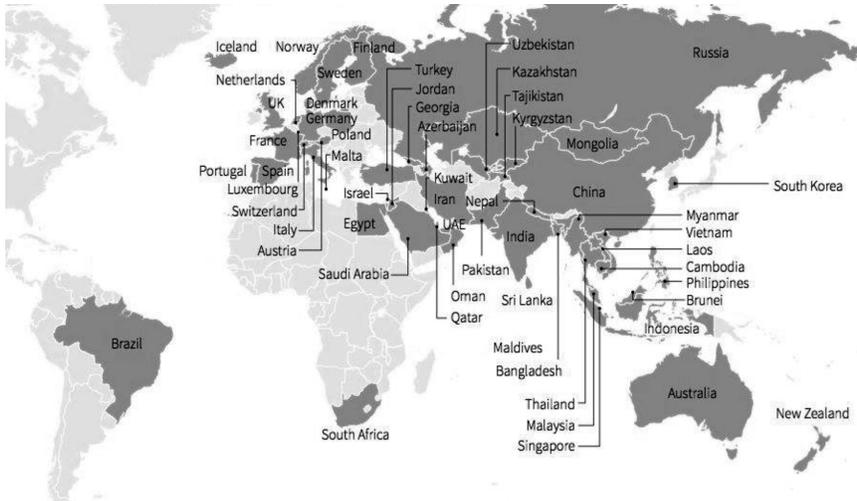


Figura 4 – Os Estados-membros fundadores do BAI1

Fonte: HKTDC (2017).

Em 1958, Mao Tsé Tung anunciou o Grande Salto em frente que pretendia iniciar o processo de industrialização da China. Em 2001, a entrada na OMC foi também considerada como um Grande Salto em Frente, pois após 10 anos de negociação a China conseguiu, finalmente, fazer parte da OMC e abriam-se-lhe muitas oportunidades em termos de abertura e crescimento económico. A OBOR é neste momento o salto mais importante da abertura da China, desde a entrada na OMC, por isso também este avista uma série de oportunidades. Desde a abertura de novos mercados para a China, solucionando, assim, o problema da sobreprodução interna, à possibilidade de redução dos custos do transporte comercial. O desenvolvimento das províncias do interior da China através da criação dos corredores económicos e da Faixa Terrestre que constituirão um ponto de ligação da China à Ásia Central e consequentemente à Europa. O exemplo mais evidente deste progresso ocorrerá na região de Xinjiang, cuja estabilidade é essencial para a China. Por fim, permitirá reverter o abrandamento do crescimento económico da China e criar a imagem da China como exportadora de bens com alto nível de energia e não apenas a ideia de transformadora de recursos em produtos industriais.

No entanto, um projeto a longo-prazo e de dimensão mundial cria certos desafios que a China terá de enfrentar. Começando com o facto de se dirigir a vários países que aderem à OBOR, significando, assim, que o investimento terá como destino alguns países com problemas diversos, por exemplo ao nível de segurança e estabilidade (The Economist Intelligence Unit, 2015). Porém, na ótica chinesa de não interferência nos assuntos domésticos dos outros países, o investimento gera a longo-prazo estabilidade. Outro desafio localiza-se no Sudeste Asiático, uma região muito importante para a OBOR, mas apesar da tentativa de maior cooperação económica e comercial, a conflitualidade no Mar do Sul da China pode levar alguns países a estarem menos abertos aos projetos chineses (The Economist Intelligence Unit, 2015). Também os desafios internos da China como a desigualdade litoral-interior, as migrações internas e as consequências da política do filho único poderão exigir enormes despesas internas, afetando o investimento nos projetos da OBOR. Há ainda o risco de que as fontes de financiamento sejam utilizadas indevidamente, relacionado com a falta de transparência em alguns dos investimentos (The Economist Intelligence Unit, 2015). Por fim, o projeto é muitas vezes apresentado como ambicioso, uma vez que cobre cerca de 1/3 da população mundial e 1/4 dos bens e serviços.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Chen, S., 2015. US anger at Britain joining AIIB. *China Daily*. [Em linha] Disponível em: http://www.chinadaily.com.cn/opinion/cartoon/2015-03/17/content_19828534.htm. [Consult. em 21 de novembro de 2016]
- Embaixada da República Popular da China em Portugal, 2015. *Visões e Ações para Promover a Construção Conjunta da Faixa Económica da Rota da Seda e da Rota Marítima da Seda do Séc. XXI*, Lisboa: Embaixada da República Popular da China em Portugal. [Em linha] Disponível em: <http://pt.china-embassy.org/pot/xwtdt/t1381040.htm>. [Consult. em 21 de novembro de 2016].
- Gray, A., 2017. *World Economic Forum – The world’s 10 biggest economies in 2017*. [Em linha] Disponível em: <https://www.weforum.org/agenda/2017/03/worlds-biggest-economies-in-2017>. [Consult. em 1 de maio de 2017].
- Hassan, H, 2016. China 6 Magical Economic Corridor. *Foreign Policy News*. [Em linha] Disponível em: <http://foreignpolicynews.org/2016/08/14/china-6-magical-economic-corridor/>. [Consult. em 02 de maio de 2017].
- Lee, A. e Cheung, F., 2015. A brilliant plan: One Belt, One Road. *CLSA*. [Em linha] Disponível em: <https://www.clsa.com/special/onebeltoneroad/>. [Consult. em 21 de novembro de 2016].

- Liqun, J., 2016. *World Economic Forum - How will the new AIIB boost development?*. [Em linha] Disponível em: <https://www.weforum.org/agenda/2016/01/how-will-the-newasianinfrastructure-investment-bank-boost-development>. [Consult. em 26 de dezembro de 2016]
- Odgaard, O. e Delman, J., 2014. China's energy security and its challenges towards 2035. *Energy Policy*, agosto, Volume 71, p. 107–117. [Em linha] Disponível em: <http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0301421514002079>. [Consult. em 01 de novembro de 2016].
- Organização Mundial do Comércio, 2016. *Trade Profile of China*. [Em linha] Disponível em: <http://stat.wto.org/CountryProfile/>. [Consult. em 02 de maio de 2017].
- Ping, Z., 2015. *New Development of China's Energy Strategy*. [Em linha] Disponível em: <https://eneken.ieej.or.jp/data/6145.pdf> [Consult. em 05 de novembro de 2016].
- Simpkins, J., 2015. *China Wins Another Round - Dollar One Step Closer to Irrelevance- Outsider Club*. [Em linha] Disponível em: <http://www.outsiderclub.com/china-aiib-us-dollar-one-step-closer-toirrelevance-china-aiib-adb-world-bank/1473>. [Consult. em 02 de janeiro de 2017]
- The Economist Intelligence Unit, 2015. Prospects and Challenges on China's one belt, one road: a risk assessment report. *The economist*. [Em linha] Disponível em: <https://static1.squarespace.com/static/>. [Consult. em 02 de maio de 2017].
- Viehe, A., Gunasekaran, A., Wang, V. e Merchant, S., 2015. *Investments along China's Belt and Road Initiative*. [Em linha] Disponível em: <https://www.americanprogress.org/issues/security/news/2015/09/22/121689/investments-along-chinas-belt-and-road-initiative/>. [Consult. em 28 de novembro de 2016].
- Jinping, X., 2017. *World Economic Forum – President Xi's speech to Davos in full*. [Em linha] Disponível em: <https://www.weforum.org/agenda/2017/01/full-text-of-xi-jinping-keynote-at-the-world-economic-forum>. [Consult. em 01 de maio de 2017].
- Zimmerman, T., 2015. *The New Silk Roads: China, the U.S., and the Future of Central Asia*. [Em linha] Disponível em: http://cic.nyu.edu/sites/default/files/zimmerman_new_silk_road_final_2. [Consult. em 19 de novembro de 2016].

3. PAINEL 1 – DEBATE

Moderadora:

Dr.ª Maria Virgínia Mendes da Silva Pina

Oradores:

Embaixador José Duarte de Jesus

Mestre Rui P. Pereira

Dr.ª Maria Manuela Lopes Tavares

Dr.ª Fátima Carina de Oliveira Soares

Audiência:

Este seminário tem sido extremamente esclarecedor, principalmente sobre o ponto de vista económico, das relações comerciais e industriais com a China. Primeiramente, eu identifico-me: chamo-me [omitido pela coordenação] e pertenço à Amnistia Internacional. Gostaria, porém, de focar um aspeto que não foi focado até agora e parece-me que não será e que me parece extremamente importante, porque é relativamente consensual que sem estabilidade não há efetivo desenvolvimento. A estabilidade interna na China não é assim tão óbvia, porque existem diariamente centenas de revoltas nas fábricas, por exploração extrema dos trabalhadores.

Só queria focar mais este aspeto, que é uma questão muito importante para todos os países, que é a aplicação da sua própria Lei. Ou seja, os países que não são Estado de direito têm problemas, ou vão tê-los a médio ou longo prazo. De facto o respeito pela própria Lei e pelos Direitos Humanos é uma condição fundamental para a Paz, neste caso Paz interna. Desde 2015 que está a haver na China uma terrível repressão em relação aos advogados. Os advogados são aqueles que defendem a população quando veem os seus direitos espezinhados. Se estes advogados estão a ser sistematicamente presos, deixa de haver a imposição da Lei. Sobre a Lei refiro que há boas leis na China, nomeadamente consignadas na Constituição chinesa, mas na realidade não são aplicadas, não só pelos governos locais, mas pelas autoridades locais. Eram estes os dois aspetos que queria focar. Muito obrigada.

Moderadora:

Eu creio que não tendo sido uma pergunta, não terá da parte dos nossos oradores qualquer tipo de comentário.

PARTE II
A DIMENSÃO SECURITÁRIA

1. A REPÚBLICA POPULAR DA CHINA COMO POTÊNCIA MILITAR

Luís Tomé

Professor Doutor

Universidade Autónoma de Lisboa-Departamento de Relações Internacionais
Coordenador Científico do OBSERVARE-Observatório de Relações Exteriores
ltome@autonoma.pt

Quero começar por agradecer o honroso convite do IUM, da NOVA e do Instituto Diplomático para participar neste importante seminário e integrar o painel dedicado à dimensão securitária da República Popular da China (RPC).

O tema que me foi atribuído é “A RPC como Potência Militar”, que abordarei com base em dados estatísticos, evolutivos e comparativos, mas também situando o poderio militar chinês à luz dos princípios e objetivos da RPC em matéria de política externa e de segurança e das suas “grande estratégia” e “estratégia militar”. Farei uma apresentação relativamente breve, na expectativa de termos tempo para detalhar e refletirmos conjuntamente sobre alguns pontos mais concretos no período de debate. Por outro lado, acompanharei a minha exposição com uma série de elementos infográficos que facilitam a visualização de muitos dos aspetos em análise.

Os princípios que a RPC enuncia oficialmente como orientadores da sua política externa e de segurança podem resumir-se da seguinte forma: coexistência pacífica; não ingerência nos assuntos internos de outros países; desenvolvimento pacífico; benefício mútuo; confiança; igualdade; e mundo harmonioso. Estes princípios não são propriamente novos, pois são enunciados por Pequim desde o início dos anos 1950 com base no que ficou conhecido como “cinco princípios da coexistência pacífica”. A maior inovação foi a inclusão da noção “mundo harmonioso” pelo anterior Presidente chinês, Hu Jintao, como extensão conceptual à política externa da sua visão de “sociedade harmoniosa” na dimensão interna.

Quanto aos grandes objetivos da RPC, pode dizer-se que correspondem aos traçados por Deng Xiaoping no final dos anos 1970. Ainda assim, a atual equipa dirigente com Xi Jinping ao centro apresenta esses objetivos de uma forma mais confiante e ambiciosa e também particularmente simbólica, relacionando o “sonho chinês” com a celebração de dois centenários fundamentais para o regime comunista chinês:

China’s national strategic goal is to complete the building of a moderately prosperous society in all respects by 2021 when the CPC celebrates its centenary; and the

building of a modern socialist country that is prosperous, strong, democratic, culturally advanced and harmonious by 2049 when the People's Republic of China (PRC) marks its centenary. It is a Chinese Dream of achieving the great rejuvenation of the Chinese nation. The Chinese Dream is to make the country strong [...]

The State Council Information Office of the People's Republic of China (2015)

Este trecho evidencia bem a confiança do regime comunista chinês mercê de décadas de crescimento económico e de contínua afirmação internacional da RPC: com efeito, a liderança chinesa atual antecipa o objetivo de alcançar “uma sociedade moderadamente próspera” de meados do Século XXI (meta traçada por Deng Xiaoping em 1978) para 2021, coincidindo com o centenário da criação do Partido Comunista Chinês, remetendo para 2049 (centenário da proclamação da *República Popular* da China) o objetivo mais ambicioso de construir um “país socialista moderno que seja próspero, forte, democrático, culturalmente avançado e harmonioso”.

Quanto ao que podemos apelidar de “grande estratégia” da RPC, há dois conceitos essenciais para a compreender e explicar: “poder nacional abrangente” e “configuração estratégica de poder” ou *shi*. O poder nacional abrangente é o termo que Pequim usa para comparar a RPC a outras potências e ver a sua posição no *ranking* do poder mundial. Já a configuração estratégica de poder tem um significado distinto daquilo que as palavras podem indiciar literalmente em português, pois a ideia subjacente é a “propensão das coisas”, descrevendo os dirigentes chineses o contexto atual (isto é, final do Século XX / primeiras décadas do Século XXI) como um “período de oportunidades”. Por conseguinte, o estratega virtuoso apenas tem de tirar partido das oportunidades que se lhe oferecem. Ou seja, a China não quer forçar, promover e muito menos impor a sua ascensão, pois basta-lhe-á tirar habilmente partido das oportunidades, num contexto em que a “propensão das coisas” lhe é favorável, para naturalmente o seu poder nacional abrangente aumentar.

Significa isto que estamos perante uma “grande estratégia” de longo prazo, aparentando ser indiferente se a RPC sobe posições e/ou alcança o topo do *ranking* do poder mundial no prazo de uma década ou de um século. Mais: o regime chinês pretende mostrar que a RPC é uma potência diferente de outras ao longo da História, que não pretende fazer nem comportar-se, por exemplo, como a Alemanha Nazi, o Japão imperialista ou a União Soviética. Esta postura passa por insistir na ideia de que a China não tem ambições hegemónicas e que é uma potência benigna, propagandeando Pequim o célebre *peacefull rise*, não se colocando a RPC “em bicos de pés” para mostrar que é uma grande potência – ao contrário de algumas

outras potências que gostam de se exibir -, nem assumindo uma posição tipicamente confrontacional e revisionista.

Estes pressupostos estão em consonância com a chamada doutrina ou “estratégia dos 24 caracteres” enunciada por Deng Xiaoping pouco tempo antes de morrer, em 1992, e que sintetiza a postura estratégica que a RPC tem genericamente mantido: “*observar calmamente, conservar a nossa posição, envolvermo-nos nos assuntos prudentemente, esconder as nossas capacidades e esperar a nossa vez, ser bom a manter um perfil baixo, nunca reclamar a liderança...*”. A isto o antigo Presidente Hu Jintao acrescentou “*dar algumas contribuições*”, muito em resultado da pressão internacional (sobretudo dos EUA) para a RPC assumir as suas responsabilidades inerentes enquanto grande potência ou *responsible stakeholder*.

O poder militar da RPC tem, portanto, de ser devidamente enquadrado à luz dos objetivos e da estratégia de Pequim. Por outro lado, importa sublinhar que o tal “sonho chinês” anteriormente referido associado ao crescimento do “poder nacional abrangente”, ao “grande rejuvenescimento” e ao “fortalecimento” da China envolve todas as dimensões, desde a económica à militar. E a realidade é que o fortalecimento e a modernização militar da RPC que detalharemos adiante acompanham o aumento do poder económico chinês, que vale a pena observar com atenção.

Uma vez que a dimensão económica foi objeto de análise detalhada num outro painel, limito-me a invocar aqui o *share* no PIB mundial em paridades de poder de compra (PPP) que considero ser um dos melhores indicadores para aferir e comparar poder económico. A Figura 5 é bastante elucidativa: o *share* da RPC no PIB mundial em PPP já é o maior do mundo, ultrapassando claramente as parcelas da União Europeia e dos Estados Unidos; o aumento desse *share* da RPC é contínuo e bastante mais acentuado do que o de outras “economias emergentes” como a Índia ou o conjunto dos países do Sudeste Asiático¹; as parcelas de outras grandes economias como EUA, UE e Japão têm declinado contínua e gradualmente nas últimas décadas. As linhas da Figura 5 revelam ainda quem perdeu e quem ganhou poder económico nas últimas décadas, mostrando também quem ganhou mais: precisamente a RPC, cujo *share* no PIB mundial em PPP subiu de 2,3% em 1980 para 18,26% em 2017, com tendência para continuar a aumentar! E convém referir que os valores do FMI (tal como os de outras instituições como a OMC ou o Banco Mundial) referentes à RPC não incluem os dados

¹ Brunei, Camboja, Indonésia, Laos, Malásia, Myanmar, Filipinas, Singapura, Tailândia, Timor-Leste e Vietname.

respeitantes a Hong Kong (Região Administrativa Especial e na soberania da RPC desde 1999) nem obviamente a Taiwan, senão os números da RPC seriam ainda mais impressionantes.

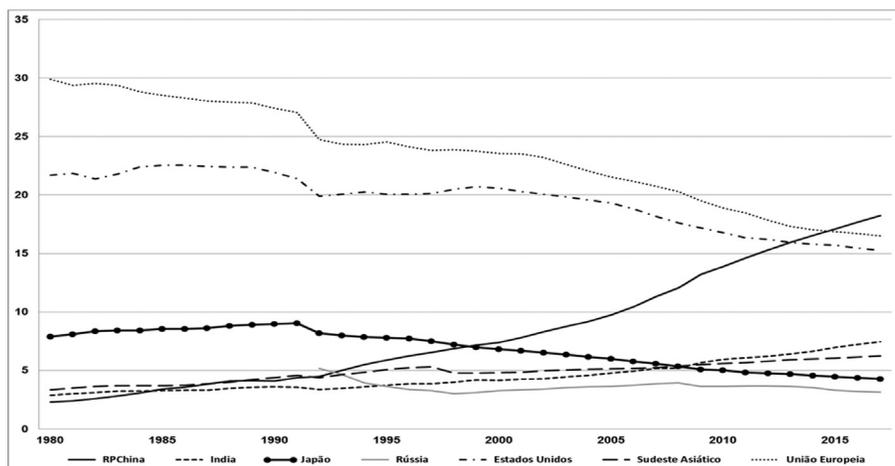


Figura 5 – Comparativo do *share* no PIB mundial em paridades de poder de compra (PPP)

Fonte: IMF (2017).

Um dos efeitos do crescimento económico e que também interfere com o desenvolvimento do poder militar da RPC é a sua crescente dependência energética. Convém recordar, todavia, que a RPC é um colosso energético. O Quadro 1 demonstra como surge bem posicionada nos *rankings* dos maiores produtores mundiais de petróleo, gás natural e carvão e também de eletricidade nuclear, hídrica, eólica e solar.

Quadro 1 – *Rankings* diversos com maiores produtores mundiais de energia

Crude oil		
Produtores	Mt	% do total mundial
Arábia Saudita	583	13,5
Federação Russa	546	12,6
Estados Unidos	537	12,4
Canadá	220	5,1
Irão	200	4,6
RPCChina	200	4,6
Iraque	191	4,4
Emirados Árabes Unidos	182	4,2
Kuwait	159	3,7
Brasil	135	3,1
Resto do Mundo	1368	31,8
Mundo	4321	100

Gás Natural		
Produtores	bcm	% do total mundial
Estados Unidos	749	20,7
Federação Russa	644	17,8
Irão	190	5,3
Canadá	174	4,8
Qatar	165	4,6
RPCChina	137	3,8
Noruega	121	3,3
Argélia	92	2,5
Arábia Saudita	90	2,5
Austrália	88	2,4
Resto do Mundo	1163	32,3
Mundo	3613	100
Carvão		
Produtores	Mt	% do total mundial
RPCChina	3242	44,6
Índia	708	9,7
Estados Unidos	672	9,2
Austrália	503	6,9
Indonésia	460	6,3
Federação Russa	365	5,0
África do Sul	257	3,5
Alemanha	176	2,4
Polónia	131	1,8
Cazaquistão	98	1,3
Resto do Mundo	657	9,3
Mundo	7269	100
Eletricidade Nuclear		
Produtores	TWh	% do total mundial
Estados Unidos	830	32,3
França	437	17,0
Federação Russa	196	7,6
RPCChina	171	6,7
Coreia	165	6,4
Canadá	101	3,9
Alemanha	92	3,6
Ucrânia	88	3,4
Reino Unido	70	2,7
Espanha	57	2,2
Resto do Mundo	365	14,2
Mundo	2571	100
Eletricidade Hídrica		
Produtores	TWh	% do total mundial
RPCChina	1130	28,4
Canadá	381	9,6

Brasil	360	9,0
Estados Unidos	271	6,8
Federação Russa	170	4,3
Noruega	139	4,3
Índia	138	3,5
Japão	91	2,3
Suécia	75	1,9
Venezuela	75	1,9
Resto do Mundo	11611483	28,8
Mundo	3978	100
Eletricidade Eólica		
Produtores	TWh	% do total mundial
Estados Unidos	193	23,0
RPCChina	186	22,2
Alemanha	79	9,5
Espanha	49	5,9
Índia	43	5,1
Reino Unido	40	4,8
Canadá	26	3,2
Brasil	22	2,6
França	21	2,6
Suécia	16	1,9
Resto do Mundo	162	19,3
Mundo	838	100
Eletricidade Solar Fotovoltaica		
Produtores	TWh	% do total mundial
RPCChina	45	18,3
Alemanha	39	15,7
Japão	36	14,5
Estados Unidos	32	13,0
Itália	23	9,3
Espanha	8	3,4
Reino Unido	8	3,1
França	7	2,9
Austrália	6	2,4
Índia	6	2,3
Resto do Mundo	37	15,1
Mundo	247	100

Fonte: Adaptado de Agência Internacional de Energia (2017, pp. 13-25).

O problema é que o acelerado ritmo de crescimento económico trouxe industrialização, motorização, eletrificação e urbanização, tudo acarretando um consumo muito maior de energia o que fez com que, apesar de ser um grande produtor de energia, a RPC deixasse de ser autossuficiente e tenha passado a importar petróleo e gás natural a partir de 1993/94. Desde então, a RPC tornou-se cada vez

mais dependente dessas importações, dependência que se acentuará ainda mais nos próximos anos: a Figura 6 apresenta estimativas da Agência Internacional de Energia (AIE/IEA) que aponta uma subida das parcelas das importações chinesas face ao consumo até 2035, passando dos atuais cerca de 20 % para 40% no caso do gás e de 60% para mais de 80% no caso do petróleo.

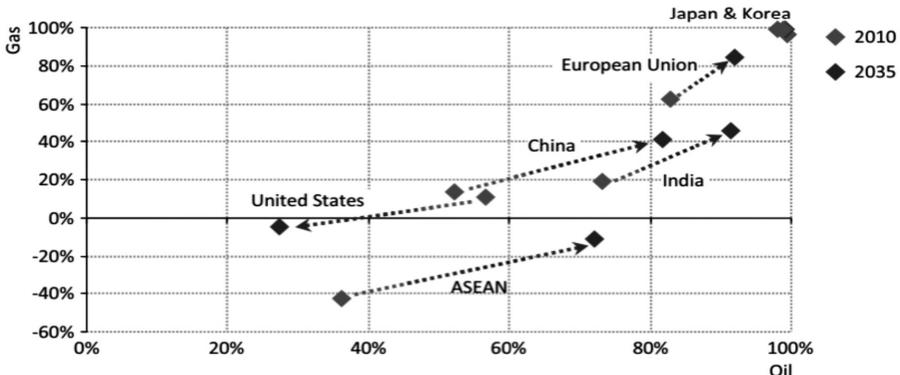


Figura 6 – Dependência das importações de petróleo e de gás: percentagem face ao consumo

Fonte: Adaptado a partir de Agência Internacional de Energia (2017).

Significa isto que, além da pretensão genérica de manter condições internas e externas favoráveis ao seu crescimento económico e o acesso aos mercados externos para escoamento da sua produção e abastecimento de outros bens, garantir o acesso a fornecedores e fontes de abastecimento energético e a segurança das respetivas rotas são fatores que condicionam atualmente de sobremaneira as opções geopolíticas e geoestratégicas da RPC. Basta referir, por exemplo, que pelo Estreito de Malaca passa mais de 80% do petróleo que a RPC importa, sendo fácil de antever o que estaria ou estará Pequim disposta a fazer para evitar que o controlo desse Estreito fique sob controlo de um poder hostil.

Outra das consequências resultantes do crescimento económico da RPC é a maior disponibilidade financeira para a Defesa. A RPC possui as maiores Forças Armadas nacionais do mundo, tendo o seu Exército Popular de Libertação (EPL) cerca de 2,2 milhões de soldados no serviço ativo, o que não é novidade nem estranho para o país mais populoso do mundo. A questão é que o orçamento de defesa da RPC tem subido continuamente ao longo das últimas décadas e, como revela a Figura 7, registando aumentos anuais oficiais quase sempre na ordem dos dois dígitos, isto é, mais de 10% ao ano e alguns anos superior mesmo a 15% e 20% - ou seja, muito acima do crescimento do PIB chinês. No mesmo sentido, a Figura 7 mostra que entre 2007 e 2016 as despesas militares da RPC aumentaram 118%.

O resultado deste aumento astronómico é a RPC surgir destacada na segunda posição do ranking dos maiores orçamentos de defesa do mundo, no ano de 2016 com despesas militares estimadas em 215 mil milhões USD e um share de 13% no total mundial. É certo que está ainda longe dos Estados Unidos, mas a RPC vem encurtando essa distância e, paralelamente, aumentando a diferença face à terceira posição nesse ranking que volta a ser ocupada pela Rússia (Figura 8).

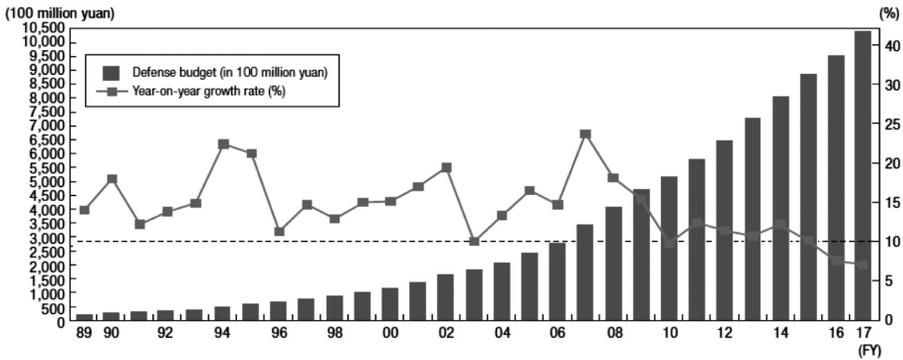


Figura 7 – Variações do orçamento de Defesa da RPC anunciadas oficialmente, 1989-2017

Fonte: Japan-Ministry of Defense (2017, p. 89).

Rank			Spending, 2016 (\$ b., MER)	Change, 2007-16 (%)	World share, 2016 (%)
2016	2015	Country			
1	1	USA	611	-4.8	36
2	2	China	[215]	118	[13]
3	4	Russia	69.2	87	4.1
4	3	Saudi Arabia	[63.7]	20	[3.8]
5	7	India	55.9	54	3.3
6	5	France	55.7	2.8	3.3
7	6	UK	48.3	-12	2.9
8	8	Japan	46.1	2.5	2.7
9	9	Germany	41.1	6.8	2.4
10	10	South Korea	36.8	35	2.2

Figura 8 – Os 10 Países com maiores despesas militares em 2016

Fonte: SIPRI (2017, p. 2).

Por outro lado, e para além das capacidades que desenvolve *per si* e com as suas indústrias de defesa e civil de dupla-utilização, a RPC continua a adquirir armamento junto de fornecedores estrangeiros. Apesar dos constrangimentos

resultantes do persistente boicote por alguns países, designadamente Ocidentais, na venda de armamento e de tecnologia de dupla utilização à RPC desde a tragédia de Tiananmen, em 1989, Pequim tem conseguido importar continuamente abundantes quantidades de armamentos. Já não é o maior importador como acontecia até há uns anos atrás, mas a Figura 9 revela que a RPC ainda é um dos principais importadores de armamentos com um *share* de 4,5% entre 2012 e 2016, continuando a Rússia a ser o seu maior fornecedor (representando uma parcela de 57% das importações chinesas de armamentos) seguida pela Ucrânia e pela França.

Importer	Share of arms imports (%)		Per cent change from 2007–11 to 2012–16	Main suppliers (share of importer's total imports, %), 2012–16		
	2012–16	2007–11		1st	2nd	3rd
1 India	13	9.7	43	Russia (68)	USA (14)	Israel (7.2)
2 Saudi Arabia	8.2	2.9	212	USA (52)	UK (27)	Spain (4.2)
3 United Arab Emirates	4.6	3.1	63	USA (62)	France (12)	Italy (6.5)
4 China	4.5	5.5	-11	Russia (57)	Ukraine (16)	France (15)
5 Algeria	3.7	3.9	4.7	Russia (60)	China (15)	Germany (12)

Figura 9 – Os 5 maiores importadores de armamentos e seus principais fornecedores, 2012-2016

Fonte: SIPRI, (2017a, p. 6).

A diplomacia militar da RPC e o seu impacto no comércio mundial de armamentos não se fica, todavia, pelas importações. A RPC passou entretanto também a exportar armas abundantemente e já é o terceiro maior exportador mundial de armamentos. Como se verifica na Figura 10, entre 2007-2011 e 2012-2016 essas exportações chinesas aumentaram 74% e a parcela da RPC no total mundial das exportações de armamentos subiu de 3,8% para 6,2%, sendo os seus principais clientes os vizinhos Paquistão, Bangladesh e Myanmar.

Exporter	Share of arms exports (%)		Per cent change from 2007–11 to 2012–16 ^a	Main clients (share of exporter's total exports, %), 2012–16		
	2012–16	2007–11		1st	2nd	3rd
1 United States	33	30	21	Saudi Arabia (13)	UAE (8.7)	Turkey (6.3)
2 Russia	23	24	4.7	India (38)	Viet Nam (11)	China (11)
3 China	6.2	3.8	74	Pakistan (35)	Bangladesh (18)	Myanmar (10)
4 France	6.0	6.9	-5.0	Egypt (19)	China (11)	UAE (9.1)
5 Germany	5.6	9.4	-36	South Korea (13)	Greece (12)	USA (9.7)

Figura 10 – Os 5 maiores exportadores de armamentos e seus principais clientes, 2012-2016

Fonte: SIPRI, (2017a, p. 2).

O facto é que o aumento continuado e avultado do orçamento militar, a par do fortalecimento das Forças Armadas, revela a intenção da RPC de se dotar de mais e melhores capacidades militares para coagir e/ou resistir à coação e, portanto, de incrementar o poder militar à medida que cresce o seu poder económico e político-diplomático, articulando assim o aumento do “poder nacional abrangente” chinês em todas as dimensões a fim de concretizar o “sonho chinês”: *“Building a strong national defense and powerful armed forces is a strategic task of China’s modernization drive and a security guarantee for China’s peaceful development. (...) China’s armed forces take their dream of making the military strong as part of the Chinese Dream”* (The State Council Information Office of the People’s Republic of China, 2015).

A realidade é que a RPC abraçou uma verdadeira “Revolução dos Assuntos Militares com características chinesas”, desenvolvendo e modernizando as suas capacidades militares, designadamente nos domínios naval, aéreo, mísseis, transportes, comunicações, espacial e cibernético. E recordo que estamos a falar do país que tem o maior Exército do mundo e o segundo maior orçamento de defesa, tendo também um dos principais arsenais nucleares (Figura 11) – aspeto crucial em qualquer reflexão sobre potências militares e, no caso da China, relevante também em virtude dos seus vários tipos de mísseis balísticos (Figura 12).

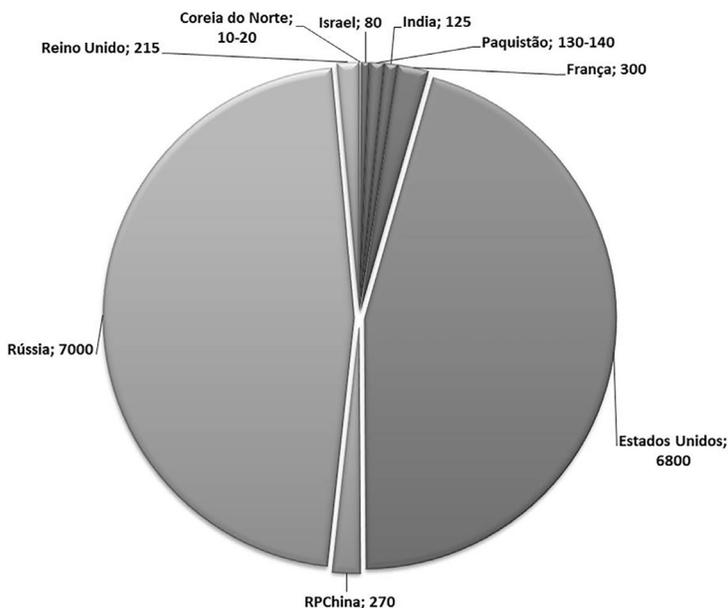


Figura 11 – Armas nucleares no mundo

Fonte: Adaptado de SIPRI, (2017b, p. 1).

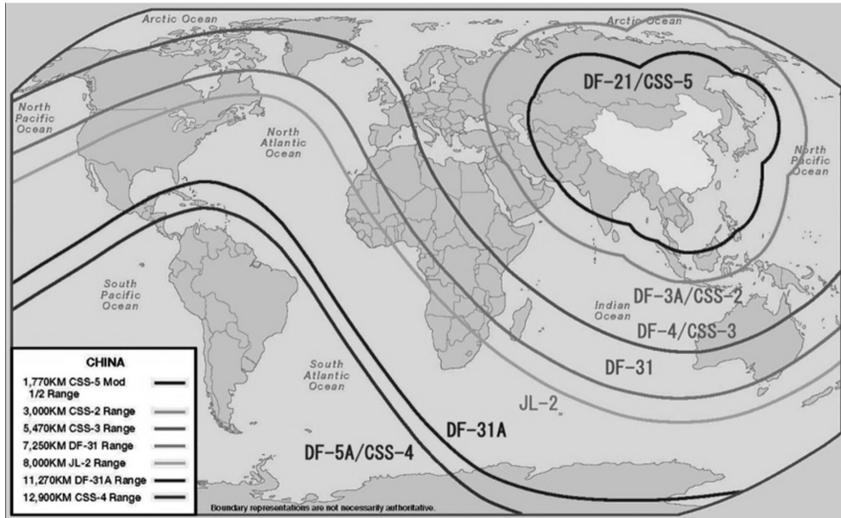


Figura 12 – Alcance dos mísseis balísticos chineses, a partir de Pequim

Fonte: Stars and Stripes (2018).

Questão fundamental é a motivação subjacente ao aumento significativo dos orçamentos de defesa da RPC e ao desenvolvimento e modernização das suas capacidades militares. A resposta envolve várias explicações, incluindo: a necessidade de um regime autocrático como é o chinês ter de providenciar e garantir importantes recursos às Forças Armadas para se sustentar no poder (e na RPC o EPL é uma instituição historicamente poderosa e proeminente); as muitas funções do EPL, com algumas que vão para lá das missões típicas das Forças Armadas noutros países (assegurar o papel dirigente do PCC, segurança e ordem pública, controlo e vigilância de fronteiras...); o imperativo de conter e controlar certos separatismos (Tibete, Xinjiang e, sobretudo, Taiwan); a necessidade de modernizar certos sectores, sistemas e armamentos mais obsoletos; a grande dimensão do território chinês, tendo a mais longa fronteira terrestre do mundo com 14 países a par de uma extensa área marítima; ou a dimensão da população chinesa e, em particular, do seu efetivo militar.

A estas acrescem outras razões fundamentais que contribuem para justificar o elevado orçamento de defesa e o fortalecimento militar da RPC. Primeiro, a preocupação com a “questão de Taiwan”, absolutamente crucial para o sonho da “unidade da China” e central no *vis a vis* com os Estados Unidos. Depois, as muitas disputas territoriais e fronteiriças envolvendo a RPC e países vizinhos, por exemplo, a Índia (a quem a RPC reivindica o Arunachal Pradesh, ao mesmo tempo que a Índia reivindica à China o Aksai Chin e outros territórios que considera parte da Ca-

xemira), o Vietname (sobre o arquipélago das Paracel e o Golfo de Tonquim), vários países do Sudeste Asiático (Vietname, Filipinas, Brunei, Malásia e Indonésia acerca do arquipélago das Spratly e do Mar da China do Sul) ou o Japão (ilhas Senkaky/Dyaoyu e Mar da China Oriental) (Figura 13). Em terceiro lugar, os vários *hotspots* na vasta periferia da RPC e que afetam a sua segurança e estabilidade, como sejam o Afeganistão, a Caxemira ou a Coreia do Norte/Península Coreana. Finalmente, além dos inúmeros desafios e riscos que afetam mais diretamente a soberania e a segurança da RPC, outra explicação invocada por Pequim tem por base o contributo das Forças Armadas chinesas para a paz, a segurança e a estabilidade na Ásia-Pacífico e no mundo.

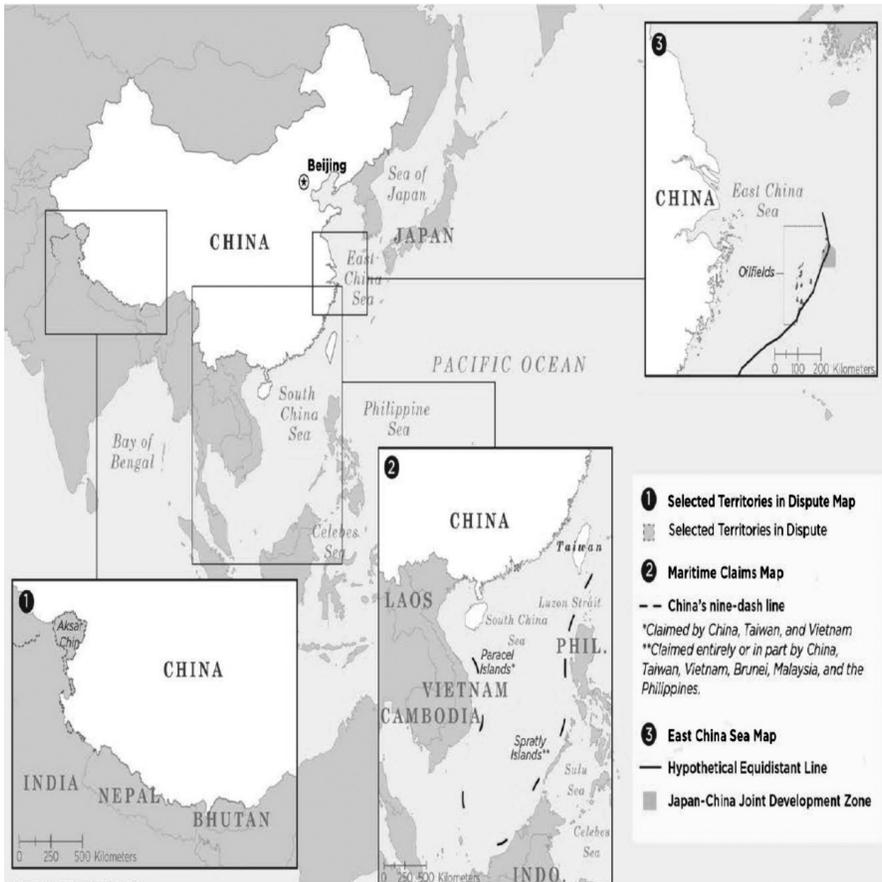


Figura 13 – Principais disputas territoriais envolvendo a RPC

Fonte: USA Department of Defense (2017, p. 7).

Ainda a propósito das “missões estratégicas” incumbidas às Forças Armadas chinesas, vale a pena citar aqui também a perspectiva de Pequim no *China’s Military Strategy*:

In the new circumstances, the national security issues facing China encompass far more subjects, extend over a greater range, and cover a longer time span than at any time in the country’s history. Internally and externally, the factors at play are more complex than ever before (...).

China’s armed forces will effectively perform their missions in the new historical period, resolutely uphold the leadership of the CPC and the socialist system with Chinese characteristics, safeguard China’s sovereignty, security and development interests, safeguard the important period of strategic opportunities for China’s development, maintain regional and world peace, and strive to provide a strong guarantee for completing the building of a moderately prosperous society in all respects and achieving the great rejuvenation of the Chinese nation.

China’s armed forces mainly shoulder the following strategic tasks:

- *To deal with a wide range of emergencies and military threats, and effectively safeguard the sovereignty and security of China’s territorial land, air and sea;*
- *To resolutely safeguard the unification of the motherland;*
- *To safeguard China’s security and interests in new domains;*
- *To safeguard the security of China’s overseas interests;*
- *To maintain strategic deterrence and carry out nuclear counterattack;*
- *To participate in regional and international security cooperation and maintain regional and world peace;*
- *To strengthen efforts in operations against infiltration, separatism and terrorism so as to maintain China’s political security and social stability; and*
- *To perform such tasks as emergency rescue and disaster relief, rights and interests protection, guard duties, and support for national economic and social development (The State Council Information Office of the People’s Republic of China, 2015).*

A “estratégia militar chinesa” continua a ter como elemento central o conceito de “defesa ativa”, assim exposto oficialmente por Pequim:

The strategic concept of active defense is the essence of the CPC’s military strategic thought. From the long-term practice of revolutionary wars, the people’s armed forces have developed a complete set of strategic concepts of active defense, which boils down to: adherence to the unity of strategic defense and operational and tactical offense; adherence to the principles of defense, self-defense and post-emptive strike; and adherence to the stance that “We will not attack unless we are attacked, but we will surely counterattack if attacked” (The State Council Information Office of the People’s Republic of China, 2015).

A noção de “defesa ativa” é formulada desde a proclamação da República Popular da China, sofrendo desde então algumas adaptações doutrinárias:

In 1993 the military strategic guideline of the new era was formulated, which took winning local wars in conditions of modern technology, particularly high technology, as the basic point in making preparation for military struggle (PMS). In 2004, the guideline was further substantiated, and the basic point for PMS was modified to winning local wars under conditions of informationization. (The State Council Information Office of the People's Republic of China, 2015).

A nova formulação no *China's Military Strategy* de 2015 é a seguinte:

In line with the evolving form of war and national security situation, the basic point for PMS [preparation for military struggle] will be placed on winning informatio- nized local wars, highlighting maritime military struggle and maritime PMS. The armed forces will work to effectively control major crises, properly handle possible chain reactions, and firmly safeguard the country's territorial sovereignty, integrity and security.

To implement the military strategic guideline of active defense in the new situation, China's armed forces will innovate basic operational doctrines. In response to security threats from different directions and in line with their current capabilities, the armed forces will adhere to the principles of flexibility, mobility and self-dependence so that "you fight your way and I fight my way." Integrated combat forces will be employed to prevail in system-vs-system operations featuring information dominance, precision strikes and joint operations.

(...) To implement the military strategic guideline of active defense in the new situa- tion, China's armed forces will uphold the following principles:

- To be subordinate to and in the service of the national strategic goal, implement the holistic view of national security, strengthen PMS, prevent crises, deter and win wars;*
- To foster a strategic posture favorable to China's peaceful development, adhere to the national defense policy that is defensive in nature, persevere in close coordination of political, military, economic and diplomatic work, and positively cope with comprehensive security threats the country possibly encounters;*
- To strike a balance between rights protection and stability maintenance, and make overall planning for both, safeguard national territorial sovereignty and maritime rights and interests, and maintain security and stability along China's periphery;*
- To endeavor to seize the strategic initiative in military struggle, proactively plan for military struggle in all directions and domains, and grasp the opportunities to accelerate military building, reform and development;*
- To employ strategies and tactics featuring flexibility and mobility, give full play to the overall effectiveness of joint operations, concentrate superior forces, and make integrated use of all operational means and methods;*
- To make serious preparations to cope with the most complex and difficult sce- narios, uphold bottom-line thinking, and do a solid job in all aspects so as to*

ensure proper responses to such scenarios with ease at any time and in any circumstances;

- *To bring into full play the unique political advantages of the people’s armed forces, uphold the CPC’s absolute leadership over the military, accentuate the cultivation of fighting spirit, enforce strict discipline, improve the professionalism and strength of the troops, build closer relations between the government and the military as well as between the people and the military, and boost the morale of officers and men;*
- *To give full play to the overall power of the concept of people’s war, persist in employing it as an ace weapon to triumph over the enemy, enrich the contents, ways and means of the concept of people’s war, and press forward with the shift of the focus of war mobilization from human resources to science and technology; and*
- *To actively expand military and security cooperation, deepen military relations with major powers, neighboring countries and other developing countries, and promote the establishment of a regional framework for security and cooperation.* (The State Council Information Office of the People’s Republic of China, 2015) (sublinhado nosso).

Como facilmente se percebe, o conceito chinês de “defesa ativa” é muito distinto do de legítima defesa, não significando resposta/reação a uma agressão nem preempção (ataque militar antecipatório mediante uma ameaça direta e iminente) nem prevenção (pré-posicionamento de forças ou gestão de crises e conflitos). Envolve tudo isso mas é muito mais abrangente, incluindo igualmente operações de projeção de poder, controlo de escalada, ataques cibernéticos e até abordagens coercivas. No fundo, pode dizer-se que a defesa ativa chinesa é estrategicamente defensiva mas de orientação operacional proactiva. O facto é que Pequim justifica o fortalecimento militar da RPC com base nesse conceito e no âmbito do qual está a desenvolver um amplo programa de modernização militar que lhe permitem, entre outros aspetos, ampliar e reforçar também as suas capacidades de anti-acesso / negação de área (A2/AD). Estas capacidades A2/AD e a abrangência da defesa ativa chinesas deixam apreensivos quer os países vizinhos da RPC (recordando que ainda por cima muitos deles têm disputas territoriais com a China) quer naturalmente os EUA.

China continues to develop capabilities to dissuade, deter, or, if ordered, to defeat possible third-party intervention during a large-scale, theater campaign such as a Taiwan contingency. U.S. defense planners often refer to these collective PLA capabilities as A2/AD [anti-access/area denial], though China does not use this term. China’s military modernization plan includes the development of capabilities to attack, at long ranges, adversary forces that might deploy or operate within the western Pacific Ocean in the air, maritime, space, electromagnetic, and information domains (USA-Department of Defense, 2017, p. 40).

Em particular, na visão e nos cálculos dos EUA, a modernização militar da RPC visa essencialmente dissuadir a independência *de jure* de Taiwan e, se necessário, impor a “unificação da China” pela coação, sendo portanto as capacidades de anti-acesso / negação de área chinesas destinadas sobretudo a impedir o acesso americano ao teatro de operações de Taiwan (Figura 14) no caso de um eventual conflito:

China’s overall strategy continues to incorporate elements of both persuasion and coercion to hinder the development of political attitudes in Taiwan favoring independence.... The PLA continues to develop and deploy military capabilities intended to coerce Taiwan or to attempt an invasion, if necessary. These improvements pose major challenges to Taiwan’s security, which has historically been rooted in the PLA’s inability to project power across the 100 nm Taiwan Strait, the natural geographic advantages of island defense, Taiwan’s armed forces’ technological superiority, and the possibility of U.S. intervention. (...) Preparation for a Taiwan conflict with the possibility of U.S. intervention continues to play a prominent role in China’s military modernization program. (USA-Department of Defense, 2017, pp. 71 e 81).

		China	Taiwan (Reference)
Total military forces		Approx. 2.2 million troops	Approx. 220,000 troops
Ground forces	Group troops	Approx. 1.15 million troops	Approx. 130,000 troops
	Tanks, etc.	Type-99/A, Type-98/A, Type-96/A, Type-88A/B and others Approx. 7,400 vehicles	M-60A, M-48A/H and others Approx. 1,200 vehicles
Maritime forces	Warships	Approx. 740 vessels / 1,630,000 tons	Approx. 390 vessels / 210,000 tons
	Aircraft carriers, destroyers, and frigates	Approx. 80 vessels	Approx. 20 vessels
	Submarines	Approx. 60 vessels	4 vessels
	Marines	Approx. 10,000 troops	Approx. 10,000 troops
Air forces	Combat aircraft	Approx. 2,720 aircraft	Approx. 510 aircraft
	Modern fighters aircraft	J-10 x 346 Su-27/J-10 x 329 Su-30 x 97 J-15 x 13 J-16 x 2 (under tests) J-20 x 2 (under tests) (Fourth-/fifth-generation fighters (total): 789)	Mirage 2000 x 56 F-16 x 144 Ching-kuo x 128 (Fourth-generation fighters (total): 328)
Reference	Population	Approx. 1.38 billion	Approx. 23 million
	Term of service	2 years	1 year

Figura 14 – Comparativo de forças entre a RPC e Taiwan

Fonte: Japan-Ministry of Defense (2017, p. 94).

O regime chinês insiste que não tem intenções hegemônicas e que as Forças Armadas chinesas prosseguem apenas motivações defensivas, destinadas a salvaguardar a soberania e o “desenvolvimento pacífico” da RPC. A realidade é que nem os EUA nem os vizinhos da RPC confiam inteiramente nessas garantias chine-

sas, não só em face da dimensão e do ritmo do fortalecimento militar da RPC mas também por via de certos comportamentos chineses mais assertivos na promoção das suas reivindicações, como exemplificam a crescente presença militar chinesa no disputado Mar da China do Sul (incluindo a construção de novas instalações militares com aterros em vários atóis e ilhas, conforme imagens da Figura 15); o estabelecimento pela primeira vez de uma Zona de Identificação de Defesa Aérea (*Air Defense Identification Zone - ADIZ*) chinesa, anunciada publicamente por Pequim em Novembro de 2013, e que se sobrepõe às ADIZ do Japão e da Coreia do Sul no Mar da China Oriental (Figura 16); ou a alegada e repetida violação chinesa do espaço aéreo e marítimo japonês nas proximidades das disputadas ilhas Senkaku/Diaoyu (Figura 17).

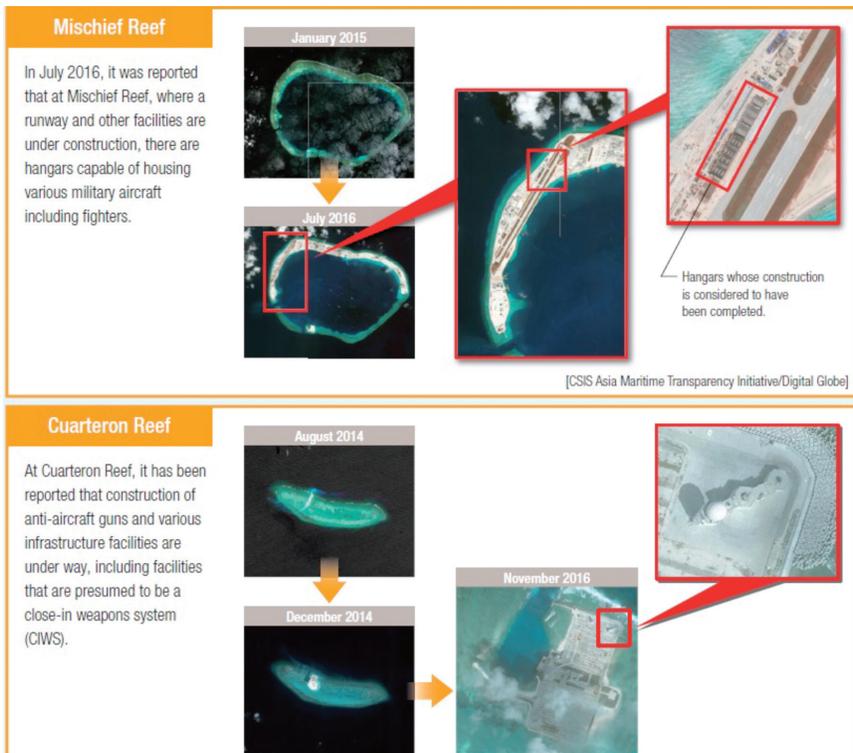


Figura 15 – Construção de infraestruturas pela RPC no Mar da China do Sul

Fonte: Japan-Ministry of Defense (2017; p. 100 e 103)

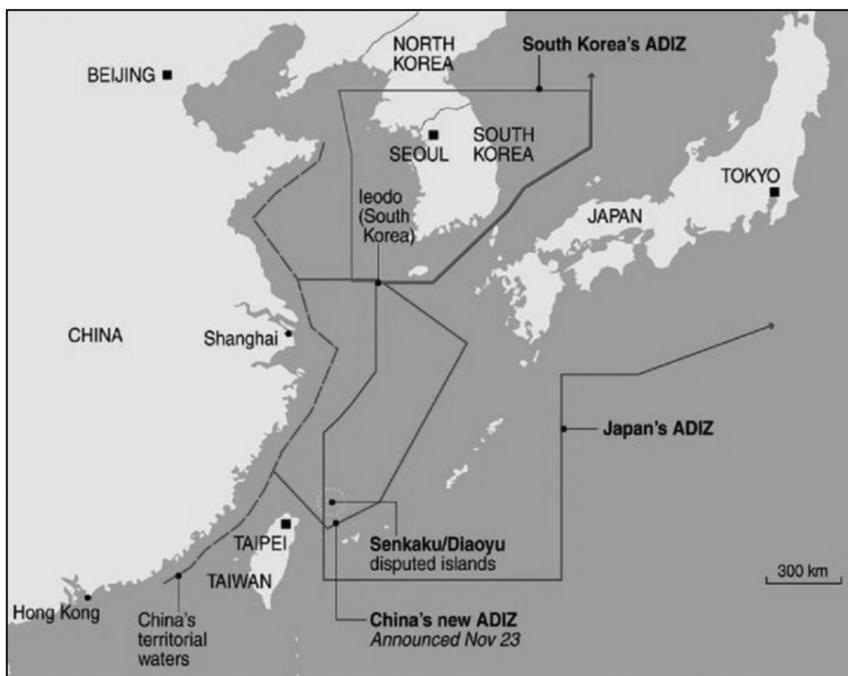


Figura 16 – Sobreposição de Zonas de Zonas de Identificação de Defesa Aérea no Mar da China Oriental

Fonte: Adaptado de The Heritage Foundation (2018, p. 278).

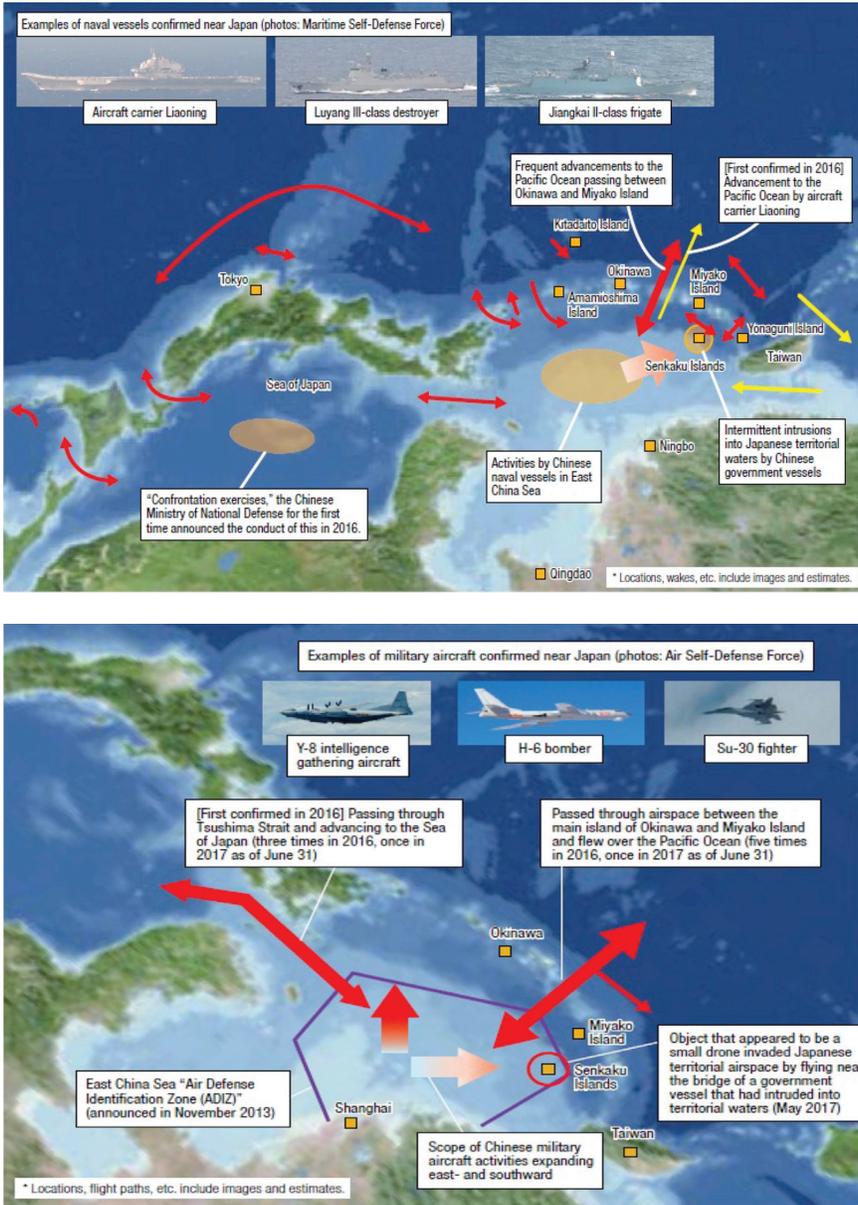


Figura 17 – Atividades chinesas em espaços marítimo e aéreo próximo do Japão

Fonte: Japan-Ministry of Defense (2017; p. 100 e 103).

A postura inegavelmente mais assertiva da RPC nos últimos anos é condizente com uma maior confiança de Pequim nas capacidades militares chinesas e

também com o objetivo estratégico de assumir a RPC como uma “potência regional efetiva”. Na realidade, estamos no segundo ciclo da modernização militar da RPC, dos três grandes ciclos temporais traçados pelo regime chinês no final dos anos 1970 e com os seguintes objetivos estratégicos:

- 1979-2010: Redução do efetivo, modernização de equipamento e armamento, revisão da doutrina, melhorar as condições de vida dos militares. Objetivo estratégico: RPC Ter Capacidade Para Dissuadir Adversários Regionais.
- 2010-2020: Aceleração da modernização das capacidades navais e aéreas, ajustamentos doutrinários. Objetivo estratégico: RPC Assumir-se como Potência Regional Efetiva.
- 2020-2049: Prosseguir a modernização. Objetivo estratégico: Tornar a RPC uma Potência Militar com Capacidade de Projeção Global.

Significa isto que muito em breve estaremos a entrar num novo ciclo em que a RPC pretende que a sua modernização lhe permita ascender à categoria de potência militar com capacidade de projeção global. Pelo que fomos demonstrando anteriormente, creio que não há dúvidas de que a RPC é uma “potência militar regional efetiva”, sendo também uma potência militar de envergadura global em vários aspetos, embora ainda com capacidades limitadas de projeção de forças. Parece igualmente evidente que a RPC prosseguirá a sua modernização militar, continuando a reforçar esta dimensão do seu “poder nacional abrangente” e a melhorar a sua posição no *ranking* de poder mundial. A grande dúvida reside, portanto, no comportamento da RPC quando dispuser de mais e melhores capacidades militares de anti-acesso / negação de área e de projeção de forças.... e com que China lidaremos quando for verdadeiramente uma “potência militar com capacidade de projeção global”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

IMF, 2017. *World Economic Outlook (October 2017)*. [Em linha] Disponível em: <http://www.imf.org/external/datamapper/pppsh@weo/chn/ind/jpn/rus/usa/eu/seq>, [Consult. em 28 de fevereiro de 2018].

Japan-Ministry of Defense, 2017. *Defense of Japan*.

SIPRI, 2016. *Trends in World Military Expenditure*.

SIPRI, 2017a. *Trends in International Arms Transfers*.

SIPRI, 2017b. *Trends in World Nuclear Forces*.

The Heritage Foundation, 2018. *Index of U.S. Military Strength*.

The State Council Information Office of the People's Republic of China, 2015. *China's Military Strategy*.

USA Department of Defense, 2017. *Military and Security Developments involving the People's Republic of China 2017. Annual Report to Congress*.

2. O INSTRUMENTO MILITAR CHINÊS

José Alberto Rosário dos Santos Gonçalves

Capitão-de-Fragata
Instituto Universitário Militar
goncalves.jars@ium.pt

Pretende-se com este artigo apresentar uma análise ao instrumento militar chinês, por conseguinte um exame ao Exército Popular de Libertação da República Popular da China (EPL), criado a 1 de agosto de 1927, designado nessa altura por Exército Vermelho, e que desde então tem escrito a sua própria história, à par da história do Partido Comunista Chinês. Neste percurso muita coisa mudou, a doutrina, a organização, o treino, as lideranças e o seu equipamento que agora apresenta índices tecnológicos elevados, ombreando com as suas congéneres mais sofisticadas neste ambiente global.

No processo de planeamento de forças dos países pertencentes à Organização do Tratado do Atlântico Norte, uma capacidade militar é definida e edificada considerando várias vertentes que a compõem, entre elas, a doutrina, organização, treino, liderança, material, pessoal, infraestruturas e interoperabilidade (MDN, 2014), considerando-se, por isso, útil a utilização daqueles indicadores na nossa análise, mas não consideraremos as duas últimas.

Começaremos então pela Organização. Caracterizada pela existência de um comando dual, exercido por duas entidades nominalmente separadas, mas ambas designadas por Comissão Militar Central (CMC), uma pertencente ao Partido Comunista Chinês cujos membros são designados pelo Comitê Central do partido e a outra pertencente ao Governo Chinês com os seus membros designados pelo Congresso Popular Nacional, órgão de decisão mais importante do governo, sendo que a primeira tem maior precedência e autoridade. A composição das duas comissões é idêntica, e na prática acabam por funcionar como uma e mesma organização (Cliff, 2015).

No final de 2015 e início de 2016, sob a liderança do presidente Xi Jinping o Exército Popular de Libertação (EPL) iniciou um processo de grandes reformas estruturais e que por sua vez eram parte de um conjunto mais amplo de mudanças no âmbito da Defesa (Sauders e C., 2017). As Figuras 18 e 19 mostram-nos respetivamente a organização anterior e aquela que está a ser implementada.

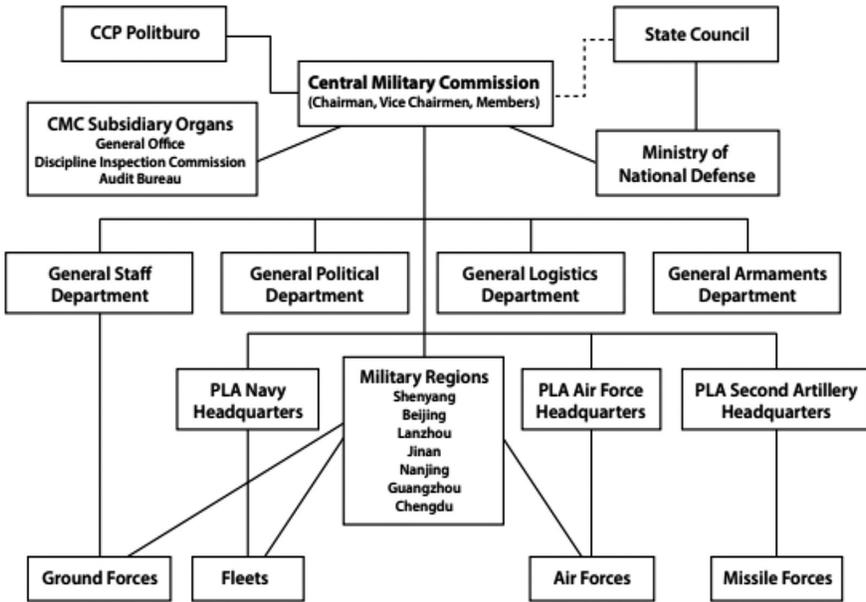


Figura 18 – Organização do EPL antiga
 Fonte: Cordsman (2016).

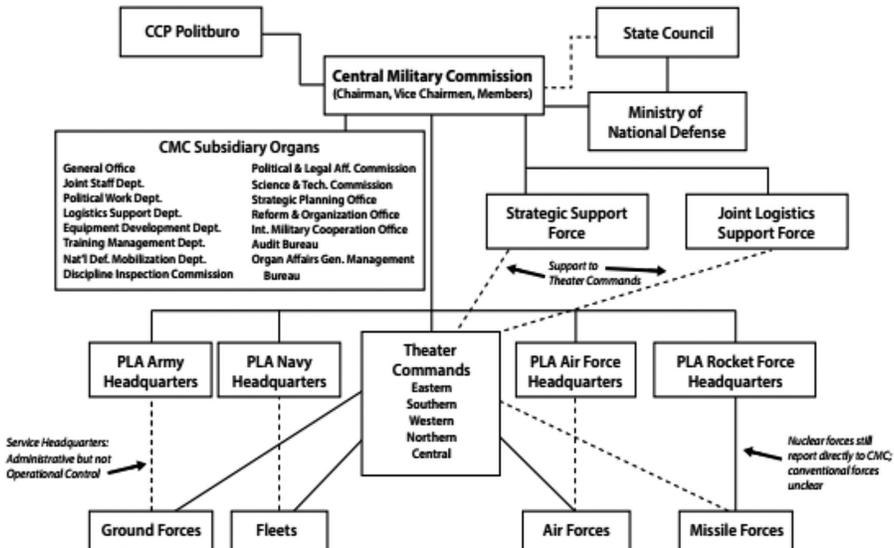


Figura 19 – Organização do atual EPL
 Fonte: Cordsman (2016).

Pela análise e comparação que se faz dos dois organigramas, verifica-se existirem alterações importantes, logo à cabeça o aumento do número de órgão subsidiários subordinados diretamente à CMC, trata-se de um conjunto de departamentos, comissões e gabinetes que foram criados através da transferência de atribuições e competências de órgãos que faziam parte dos anteriores departamentos gerais que, entretanto, foram dissolvidos.

O Exército, que até então era gerido por um dos departamentos gerais, passa a ter um Quartel-general próprio à semelhança dos outros ramos tradicionais.

A Força da Segunda Artilharia é rebatizada passando a designar-se como Força de Foguetes e passa a ser formalmente considerada um ramo à semelhança do Exército, Marinha e Força Aérea. A Força de Foguetes tem particularidades que importam realçar, na medida em que esta Força é responsável por gerir e operar os mísseis convencionais, para além dos mísseis nucleares baseados em terra, dando corpo ao que as autoridades chinesas chamam de *“Dual deterrance and dual operations”* na lógica que as capacidades convencionais e de mísseis nucleares podem dissuadir os adversários da China, e que tanto as operações convencionais e nucleares serão necessárias em tempo de guerra (Cordsman, 2016).

A criação da Força de Apoio Estratégico (FAE) veio alterar toda a organização e o esforço dos serviços de informações em apoio às operações militares de nível estratégico, operacional e tático e é responsável por consolidar grande parte da recolha de informações militares, tais como os sinais eletrónicos e outros elementos de guerra de informações dentro de uma única organização que relata diretamente ao CMC, que assim, passa ter um maior controlo sobre todo o panorama com interesse para o processo de decisão. De acordo com fontes chinesas não estatais a FAE terá o seu foco no comando, controlo, comunicações, computadores, informações, vigilância e reconhecimento (C4ISR²) (Cordsman, 2016, p. 15), constituindo-se como uma capacidade essencial para o planeamento e execução de operações conjuntas e para a exploração estratégica do espaço sideral.

Foi criada também uma força de apoio logístico conjunto, muito por força da necessidade de se eliminar redundâncias, aumentar o nível de padronização e normalização, combater a corrupção e tornar mais eficiente o apoio logístico aos Comandos de Teatro nas operações conjuntas, já que a logística intrínseca de cada um dos ramos permanece responsável de cada ramo ou força (Cordsman, 2016, p. 16).

Os Comandos de Teatro, resultam da reconfiguração das sete Regiões Militares para cinco Zonas de Guerra onde cada uma delas tem um Comando Conjunto,

² *Command, Control, Communications, Computers, Intelligence, Surveillance and Reconnaissance.*

que é responsável por manter a paz, dissuadir a guerra ou conflitos e, se necessário for, ganhar as batalhas travadas nesses espaços, utilizando as capacidades militares que cada um dos ramos disponibiliza. Sendo de notar que cada uma das regiões foi desenhada tendo em conta vários fatores e entre eles a ameaça mais provável de ali ocorrer (Cordsman, 2016, p. 17).

Em termos de organização crê-se que todas estas alterações vêm no sentido de tornar o instrumento militar chinês mais hábil na condução de operações conjuntas, através de uma estrutura de comando e controlo muito mais próximo do que é adotado pelos Estados Unidos da América.

A Doutrina é entendida como o que está escrito, geralmente, pelos níveis mais altos da hierarquia militar e disseminado em todo conjunto de unidades e forças que constituem as Forças Armadas, com a intenção de instruir e padronizar. Representa a cultura institucional resultante do pensamento conceptual sobre a natureza do conflito e a melhor conduta da guerra e observa-se que é considerada a fundação do conhecimento profissional militar. A Doutrina é para os soldados o que os planos são para arquitetos ou as leis para os advogados. A definição oficial de Doutrina do Departamento de Defesa do EUA, não acrescenta muito mais, pois considera ser um conjunto de princípios fundamentais pelos quais as forças militares ou os seus elementos guiam as suas ações em apoio aos objetivos nacionais, e a esta definição geral é acrescentado que a Doutrina deve ser obrigatoriamente seguida, mas requer julgamento na sua aplicação (Jackson, 1975, p. 6).

A Doutrina assumida desde o princípio da fundação da República Popular da China até meados da década de 1970, era referida como a “Guerra do Povo” e era essencialmente uma doutrina de guerra de guerrilha que preconizava inicialmente a não utilização do confronto direto sobre as forças invasoras, mas sim a utilização de táticas *de bater e fugir*, principalmente na retaguarda das posições do adversário. Só depois do invasor estar desgastado e enfraquecido é que o EPL iniciaria uma contra ofensiva para expulsar o invasor (Cliff, 2015).

Em meados da década de 1970, a doutrina “Guerra do Povo” foi substituída por outra que por vezes é designada como a “Guerra do Povo sob modernas condições”. Esta doutrina dava ênfase à necessidade de abordar militarmente o adversário perto das fronteiras da China, colocando igualmente maior importância nas batalhas iniciais e em antecipação, permitidas pela capacidade de posicionamento e pela dissuasão nuclear que a China passara a ter (Cliff, 2015).

Em meados dos anos 80, do século passado, ocorreu uma nova revisão da doutrina, passando agora a ser designada como “Guerra Local sob modernas condições”. Contrariamente às doutrinas anteriores, esta não considerava, por prospectiva dos seus dirigentes, a possibilidade de uma guerra total. Os cenários assumidos

previam apenas lutas/conflitos/guerras localizadas, limitadas por isso, no espaço e no tempo (Cliff, 2015). Tudo isto implicou novos princípios operacionais, incluindo o aproveitamento da iniciativa, promoção de ações ofensivas com antecedência conjugadas com a concentração de forças nos objetivos relevantes, valorizando a capacidade de manobra e a ação indireta, que se consubstancia no objetivo de derrotar o inimigo, não por ataque direto às suas forças principais, mas sim através da destruição do seu apoio logístico ou das suas capacidades de comando e controlo ou através de ataque por direções ou em localizações onde o adversário não está capaz de se defender apropriadamente.

A observação e a análise efetuadas pelos estrategas militares chineses à Operação Tempestade no Deserto catalisaram a terceira revisão da doutrina militar do EPL. Tendo Jiang Zemin ordenado que o EPL se preparasse para a “Guerra Local sob modernas tecnologias” mais tarde referida como a “Guerra Local sob condições de alta tecnologia”. A liderança da China voltou a ajustar sua doutrina militar em 2004, quando Hu Jintao ordenou que os militares se concentrassem na “Guerra local em condições de informatização” (Office of the Secretary of Defense, 2016).

A avaliação do Material, neste caso do Armamento, não se pode resumir ao número total de sistemas de armas que se possui, há que ter em conta também a sua qualidade refletida na atualidade da tecnologia associada. Entre 2000 e 2010 a Indústria de Defesa Chinesa desenvolveu uma variedade de sistemas de armas, incluindo veículos de infantaria, veículos de assalto anfíbio, artilharia com autopropulsão, helicópteros de ataque, submarinos, *destroyers*, aviões de combate, mísseis superfície-ar, mísseis de cruzeiro e satélites. Mas, o número de sistemas produzidos até 2010 não foi muito significativo, permitindo apenas uma modernização parcial do EPL. O programa de modernização do EPL tem vindo a ser conduzido de forma abrangente e com o objetivo de aumentar a sua capacidade de conduzir operações de anti-acesso/negação de área (A2/AD)³, projeção de poder e dissuasão nuclear. Continua também a desenvolver capacidades para o que o EPL designa de outras missões que não guerra, bem como para as operações em domínios emergentes, ou seja, no ciberespaço, no espaço e no âmbito do espectro eletromagnético (Office of the Secretary of Defense, 2017).

O EPL modernizou os seus mísseis convencionais de forma muito célere, possuindo hoje uma panóplia considerável de mísseis balísticos de curto alcance (SRBM)⁴, bem como de mísseis de cruzeiro (LACM)⁵ (Figura 20). Por outro lado está

³ *Anti-access / Area Denial.*

⁴ *Short Range Ballistic Missile.*

⁵ *Land-Attack Cruise Missile.*

também a desenvolver uma capacidade de defesa contra mísseis balísticos (BMD)⁶, consistindo num guarda-chuva com capacidade de interceção cinética acima dos 80 km de altitude.

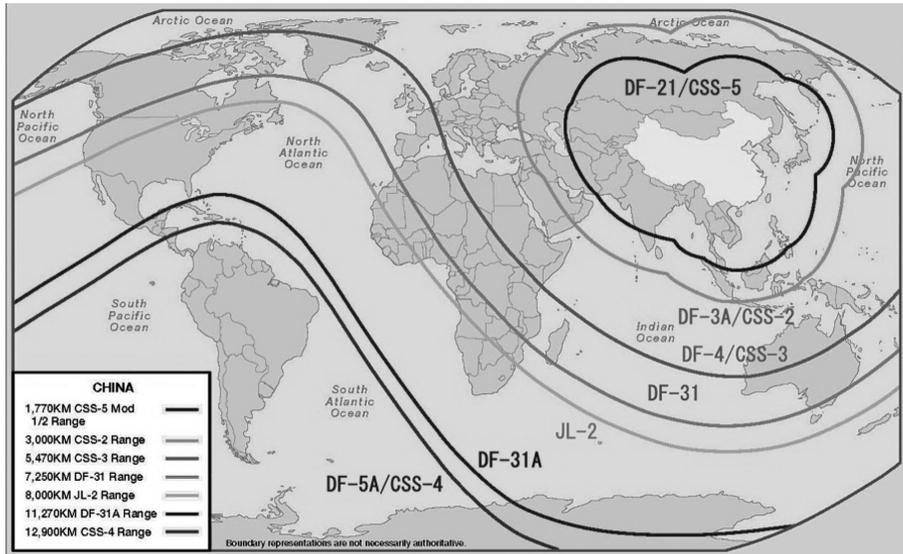


Figura 20 – Alcance dos mísseis balísticos e de médio alcance da RPC

Fonte: Stars and Stripes (2018).

No mar, para as operações de superfície e submarinas a China continua a desenvolver uma variedade de capacidades ofensivas e defensivas com o objetivo de permitir o controlo dos “mares próximos”, e de certa forma também, adquirir capacidade de combate nos “mares distantes”. Um exemplo deste esforço é o míssil anti-superfície (ASBM)⁷ ACSS-5 Mod 5, especificamente projetado para ser utilizado contra navios que se encontrem até 1500 km (aproximadamente 800 milhas náuticas). Há também que considerar o esforço no desenvolvimento da sua capacidade submarina, muito embora se reconheça existir ainda um caminho considerável a ser seguido para colmatar as deficiências de capacidades para as águas profundas (Office of the Secretary of Defense, 2017).

O EPL considera essencial a capacidade de usar sistemas baseados no Espaço e, em simultâneo, negar ao adversário o uso do Espaço, permitindo assim a condução de uma guerra moderna e informatizada. A China tem tido uma posição

⁶ Ballistic Missile Defense.

⁷ Anti-ship Ballistic Missile.

pública ou de retórica contra a militarização do Espaço, mas é indisfarçável o fortalecimento da sua capacidade militar espacial, não para ser usada de forma isolada, mas de acordo com uma doutrina que a integra com as outras capacidades, na qual desempenhará uma função essencial e determinante para as operações contra a designação de alvos por parte dos adversários. A China procura utilizar os sistemas espaciais para estabelecer uma capacidade de exercer vigilância e reconhecimento e aviso antecipado em tempo real e com elevada precisão e como plataforma para aumentar a sua capacidade de comando e controlo nas operações conjuntas. Os avanços incluem o sistema de navegação *Beidou* e sistemas de satélite de vigilância espacial capazes de monitorizar objetos pelo globo terrestre (Office of the Secretary of Defense, 2017).

O investigador Cliff Roger na sua obra *China's Military Power* analisou uma variedade de sistemas de armas chinesas e comparou-os com o arsenal dos Estados Unidos em dois períodos distintos, até 2010 e uma previsão até 2020. Verificando-se que no primeiro período a diferença de potencial estratégico entre os dois países era considerável, não tanto pelos números de sistemas que cada um apresentava, mas pela evidente diferença entre a obsolescência do armamento chinês e a tecnologia de ponta dos sistemas norte americanos. Para o segundo período, previa-se uma aproximação tecnológica entre os dois países, muito por força do programa de modernização chinês. No entanto, ainda muito longe de se perceber um equilíbrio tangível no potencial estratégico, e se atendermos ainda aos orçamentos anuais da defesa de cada um dos países em 2016, onde a relação foi de 4,2 a favor dos Estados Unidos com um gasto de 604,5 mil milhões de dólares (International Institute for Strategic Studies, 2017), fica patente a tendência para a manutenção da supremacia norte americana.

Diferenças qualitativas nos Recursos Humanos, podem ter efeitos dramáticos na capacidade militar. A qualidade do pessoal é função das habilidades ou características inatas e do conhecimento que vão adquirindo através do ensino e formação, do treino formal e da experiência, pode-se ainda acrescentar um outro indicador que é a liderança, e que tem também a sua influência na organização e no treino.

Estudos efetuados pelas Forças Armadas concluíram que os candidatos que obtiveram classificações acima da média no teste de avaliação de qualificações para as forças armadas tinham desempenho significativamente melhor que aqueles que obtiveram classificações abaixo da média, mesmo quando controlados por outros fatores como o treino e experiência. Naturalmente que estas conclusões não invalidam a importância do treino e da experiência, porque por outro lado, múltiplos

estudos concluíram que pessoal experiente é de uma forma geral entre 25% a 10 vezes mais produtivos que pessoas que ainda não tenham experiência (Cliff, 2015).

Poderíamos dizer que uma determinada performance poderia ser conseguida pela conjugação de uma parte inata do executante e por outra parte que é o conhecimento, em que uma compensaria a outra, ou seja, menores capacidades inatas seriam compensadas com um maior conhecimento, ou grandes capacidades inatas não necessitariam de grande conhecimento, aqui entendido como treino e experiência. Por isso, a qualidade do pessoal é um aspeto importante para qualquer organização, mormente para as Forças Armadas. Desde o fim da década de 90 do século passado que o EPL tem constantemente progredido nesta área, e fá-lo por duas razões: a primeira prende-se com a modernização do armamento que tem transformado uma força em que a maioria do seu pessoal só necessitava de saber operar uma espingarda, numa força que procura que um maior número de pessoas deva ser capaz de operar e manter uma variedade de veículos, sistemas de armas, sistemas de informação e comunicação e sensores. A segunda razão prende-se com a Doutrina do EPL, relacionada com as manobra e ação indireta que requer que o pessoal em todos os níveis seja capaz de entender as alterações rápidas e complexas das circunstâncias e autonomamente invente respostas flexíveis e criativas. Isto implica pessoal inteligente, de mente aberta, criativo e muito conhecedor (Cliff, 2015).

O EPL, não publica sistematicamente os dados sobre o número de pessoas em cada posto e o tipo e duração de treino ao longo das carreiras, pelo que este parâmetro será avaliado com base na escolaridade do pessoal. Esta unidade de medida pode ser usada, porque muitos estudos do EPL, no final da década de 1990, concluíam que as escolas e academias militares não seriam capazes de produzir os oficiais de que necessitavam. As dúvidas sobre a qualidade da educação das academias foram reforçadas por vários relatórios que apontavam para que apenas 15% dos instrutores daquelas academias tinham o grau de bacharel ou superior. E de uma forma geral não possuíam experiência militar suficiente dado que se tornavam instrutores desde muito cedo nas suas carreiras (Cliff, 2015, p. 106).

Em resposta às preocupações com a qualidade dos estudantes e instrutores das academias e na crença de que os estudantes e os professores das Universidades civis eram melhores, o EPL, a partir dos finais dos anos 90, começou a recrutar de forma crescente oficiais que eram graduados em universidades civis, com o objetivo de se atingir cerca de 60% dos oficiais admitidos.

Anualmente cerca de 10 milhões de homens atingem a maioridade, mas apenas poucas centenas de milhares são necessários recrutar. Às mulheres foi permitido o alistamento e em 2000 já representavam cerca de 5% do pessoal do EPL.

Até 2010 foram feitos grandes progressos na qualidade, o EPL continuava a recorrer a conscrição, e a escolaridade obrigatória (nove anos) era exigida aos jovens das zonas rurais, mas aos jovens das zonas urbanas era exigido mais dois anos. No entanto, cerca de dois terços dos recrutados são de origem rural (Cliff, 2015, p. 111).

De qualquer forma não foi fácil integrar o crescente número de jovens com uma educação superior àquela que até aí tinha sido a norma. Pois estes com um espírito muito mais cosmopolita, pouco dispostos a receberem ordens de superiores hierárquicos com menos habilitações literárias do que eles, e também menos abertos à cartilha do PCC, eram considerados de baixa qualidade política e pouco vigilantes perante às infiltrações de ideias políticas contrárias às do PCC, ou seja, suscetíveis as ideias ocidentais.

Apesar destes problemas todos, o EPL manteve o compromisso de aumentar o número de recrutas com a escolaridade entendida ser necessária e a reduzir o número de conscritos bem como o total de efetivos que passou de 2,5 para 2,3 milhões.

Roger Clif em entrevista ao *Los Angeles Times* afirma haver outro problema a ter em conta no EPL, trata-se da corrupção existente no quotidiano das forças armadas. A corrupção pode ser vista apenas como um comportamento, mas tem um significado relevante por duas razões: a primeira pelos custos associados, ou seja, o dinheiro que deveria estar a ser usado para outros fins relacionados com a missão das forças armadas, anda de mão em mão a comprar promoções. A segunda prende-se com o custo para a eficiência da organização, já que as promoções compradas não selecionam as pessoas mais capazes, enfraquecendo a liderança na organização. É um assunto com grande significado para o EPL, que tendencialmente está a ser visto apenas como um problema de base comportamental, desvalorizando os valores que lhe estão associados. A corrupção tende a ser mais prevacente nas organizações onde existem níveis baixos de confiança e predomínio da lealdade como valor. Será difícil corrigir comportamentos sem alterar os valores subjacentes (Los Angels times, 2017).

A importância do Treino para a eficácia de qualquer unidade militar é largamente reconhecida, é fácil de se perceber que uma unidade militar bem treinada terá um desempenho superior a uma outra com as mesmas características, mas mal treinada. O EPL considera o Treino militar como o meio básico de gerar e aumentar a eficácia do combate, bem como, uma forma importante de promover e administrar tropas. Ao longo da sua existência tem atribuído a esta componente grande importância para a sua modernização e regularização face às suas missões e tarefas, bem como, face à necessidade de adaptação ao constante desenvolvimento dos sis-

temas de armas e equipamentos, às evoluções das formas de guerra e às mudanças no ambiente social durante os diferentes períodos históricos. Neste sentido o EPL tem vindo a realizar reformas também na forma como encara o Treino, podendo-se falar num processo de transformação do treino (Feng, 2014).

Neste processo de evolução e transformação, que tem sido faseado, identificam-se os temas que tem servido como guia para o seu processo de implementação, isto é, a ponte que tem feito a ligação entre o esforço do Treino e a Doutrina que se pretende implementar. O primeiro tema foi o “Treino regular”, onde se pretendia que o treino passasse a ser executado numa base regular e não apenas em situação de emergência ou em função da conjuntura. Seguiu-se o tema “Melhorar a luta armada com combinação de capacidades” onde se pretendia que o treino extravasasse o âmbito do ramo e passasse a combinar capacidades dos vários ramos ou serviços potenciando as operações conjuntas. O terceiro tópico guia foi “lutar e vencer guerras locais sob condições de alta tecnologia” e por fim, desde 2006, o assunto é “Promoção da transformação do treino militar em condições de mecanização para o treino sob condições da guerra informatizada” (Feng, 2014).

A última transformação constitui um processo muito abrangente, trata-se de uma mudança de direção fundamental e profunda. A decisão foi tomada pela Comitê Central do Partido Comunista da China e da CMC, na sequência de avaliações da situação, com base nos interesses nacionais e nas condições militares da China de modo a atender às exigências dos tempos para a condução da guerra, além disso, também reflete uma resposta ao desenvolvimento da defesa nacional da China e ao crescente aumento da capacidade militar chinesa (Feng, 2014).

Da análise a um patamar inferior, tendo por referência um batalhão, tentando perceber-se a cultura para o treino, verifica-se que o comandante é o primeiro responsável pelo treino da sua unidade. No entanto todas as unidades acima do escalão companhia têm um instrutor ou comissário político, elemento importante na gestão das lideranças, que de certa forma condiciona, porque tem prerrogativas para tal, o planeamento das atividades da Unidade, sendo que grande parte das decisões que dizem respeito à unidade militar são tomadas de forma coletiva, pelo comité político. Não obstante o referido, e de acordo com os regulamentos, os líderes dos pelotões são responsáveis por toda a atividade do pelotão incluindo o treino. Para os escalões de companhia e superiores o comandante e o comissário são responsáveis por todas as atividades da unidade militar, tendo o comandante a responsabilidade primária pelo treino e por outras atividades que não as de índole política. O comissário tem a responsabilidade primária do doutrinamento político e pelo moral (Cliff, 2015).

Podemos, portanto, concluir que o EPL tem percorrido e continuará a percorrer um caminho longo, a China pretende ter umas Forças Armadas bem equipada, doutrinariamente adaptadas às realidades dos conflitos atuais e aos desafios que espera enfrentar, nomeadamente na sua capacidade de desenvolver operações conjuntas num ambiente de informatização muito exigente. O investimento na defesa tem sido grande, cerca de um quarto do montante investido pelos EUA, o que nos poderá levar a extrapolar a manutenção da vantagem dos norte americanos ainda por muito tempo, há no entanto que ter aqui algum cuidado dada a diferença entre o caminho do desenvolvimento da capacidade norte americana que navega em águas tecnológicas ainda por explorar ou em desenvolvimento, face a navegação de aproximação dos chineses, que podem ainda navegar em águas tecnológicas já bem conhecidas e simultaneamente indo explorar áreas desconhecidas. A aproximação tem sido constante e feita de forma a envolver todas as áreas que compõem uma capacidade militar, destacando destas a Doutrina e o Material, a primeira pela leitura que permite fazer de grande parte da estratégia chinesa e a segunda da leitura que permite fazer da firmeza e determinação chinesa em possuir umas Forças Armadas com grande potencial estratégico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Carricho, M., 2004. A Doutrina Operacional do Exército Popular de Libertação para o Século XXI. *Nação e Defesa*, pp. 173-198.
- Cliff, R., 2015. *Chinas's Military Power*. Nova Iorque: Cambridge University Press.
- Cordsman, A., 2016. *Center for Strategic e International Studies*. [Em linha] Disponível em: https://csis-prod.s3.amazonaws.com/s3fs-public/publication/161013_China_Missile_Forces_AHC.pdf [Consult. em 16 janeiro 2018].
- Feng, L., 2014. *Toward the Transformation of PLA Military Training under conditions of informatization*. Estocolmo: Alec Forss.
- International Institute for Strategic Studies, 2017. *The Military Balance*. [Em linha] Disponível em: <https://www.iiss.org/en/publications/military%20balance/issues/the-military-balance-2017-b47b> [Consult. em 31 janeiro 2018].
- Jackson, A., 1975. *The Roots of Military Doctrine*. Lexington, massachusetts: Combat Studies Institute Press.
- Los Angeles times, 2017. *Los Angeles times*. [Em linha] Disponível em: <http://www.latimes.com/world/asia/la-fg-china-military-pla-q-and-a-20150902-story.html> [Consult. em 15 abril 2017].
- MDN, 2014. *Diretiva Ministerial para o Planeamento Defesa Militar*. Lisboa: MDN.

Office of the Secretary of Defense, 2016. *DEFENSE.GOV*. [Em linha] Disponível em: <https://www.defense.gov/Portals/1/Documents/pubs/2016%20China%20Military%20Power%20Report.pdf> [Consult. em 30 01 2018].

Office of the Secretary of Defense, 2017. [Em linha] Disponível em: https://2018%20-%20ARTIGO/2017_China_Military_Power_Report.PDF [Consult. em 30 janeiro 2018].

Saunders, J. e C., P., 2017. *Chinese Military Reforms in the Age of Xi Jinping: Drivers, Challenges, and Implications*. Washington, D.C: National Defense University Press.

3. DESAFIOS E ESTRATÉGIAS DA SEGURANÇA ENERGÉTICA CHINESA⁸

Carla Fernandes

Professora Doutora

Instituto Português de Relações Internacionais / Universidade Nova de Lisboa

carla_fer@yahoo.com

3.1. Introdução

A República Popular da China (RPC) é o maior país em desenvolvimento, a segunda maior economia mundial e o país mais populoso do mundo. O acelerado crescimento da sua economia, da industrialização e urbanização impulsionaram dramaticamente o crescimento consumo energético desde 2000, sendo atualmente, o maior consumidor do mundo, e desde 2012, o maior produtor mundial energia. No entanto, sendo uma das maiores nações industriais do mundo e tendo consumo energético com base nas energias fósseis, especialmente do consumo de carvão, também é, desde 2007, o maior emissor de dióxido de carbono e um dos maiores contribuidores do planeta para o aumento do aquecimento global.

A segurança energética na China tem uma trajetória única, evoluindo por três fases, sendo que a última fase é subdividida em dois períodos. A primeira fase (1949 a 1993) caracteriza-se pela política de “autossuficiência” energética (*Zili Gengsheng*)⁹ e pelo desenvolvimento dos recursos endógenos do país. Foi nesta, e com a descoberta dos campos de petróleo Daqing, Shengli e Liache no nordeste do território, que a China alcançou a autossuficiência energética em termos de petróleo, e a partir da década de 70, a capacidade de exportar pequenas quantidades para o Japão, Tailândia, Filipinas e para outros países vizinhos (Fernandes, 2013, p. 69).

Na segunda (1993 a 2002), perante o aumento do consumo energético, a autossuficiência foi substituída pela procura externa de energia, sobretudo de petróleo. É nesta fase que o governo lançou a estratégia *Going Out* (*zouchuqu*)

⁸ Este trabalho é financiado por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito do Projeto «PTDC/IVC-CPO/1245/2014».

⁹ Mao Zedong instituiu a política de “autossuficiência” energética (*Zili Gengsheng*) na década de 1960, após as consequências negativas do “Grande Passo em Frente” (*Dayuejin*, 1958-1960) e da separação Sino-soviética, nomeadamente a quebra de abastecimento energético proveniente da URSS e estagnação da indústria do carvão. O princípio da autossuficiência implicava que a produção de energia fosse suportada por recursos endógenos que incluíam o capital humano, o capital físico e os recursos naturais chineses (Zhang Jian, 2011, p. 5).

estimulando atores não estatais a integrarem as estratégias de segurança energética do país. As petrolíferas estatais chinesas, apoiadas pelos bancos estatais, passam a estar envolvidas na compra de participações em mercados estrangeiros e em novas explorações¹⁰, a participarem nas perfurações, na refinação e a investirem na construção de refinarias, gasodutos e oleodutos fora do território chinês.

No primeiro período da terceira fase (2003-2010) perante o aumento dos desafios internos e externos, a estratégia de segurança energética passa a ser holística com a aplicação de um conjunto diversificado, mas complementar, de medidas internas e externas. As primeiras promovem a quebra do padrão de consumo assente nas energias fósseis, a diversificação energética, incentivam o aumento da participação das energias renováveis no *mix* energético e a conservação energética. Enquanto as segundas procuram a cooperação bilateral e multilateral com países consumidores e produtores através da diplomacia energética (*Nenggyuan Waijiao*), do *Going Out* e, mais recentemente, da Iniciativa “Uma Faixa, Uma Rota” (*yidai yilu* - OBOR na sigla inglesa).

O segundo período da terceira fase (2011-) é caracterizado pela transição da “diminuição do consumo energético” para a “redução da produção de carbono”. O objetivo é reduzir a intensidade de energia (a quantidade consumida por unidade do PIB), diminuir a dependência da economia ao carbono e manter um desenvolvimento sustentável da mesma¹¹. Para cumprir estas metas, a China está a promover as energias de baixo carbono, constituindo-se como um importante ator na luta contra as alterações climáticas globais.

Antes de analisarmos os desafios colocados do ponto vista energético à RPC é importante clarificar o que é segurança energética (*negyuan anquan*), visto que na China, o conceito é frequentemente empregue mas poucas vezes definido ou clarificado. Quando o país passou a ser importador de petróleo em 1993, a preocupação com a dependência da energia passou a ser evidenciada no discurso chinês. No entanto, foi só a partir de 2000, que a segurança energética começou a ser um

¹⁰ A prática elegida pelas companhias petrolíferas é a participação em projetos de partilha de investimentos e de stocks com companhias nacionais estrangeiras e nas companhias internacionais de petróleo (sigla em inglês IOCs), em troca anual de uma porção do gás ou do petróleo produzido nesses mesmos projetos, chamado de *equity oil* (*fen'e you*) (Fernandes, 2013, p. 176).

¹¹ O 13º Plano Quinquenal Desenvolvimento Económico e Social (2016-2020), apresentado a 17 de janeiro de 2017, pela Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma (sigla em inglês NDRC) define que a taxa de aumento anual do consumo de energia primária durante os 5 anos deve ser restrita a 3% e que a taxa de carbono do consumo primário de energia em 2020 seja restrita a 58% (64% em 2015). Por outro lado, a taxa de energia dos combustíveis não fósseis deverá aumentar até 15% (12% em 2015) e a taxa de gás natural até 10% (5,9% em 2015) (National Energy Administration of China, 2016).

tema comum no discurso público, surgindo gradualmente os primeiros conceitos de segurança energética¹².

Durante os anos 90, prevaleceu uma visão tradicional e realista da segurança energética, centrada no Estado e focada na segurança do aprovisionamento energético, especialmente do petróleo, sendo o objetivo “assegurar fornecimentos adequados e estáveis de petróleo a longo prazo” (Chang, 2001, p. 233), através da diversificação das fontes de fornecimento. Face ao excessivo consumo de recursos fósseis, do ampliar da dependência externa do petróleo a outras fontes energéticas (como o gás e carvão), dos riscos associados à dependência do transporte marítimo de energia, vários autores (Qin Yi; Xinhua Liu, 2002; Zhang Wenmu, 2003; Xinhua Liu; Yi Qin, 2003; Zha Daojiong, 2005; Kong, 2005; Downs, 2006; Qingyou Guan e He Fan, 2007; Kennedy, 2010) na década seguinte, apresentaram um conceito mais abrangente de segurança energética. Advogando, igualmente, estratégias mais amplas que integram a procura ativa de recursos energéticos no exterior, o desenvolvimento dos recursos energéticos endógenos, a conservação e a melhoria da eficiência energética, a proteção ambiental e climática e a cooperação energética.

Mais recentemente alguns analistas chineses (Yang Gao, 2012) sustentam a necessidade de reconceptualização do conceito de segurança energética afastando-se do que consideram os conceitos ocidentais, integrando objetivos das políticas energéticas nacionais e as características da dependência energética chinesa. Defendem que na China há uma interpretação distinta dos conceitos de segurança energética, eficiência energética, dependência energética, cooperação energética, e que essa interpretação representam a sua distinta cultura energética (Quinhua Xu e William Chung, 2016).

3.2. Panorama Energético e os Desafios à Segurança Energética Chinesa

A China é um país com vastos recursos energéticos. De acordo com *US Energy Information Administration* (EIA, 2015) possui as maiores reservas de *shale gas*¹³, as quintas maiores reservas de carvão do mundo e as segundas maiores

¹² Leung (2011, p. 1332) faz uma analogia entre a primeira vez que o termo de segurança energética apareceu na base de dados *China Economic News Library* da *China Infobank* e o aumento de artigos sobre o tema a partir de 2000. Sendo que, a primeira referência apareceu a 27 de março de 1994. Só depois 29 de fevereiro de 2000, quando as importações de petróleo duplicaram, é que foi publicado o primeiro artigo com o título “Segurança Energética”.

¹³ Possui reservas tecnicamente recuperáveis de cerca de 36 triliões de metros cúbicos, doze vezes superiores às suas reservas de gás convencionais. Estas reservas estão localizadas maioritariamente nas bacias marinhas de Sichuan e de Tarim, nas regiões sul e oeste e nas bacias do nordeste da

reservas de petróleo e de gás da Ásia-Pacífico. Os seus recursos energéticos estão distribuídos pelo território de forma desigual, com o carvão localizado, principalmente, na parte norte da região central e ocidental do território, as hidroelétricas no sudoeste e o petróleo e o gás natural no leste, centro e oeste e ao longo da costa chinesa. Enquanto algumas províncias possuem recursos e produzem vários tipos de energia, outras como as do litoral, são muito carentes e dependentes¹⁴. As maiores áreas consumidoras de recursos energéticos são principalmente as costeiras, no sudeste do território, onde a economia é mais desenvolvida. A diferença na localização entre áreas produtoras e consumidoras tem conduzido a uma estrutura básica do fluxo de energia na China com o transporte, em grande escala e a longas distâncias, do carvão e do petróleo do norte para o sul e a transmissão de gás natural e de eletricidade de oeste para este (Fernandes, 2013, pp. 448-449)

O consumo primário de energia na China é dominado pelo uso de carvão (66%), seguido pelo petróleo (20%) e, não obstante Pequim estar a encetar esforços e a estabelecer metas para aumentar a participação de energia combustível não fóssil, as fontes hidroelétricas, do gás natural, da energia nuclear e de outras energias renováveis ocupam ainda uma pequena percentagem na matriz energética atual (Figura 21).

China, e são um recurso estratégico para a sua segurança energética pois poderão permitir, a médio e a longo prazo, ampliar a contribuição deste gás não convencional no fornecimento de gás ao território (Fernandes, 2013, p. 106).

¹⁴ Xinjiang (significa “Novo Domínio”) é uma província localizada na bacia de Junggar no norte da Região Autónoma de Xinjiang Uigure, e que tem sido alvo de atenção particular pelas suas médias e pequenas reservas de petróleo e de gás natural. A sua importância não reside apenas na produção e exploração de hidrocarbonetos, mas também no facto de ser um ponto de convergência dos novos gasodutos e oleodutos em execução ou planeados, internos ou oriundos dos países vizinhos asiáticos para a China.

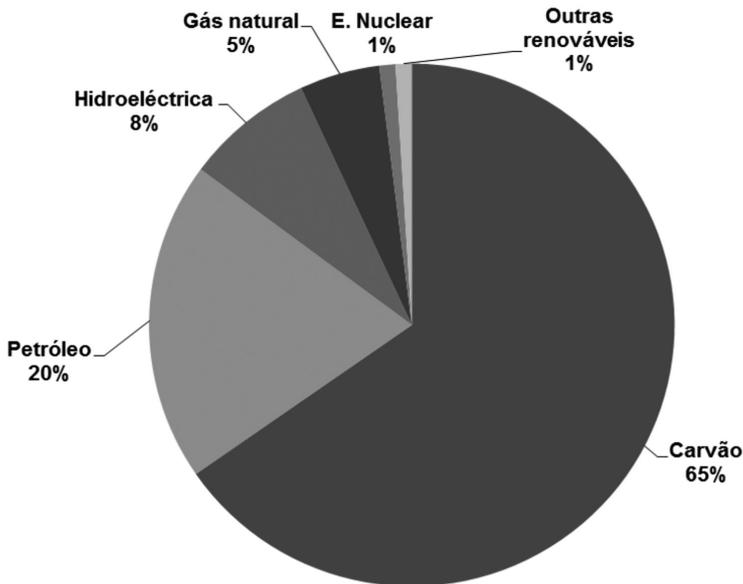


Figura 21 – Consumo Primário de Energia, por fonte, 2014 (%)

Fonte: EIA (2015).

Pese embora carvão seja a fonte dominante no consumo de energia, é o petróleo que mais desafios gera para a segurança de aprovisionamento energético na China. Em 1993, a China passou de país exportador a importador de produtos derivados de petróleo e em 1996 importador de petróleo, terminando com o período de autossuficiência energética que tinha mantido durante três décadas. Em 2009, superou o Japão como segundo maior importador mundial de petróleo e, desde então, a sua dependência petrolífera tem vindo a crescer incessantemente. De acordo com a Agência Internacional de Energia (2017), em 2014 superou os Estados Unidos da América (EUA) como maior importador mundial de petróleo bruto e de produtos petrolíferos. Seguindo a mesma trajetória de consumo e de importação, a RPC passou a importador de gás em 2007 e de carvão em 2009, sendo, presentemente, o terceiro maior importador mundial de Gás Natural Liquefeito (GNL) (EIA 2015).

A RPC é o quarto maior produtor de petróleo a nível mundial. Desde 2010, gradualmente, tem vindo a aumentar os níveis de produção, projetando-se que continue com essa linha crescimento, transpondo os 4,6 milhões barris diários (b/d) para 5,7 milhões b/d, entre 2014 e 2040 (EIA, 2015). Este aumento deve-se, essencialmente, à recuperação dos campos de petróleo maduros e da exploração

offshore, sobretudo na Bacia de Bohai e no sul do mar da China¹⁵. Não obstante este panorama aparentemente positivo, a produção petrolífera endógena não é suficiente para o consumo atual e futuro. Prevendo-se que continue a aumentar cerca de 2,6% ao ano até 2040, atingindo 13,1 milhões de b/d em 2020, 16,9 milhões de b/d em 2030 e 20,0 milhões de barris por ano em 2040 (Figura 22). A EIA estima que o consumo de petróleo da China excederá a dos EUA até 2034 (EIA, 2015)¹⁶.

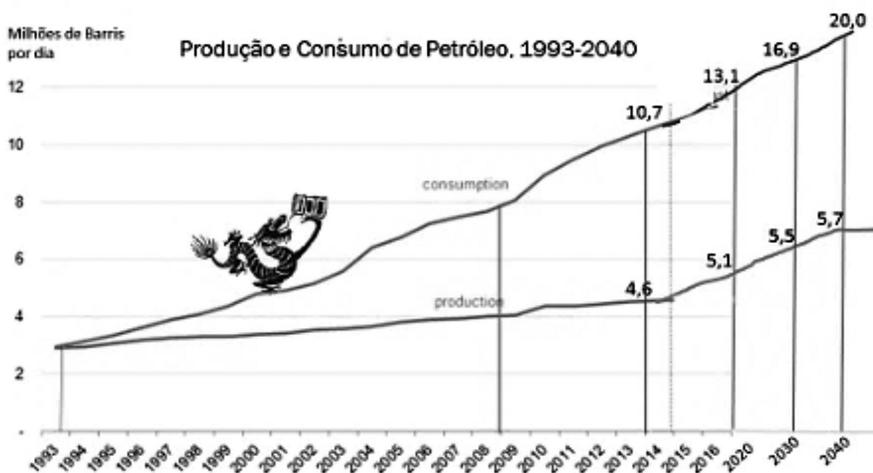


Figura 22 – Consumo Primário de Energia, por fonte, 2014 (%)

Fonte: Construído com dados de EIA (2015) e de *Energy Outlook Internacional* (2014).

Nas últimas décadas, como consequência do aumento do consumo e também da construção de reservas estratégicas de petróleo¹⁷, a taxa da dependência de importações de petróleo aumentou dramaticamente, superando os 30% de 2000 e atingindo os 57% em 2014. Segundo as projeções da *IEA World Energy Outlook 2017* (OECD/IEA, 2017) irá aumentar para 80% em 2040.

As autoridades chinesas têm vindo a diversificar as importações de petróleo bruto por todos os continentes, sendo que, nos últimos anos, as importações

¹⁵ A produção de petróleo chinesa é maioritariamente *offshore* (80%) e *onshore* (20%) está localizada nas províncias ocidentais e centrais de Xinjiang, Sichuan, Gansu e Mongólia Interior (EIA, 2015).

¹⁶ O consumo de petróleo tem sido impulsionado pela crescente demanda de matérias-primas petroquímicas, pela procura de combustíveis para o transporte de mercadorias e pelo gradual aumento do número de veículos particulares (Fernandes, 2013).

¹⁷ Existem outros fatores que contribuem para o aumento das importações chinesas de petróleo bruto. Por exemplo, em julho de 2015, o governo chinês começou a permitir que refinadoras independentes (que não pertencem ao governo) também importassem petróleo bruto. Anteriormente, tinham restrições sobre a quantidade de petróleo bruto que poderiam importar e dependiam do fornecimento doméstico (EIA, 2017).

são cada vez mais provenientes de países que não pertencem à Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) (Figura 23). A Arábia Saudita mantém-se como principal fornecedor de petróleo competindo por esse lugar, Angola¹⁸. E mais recentemente a Rússia, que, desde 2012, ocupa o terceiro lugar no *ranking* dos maiores fornecedores. Esta posição que pertencia tradicionalmente ao Irão, resulta da redução das importações chinesas após as sanções americanas e europeias às exportações iranianas de petróleo bruto face o desentendimento sobre o programa nuclear do Irão. E da estratégia de “diversificação de fornecedores na proximidade” do território chinês e do reforço da cooperação com os países vizinhos da Ásia central, sudoeste asiático, Ásia e Sul e Federação Russa.

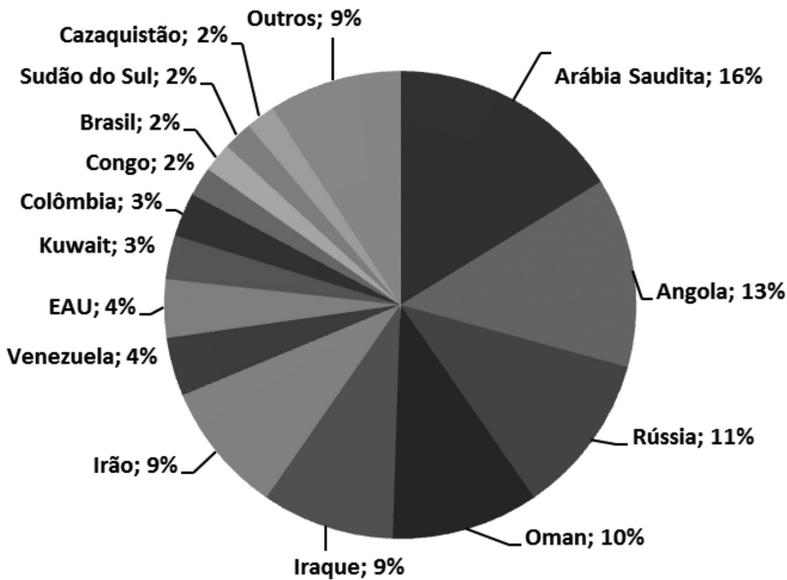


Figura 23 – Importações de petróleo por país, 2014 (%)

Fonte: EIA (2015).

A necessidade contínua das importações é uma vulnerabilidade estratégica para a RPC. Os riscos e as ameaças associados a essa dependência são questões de grande preocupação para as autoridades chinesas. Temem que as ruturas bruscas na oferta de petróleo no mercado global possam provocar alterações nos preços, afetando negativamente a economia chinesa. E os efeitos das interrupções no abastecimento energético, nomeadamente que o Japão e os EUA tentem negar o forne-

¹⁸ Angola superou a Arábia Saudita, por pequenos períodos, em 2006, 2008 e 2010.

cimento de petróleo à China controlando o acesso a pontos estratégicos ao Oceano Índico (*yanhou*) (Tønnesson e Kolås, 2006, p. 19).

Contribuem para este sentimento de insegurança energética outros fatores, tal como a questão da dependência de importações de petróleo ser de países de zonas instáveis e volúveis. Desde 1993, o Médio Oriente (52%) é a principal região fornecedora de petróleo, enquanto a África (22%) é a segunda maior região. Associado a essa vulnerabilidade está a sua dependência do transporte marítimo, visto que importações oriundas dessas regiões são maioritariamente transportadas por via marítima (90%) e cruzam regiões marítimas onde a instabilidade, assim como a ameaça da pirataria, grassa (Fernandes, 2013). Embora tenham sido criadas outras linhas adicionais de fornecimento de petróleo, designadamente por via terrestre procedente do Cazaquistão e de Myanmar, continua a haver uma grande dependência do transporte marítimo das importações, transporte esse que atravessa *chokepoints* geoestratégicos como o Estreito de Ormuz e o de Malaca.

Tal como outros grandes importadores asiáticos, a China preocupa-se com a segurança do transporte através do Estreito de Malaca, por onde circulam 80% das suas importações de petróleo. Essa preocupação foi evidenciada pelo Presidente Hu Jintao, em novembro de 2003, como o “Dilema de Malaca” (*Maliujia kunjing*), afirmando que certos “grandes poderes” poderiam empenhar-se em controlar o Estreito, interrompendo o fornecimento de petróleo à China (Storey, 2006). Esta perspetiva também é partilhada por alguns analistas chineses (Wei Da, 2005; Zhang Zhong Xiang, 2011; Chen Shaofeng, 2010), segundo os quais, a incapacidade de defender esse Estreito poderá ser desastroso para a segurança nacional chinesa, pois quem o controlar controla a segurança do abastecimento de petróleo à China. Com uma ótica contrária, vários autores chineses defendem a impossibilidade da ocorrência de um embargo no Estreito de Malaca. Xue Li (2010), por exemplo, considera que o “Dilema do Estreito Malaca” é uma ilusão, defendendo que é muito improvável a ocorrência de um congestionamento neste Estreito, que o risco da pirataria, terrorismo e acidentes contra navios mercantes chineses é pequeno e que o Estreito poderia ser totalmente contornado sem grande custo.

3.3. Estratégias Internas e Externas da Segurança Energética Chinesa

A 13 de junho de 2014, na sexta reunião do Grupo para os Assuntos Financeiros e Económicos, o Presidente Xi Jinping defendeu que (Xinhuanet, 2014) a segurança energética é essencial para o desenvolvimento económico, para a prosperidade, desenvolvimento e estabilidade a longo prazo do país. No seu discurso enfatizou os avanços no desenvolvimento energético nacional, realçando que para

enfrentar os inúmeros desafios energéticos da China é necessário promover uma “revolução energética” assente em estratégias internas e externas.

As estratégias internas são estruturadas a três níveis: a nível do fornecimento, do consumo e do institucional. No primeiro nível, defende-se o desenvolvimento da produção de energia nacional através de medidas que fomentem: a produção e exploração *onshore* e *offshore*, sobretudo do petróleo e de gás; a produção de energias alternativas menos poluentes, em particular as energias renováveis e a energia nuclear¹⁹; e a exploração das reservas não convencionais de gás (especialmente o *shale gas* e o *coalbed methane*) e de petróleo (nomeadamente o *shale oil* e o *tight oil*) no território. No segundo nível, as autoridades chinesas buscam alterar o padrão de consumo energético chinês, apostando na diversificação energética e no consumo de energias renováveis em detrimento do consumo das energias fósseis.

O último nível envolve a efetivação de um conjunto de medidas a fim de, entre outras, organizar a administração do sector energético, colmatar os problemas estruturais de transporte, desenvolver as reservas energéticas nacionais. Para tal estão a ser desenvolvidas ações variadas, tais como a criação das reservas estratégicas de petróleo e gás (nacionais e privadas) de acordo com as diretrizes da Agência Internacional de Energia; a reestruturação da produção e distribuição do carvão no país; o melhoramento e integração da rede nacional de oleodutos e gasodutos com as conexões internacionais e a reforma e centralização do sistema de administração do sector energético. Este último nível, engloba o que Xi Jinping identificou a revolução da tecnologia energética “com base nas condições nacionais da China, mantendo o ritmo com as novas tendências na revolução internacional de tecnologia de energia para a direção de baixo carbono verde, classificação promover a inovação tecnológica e inovação industrial” (Xinhuanet, 2014).

As estratégias externas para a segurança energética chinesa englobam um grupo de distintos e interligados objetivos destacando-se: (i) a diversificação das rotas de transporte e países importadores; (ii) a redução dos riscos da dependência externa, especialmente o domínio marítimo da segurança energética; (iii) obter novos investimentos para as companhias energéticas chinesas; (iv) aceder a *know-how* para a produção dos recursos energéticos não convencionais e em águas ultra profundas e, (v) aumentar a cooperação energética e reduzir a possibilidade de conflitos de interesses com outros países consumidores, sobretudo países vizinhos.

¹⁹ Em 2009, a RPC superou os EUA como maior investidor em energias renováveis. Atualmente é um dos maiores produtores mundiais de turbinas eólicas e painéis solares, sendo o maior produtor mundial de energia solar desde 2016.

Para Men Honghua (2005, p. 33) a segurança energética “não é uma simples questão de energia ou uma questão económica, pois envolve a segurança nacional, os interesses económicos, estratégicos e a diplomacia”. Com efeito, a diplomacia energética tem sido um elemento-chave da segurança energética chinesa. Desde meados da década de 1990, Pequim emprega esta diplomacia para três grupos de países: os produtores, outros países consumidores e para os países de trânsito terrestres e marítimos. Os objetivos para estes países podem ser interligados dado que podem ser, simultaneamente, produtores e de trânsito, consumidores e de trânsito, ou os três.

Para o primeiro grupo, Pequim procura através da diversificação de fontes de importação, a segurança de fornecimento a longo prazo. Ou seja, procura obter fornecimentos de energia acessíveis, estáveis e seguros e ampliar as oportunidades de investimentos das companhias estatais chinesas no sector energético a nível mundial. Desde 2000, a RPC tem vindo a reforçar as relações com os países produtores mediante um conjunto de ações que abrangem as visitas de altos funcionários governamentais, o apoio financeiro, a assinatura de acordos de comércio livre e o estabelecimento de Parcerias Estratégicas (*zhanlue huoban guanxi*). Em 2002, a par da diplomacia energética, Pequim lançou a estratégia *Going Out* como um importante elemento da estratégia da segurança energética, incentivando e apoiando, política e financeiramente, as companhias de petróleo chinesas investir no exterior.

O apoio financeiro traduz-se no empréstimo com condições preferenciais de bancos estatais, como o Eximbank da China e o China Development Bank, às companhias chinesas que investem no estrangeiro em sectores prioritários definidos pelo governo chinês, sobretudo a nível de recursos naturais. Por sua vez, o apoio político envolve negociações de alto nível de governo para governo²⁰, que resultam muitas vezes, em “pacotes de oferta” que podem ter formas diferentes consoante as políticas e o desenvolvimento económico do país recetor, como por exemplo os pacotes com os países africanos de “empréstimos-por-petróleo” e “infra-estruturas-por-petróleo”.

Apoiadas nestes créditos dos bancos estatais, as empresas chinesas, como China National Offshore Oil Corporation (CNOOC), a PetroChina, a SINOPEC, a China National Petroleum Corporation têm conseguido aceder a contratos de fornecimento de longo prazo e a projetos que lhes permitem obter *know-how* e conhe-

²⁰ Através da “Diplomacia dos Grandes Líderes” que é caracterizada pelas visitas dos mais altos representantes do Estado, como o Presidente Xi Jinping, a diferentes partes do mundo destinadas a ampliar o comércio, o diálogo e as relações de cooperação com os países produtores de energia (Fernandes, 2013, p. 9).

cimentos técnicos em diferentes áreas geográficas²¹, contribuindo igualmente para o aumento da oferta global de energia.

Para o segundo grupo, a diplomacia energética privilegia a cooperação energética²² com outros países consumidores, sobretudo com os países vizinhos, como o Japão e a Índia, cujos objetivos e políticas energéticas podem colidir com os interesses e objetivos de Pequim, nomeadamente quando ambos tentam aceder às mesmas reservas *offshore*. A interdependência económica entre os países consumidores e a partilha de desafios na segurança energética são fatores explicativos para que escolham, muitas vezes, a cooperação em detrimento da competição²³.

A cooperação da China e do Japão no sector energético remonta à década de 70, quando a Pequim exportava petróleo para os países vizinhos, nomeadamente para o Japão. Entre 1985 e 2001, as companhias petrolíferas chinesas e as do Japão, como a SINOPEC, a CNOOC, a Teikoku Oil e a Japan National Oil Corporation (JNOC), acordaram desenvolver os recursos no mar da China Meridional (Yarita, 2004, p. 24). Presentemente, cooperação entre ambos faz-se em projetos de interesse mútuo no que toca ao desenvolvimento de energia renováveis, a eficiência energética e a energia nuclear.

Para o terceiro grupo de países, a diplomacia energética tem por objetivo a segurança do transporte terrestre e marítimo de recursos energéticos. Pequim está a reforçar as relações diplomáticas e de cooperação com os países vizinhos, acordando contractos de fornecimento a longo prazo e a construção de rotas terrestres alternativas de transporte, tais como entre o Cazaquistão e a China²⁴, a Rússia e a

²¹ Por exemplo no pré-sal do Brasil cujo conhecimento é necessário para a exploração em águas profundas no sul do Mar da China e no Mar Meridional da China. Também estão a participar em projetos de liquefação na Indonésia e na Austrália e a ganhar experiência em projetos de GNL no exterior, procurando adquirir participações, para obter experiência em toda a cadeia de fornecimento de GNL e ficarem melhor capacitadas para atender ao aumento da procura de gás na China. Por último, também investem nos recursos não convencionais tanto na China como no exterior, principalmente na extração de metano das jazidas de carvão e de gás xistoso e nos projetos de areias petrolíferas.

²² Em 2006, durante a Cimeira dos G8 em São Petersburgo, o Presidente Hu Jintao (Ministry of Foreign Affairs of People's Republic of China, 2006) defendeu que na segurança energética deve haver cooperação entre todos atores do mercado energético, com base nos princípios da igualdade, reciprocidade e benefícios mútuos.

²³ Na competição pelo acesso de recursos energéticos entre o Japão e a China destaca-se as contestações sobre a exploração dos campos de gás no Mar da China Meridional, numa área reclamada por ambos países, como é o caso do campo de gás Chunxiao/Shirabaka, localizado a 4 km a oeste da linha mediana defendida pelo Japão. Na base desta competição está a diferentes interpretações da delimitação das suas zonas económicas exclusivas.

²⁴ O oleoduto estende da cidade de Atyrau para Atasu, no Cazaquistão, passando pela passagem de Alataw na Região Autónoma Uigure de Xinjiang, distribuindo petróleo essencialmente às regiões do oeste da China, desde 2006.

China²⁵ e Myanmar e China²⁶. Estes novos oleodutos e gasodutos estão interligados a outros projetos chineses de melhoramento das redes de transportes (autoestradas, rede ferroviária, pontes e portos, aeroportos) e podem via ser interligados a projetos existentes ou projetados de países vizinhos, tais como o gasoduto Irão-Paquistão-Índia e o Turquemenistão-Afeganistão-Paquistão-Índia.

Ao longo dos corredores marítimos estratégicos (*haishang zhanlue tongdao*) por onde atravessam as suas importações, a RPC tem vindo a desenvolver um “colar” de relações estratégicas, designado de estratégia de “Colar das Pérolas”²⁷. As pérolas são identificadas pelos portos alternativos construídos ou financiados por Pequim, localizados estrategicamente, tais como Gwadar no Paquistão, o Shitte em Myanmar, o Chittagong no Bangladesh, o Hambantota no Sri Lanka, o Laem Chabang na Tailândia e o Sihanoukville no Camboja (Fernandes, 2013, p. 260). Estes portos ou “pérolas” integram-se nos projetos anteriormente referidos investimentos chineses, que procuram melhorar as redes de transporte entre os países vizinhos e a China, e interligar Pequim com os países da Ásia Central, do Sudoeste Asiático e Ásia Sul.

A estratégia “Colar das Pérolas” e a construção de novas rotas de transporte poderá permitir ampliar as importações dos países vizinhos, reduzir o tempo de transporte e evitar os riscos e as ameaças associados ao “Dilema de Malaca”, contribuindo para a segurança do transporte energético e para a projeção do poder marítimo chinês no Oceano Índico. Recentemente, Pequim comutou esta estratégia pela Iniciativa “Uma Faixa, Uma Rota” (*yidai yilu* - OBOR na sigla inglesa). Lançada pelo Presidente chinês Xi Jinping em 2013, visa criar uma rede comercial, energética e de conectividade e que abrange 65 países da Ásia, África e Europa, 65% da população mundial, três quartos dos recursos energéticos globais e 40% do PIB (Campbell, 2017).

O OBOR é constituído por duas vertentes: a “Faixa Económica da Rota da Seda” e a “Rota Marítima da Seda do Século XXI”. A primeira liga a China, a Ásia Central, a Rússia e a Europa (o Mar Báltico) com o Golfo Pérsico e o Mar Mediterrâ-

²⁵ Oleoduto que cruza 2,7 mil km entre a Sibéria e a província de Daqing, no nordeste da China, inaugurado em 2011. Até começar a funcionar o petróleo russo chegava à China por comboio. Projetado para transportar transportará 15 milhões de toneladas de petróleo bruto da Rússia a China cada ano até 2030, mas terá capacidade para o dobro do transporte quando estiver em funcionamento pleno (Xinhua, 2017).

²⁶ Projetado para 2014, só entrou em funções em 2017, podendo transportar 22 milhões de toneladas de petróleo bruto por ano (cerca de 442 mil barris por dia) entre o terminal na ilha Made de Myanmar até à província de Yunnan (Ting Shi e Jing Yang, 2017).

²⁷ A expressão “Colar de Pérolas” foi empregue pela primeira vez, em 2005, num documento interno do Departamento de Defesa da EUA intitulado *Energy Futures in Asia* de Booz Allen Hamilton.

neo através da Ásia Central e do Oeste, bem como com o Sudeste e o Sul da Ásia e o Oceano Índico. Enquanto a segunda liga a costa chinesa à Europa através do Mar da China do Sul, do Oceano Índico e do Pacífico Sul (Figura 24).



Figura 24 – Mapa da Iniciativa “Uma Faixa, Uma Rota”

Fonte: Xinhua (2017).

Inserido nesta iniciativa está projetado a construção de seis corredores económicos internacionais que complementam os esforços de integração física na Eurásia: (1) New Eurasian Land Bridge; (2) China-Mongólia-Rússia; (3) China-Paquistão; (4) China-Ásia Central-Ásia Ocidental; (5) Bangladesh-China-Índia-Myanmar; e (6) China-Península Indochina. Em 2014, a China estabeleceu o Fundo de Rota da Seda para financiar as iniciativas integradas no OBOR e criar oportunidades de grande desenvolvimento para os países envolvidos através da interconetividade, como é o caso do Paquistão onde está a ser desenvolvido o Corredor Económico China-Paquistão (sigla em inglês CPEC)²⁸ desde 2015.

O CPEC é apresentado como um projeto potenciador o desenvolvimento regional e é estratégica e economicamente importante para todos os países envolvidos. Para a China representa mais um corredor energético alternativo para as importações do Médio Oriente e de África, reduzindo o tempo de transporte e ultrapassando o dilema de Malaca. O projeto no valor de US\$ 46 mil milhões en-

²⁸ Desde 2006, estava ponderada a construção de um Corredor Energético entre o porto de Gwadar no Paquistão até (Kashi) Kashgar na província chinesa de Xinjiang, ao longo da estrada de Karakoram que liga o Paquistão com a China, por via rodoviária, ferroviária ou mais provavelmente oleoduto. Este projeto transformaria o Paquistão num corredor de transporte do petróleo proveniente do Golfo Pérsico para abastecer faminto gigante asiático chinês, e transformá-lo-ia numa das peças do “Wéiqí energético chinês” (Fernandes, 2013, p. 243).

volve o desenvolvimento de um conjunto amplo de infraestruturas, entre outras de redes de fibra ótica, autoestradas, caminho-de-ferro entre a costa paquistanesa e a província de Xinjiang, de aeroportos e de zonas de desenvolvimento económico (CPEC, 2017). A nível energético abrange investimentos nos recursos energéticos do Paquistão, com a exploração de minas de carvão, a construção de centrais de energia solar e eólica.

3.4. Considerações Finais

A energia é essencial para a maioria dos aspetos da vida civilizada, sendo igualmente uma questão central na política internacional e nacional. Para as autoridades chinesas, devido à contínua e elevada dependência externa, a energia é vital para a segurança nacional. Perante o risco de interrupções de fornecimento devido à pirataria, ao terrorismo, aos picos dos preços e a um possível embargo de outros países, nomeadamente a possibilidade de algumas potências poderem explorar a grande dependência do Estreito de Malaca e interromperem o fornecimento de petróleo, a necessidade contínua das importações de energia é uma vulnerabilidade estratégica para a China.

Habitados à autossuficiência energética até meados da década de 90, os líderes chineses tem desenvolvido um conjunto de estratégias externas estão a criar o seu “*wéiqi*” energético, procurando garantir fornecimentos estáveis, seguros e contínuos. A diplomacia energética para os países dos corredores de transporte terrestres e marítimos está ajudar a criar o renascer da antiga rota da Seda como uma atual rota de energia para a China.

Muitos dos projetos do OBOR, como é o caso do corredor económico Paquistão-China, já tinham sido anteriormente definidos, mas só agora é que estão a ser implementados. Na *Weltanschauung* chinesa, o Paquistão assume uma importância estratégica para a China, visto que pela sua posição geoestratégica poderá ser um *hub* energético interligando o fluxo dos recursos energéticos terrestres do Médio Oriente, da Ásia Central à China. Esta nova “rota da seda” poderá ajudar a transformar a Ásia Central de *land-locked* para uma *land-linked* com acesso ao mercado, aos portos marítimos do Oceano Índico e ao Golfo Pérsico.

Assegurar energia para o próximo, médio e longo prazo é um dos maiores desafios que os líderes chineses enfrentam. Como um importante consumidor de energia, num mundo integrado em que as políticas domésticas são inseparáveis da política externa, as estratégias de segurança energética chinesa têm e continuarão a ter impacto a nível global. Neste período de “oportunidade estratégica” para atingir o “sonho chinês” (*zhong guo meng*) de *grande revitalização da nação chinesa* (*zhonghua minzu weida fuxing*), Pequim apresenta um papel cada vez mais ativo

na governança energética global Liderando o caminho para um futuro sem combustível fósseis, contribuindo para o desenvolvimento das energias limpas e para o combate às mudanças climáticas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Kennedy, A., 2010. China's New Energy Security Debate. *Survival*, Volume 52, 3, pp. 137-158.
- Campbell, C., 2017. China Says It's Building the New Silk Road. Here Are Five Things to Know Ahead of a Key Summit. [Em linha] Disponível em: <http://time.com/4776845/china-xi-jinping-belt-road-initiative-obor/>, [Consult. em 14 maio 2017].
- Cao, W. e Bluth, C., 2012. Challenges and Countermeasures of China's Energy Security. *Energy Policy*, Volume 53, pp. 381-388.
- Chang, F., 2001. Chinese Energy and Asian Security. *Orbis*, Volume 45, 2, pp. 211-240.
- Chen Shaofeng, 2010. China's Self-Extrication from the "Malacca Dilemma" and Implications. *International Journal of China Studies*, 1, No. 1(Janeiro), pp. 1-24.
- CPEC, 2017. About CPEC. [Em linha] Disponível em: <http://cpec.gov.pk/> [Consult. em 15 maio 2017].
- Downs, E., 2006. China. *The Brookings Foreign Policy Studies Energy Security Series*, 12, pp. 1-67.
- EIA, 2011d. *International Energy Outlook 2011*. [Em linha] Disponível em: [http://www.eia.gov/forecasts/ieo/pdf/0484\(2011\).pdf](http://www.eia.gov/forecasts/ieo/pdf/0484(2011).pdf) [Consult. em 28 Setembro 2011].
- EIA, 2015. *China Analysis*. [Em linha] Disponível em: <https://www.eia.gov/beta/international/analysis.cfm?iso=CHN>, [Consult. em 8 janeiro 2017].
- EIA, 2017. *More Chinese crude oil imports coming from non-OPEC countries*. [Em linha] Disponível em: <https://www.eia.gov/todayinenergy/detail.php?id=30792> [Consult. em 15 maio 2017].
- Fernandes, C., 2013. *China Hoje – Necessidades Energéticas e Relações Internacionais. As relações com os Países de Língua Portuguesa*, Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- Fettweis, C., 2009. No Blood for Oil: Why Resource. In: G. Luft e A. Korin, edits. *Energy Security Challenges for the 21st Century. A Reference Handbook*. Santa Barbara: ABC-CLIO, LLC, pp. 66-76.
- Huaxia, 2015. *China's national Five-Year Plan Achievements a Milestone for Centenary Goal*. [Em linha] Disponível em: news.xinhuanet.com/english/2015-10/26/c_13478390.htm, [Consult. em 10 janeiro 2016].

- Kong, B., 2005. *An Anatomy of China's Energy Insecurity and its Strategies*, Washington: U.S. Department of Energy.
- Krishnan, A., 2011. *Gilani's China visit to firm up ties*. [Em linha] Disponível em: <http://www.thehindu.com/news/international/gilanis-china-visit-to-firm-up-ties/article2006452.ece>, [Consult. em 11 Maio 2011].
- Leung, G., 2011. China's Energy Security: Perception and Reality. *Energy Policy*, Volume 39, 3, pp. 1330-1337.
- Men Honghua, 2005. Quebao Zhongguo nengyuan anquan di zhanlue yiyi (The Strategic Significance of Ensuring China's Energy Security). *Taipingyang Xuebao (Journal of the Pacific Ocean)*, volume n.º 1, pp. 33-44.
- Merics, 2017. *China Mapping Silk Road Initiative*. [Em linha] Disponível em: <https://www.merics.org/en/merics-analysis/china-mapping/china-mapping/>, [Consult. em 15 maio 2017].
- Ministry of Foreign Affairs of People's Republic of China, 2006. *Hu Jintao's Address at the G8 Outreach Session at Constantine Palace, St Petersburg*. [Em linha] Disponível em: <http://www.fmprc.gov.cn/eng/wjdt/zyjh/t264261.htm>, [Consult. em 15 Junho 2009].
- National Energy Administration of China, 2016. *3th Five-Year Plan for Energy Development (能源发展“十三五”规划)*. [Em linha] Disponível em: <http://www.ndrc.gov.cn/zcfb/zcfbghwb/201701/W020170117350627940556.pdf>, [Consult. em 15 Dezembro 2017].
- OECD/IEA, 2017. *World Energy Outlook 2017*. [Em linha] Disponível em: <https://www.iea.org/weo2017>, [Consult. em 13 Janeiro 2018].
- Orttung, R. e Perovic, J., 2010. Energy security. Em: M. D. Caveltly e V. Mauer, edits. *The Routledge Handbook of Security Studies*. Oxon: s.n., pp. 211-220.
- Quinhua Xu e William Chung, 2016. *China's Energy Policy from National and International Perspectives. The Energy revolution and One Belt One Road Initiative*. Hong Kong: City University of Hong Kong Press.
- Storey, I., 2006. China Malacca Dilemma. *China Brief*, 12 Abril. Volume 6, 8.
- Suisheng Zhao, 2015. Rethinking the Chinese World Order: the imperial cycle and the rise of China. *Journal of Contemporary China*, Volume n.º 96, pp. 961-982.
- Tian Shaohui, 2016. *Xi's worldwide diplomacy benefits China, the world*. [Em linha] Disponível em: http://news.xinhuanet.com/english/2016-01/05/c_134980392.htm, [Consult. em 10 Janeiro 2016].
- Ting Shi e Jing Yang, 2017. *China Opens Delayed Myanmar Oil Pipeline to Get Mid-east Crude Faster*. [Em linha] Disponível em: <https://www.bloomberg.com/news/articles/2017-04-11/china-opens-delayed-myanmar-oil-link-to-get-mid-east-crude-faster>, [Consult. em 12 maio 2017].

- Tønnesson, S. e Kolås, Å., 2006. *Energy Security in Asia: China, India, Oil and Peace*, Oslo: s.n.
- Wanfan Zhang, 2009. Tapping Soft Power: Managing China's "Peaceful Rise" and the Implications for the world. In: *New Dimensions of Chinese Foreign Policy*. New York: Lexington Books, pp. 109-132.
- Wei Da, 2005. Zhongguo de Haiyang Anquan Zhanlue (Estratégia de segurança Marítima Chinesa). In: Y. Mingjie, ed. *Haishang Jiaodao Anquan yu Guoji Hezuo*. Pequim: Shishi Chubanshe, pp. 360-382.
- Xinhua, 2017. *Oleoduto China-Rússia transporta 100 milhões de toneladas de petróleo bruto*. [Em linha] Disponível em: http://portuguese.xinhuanet.com/2017-05/22/c_136304388.htm, [Consult. em 14 maio 2017].
- Xinhuanet, 2014. *Xi Jinping: promover ativamente a revolução de produção e consumo de energia da China* (习近平: 积极推动我国能源生产和消费革命). [Em linha] Disponível em: http://www.xinhuanet.com/politics/2014-06/13/c_1111139161.htm, [Consult. em 14 setembro 2017].
- Xinlei Li, 2012. *Green Evidence for Energy Security Transformation in China: Reconceptualization of Energy Security and Its Implication to China's Renewable Energy Policy Change*. Berlim, s.n.
- Xue Li, 2010. *An analysis of the Malacca Strait dilemma and China's response*. Zhongguo Jingyi yu Zhengzhi, Volume n.º 10, pp. 117-160.
- Yang Gao, 2012. *Energy Security in China: Going Beyond the Traditional Approach*. [Em linha] Disponível em: http://www.ocs.org.au/papers/OCIS%202012_Energy%20Security%20in%20China%20-%20Going%20Beyond%20the%20Traditional%20Approach.pdf, [Consult. em 12 Setembro 2012].
- Yarita, S., 2004. *Toward Cooperation in the East China Sea*. Washington D.C, Woodrow Wilson International Center for Scholars, pp. 23-29.
- Ye Zicheng, 2011. *Inside China Grand Strategy. The perspective from People's Republic*. Kentucky: The University Press of Kentucky.
- Zhang Jian, 2011. *China's Energy Security: Prospects, Challenges, and Opportunities*. [Em linha] Disponível em: http://www.brookings.edu/~media/Files/rc/papers/2011/07_china_energy_zhang/07_china_energy_zhang_paper.pdf, [Consult. em 24 9 2011].
- Zhang Zhong Xiang, 2011. China's energy security, the Malacca dilemma and responses. *Energy Policy*, Volume 39, pp. 7612-7615.
- Zhao Daojiang, 2005. China's Energy Security Domestic and International Issues. *The China and Eurasia Forum Quarterly*, novembro, Volume 3, n.º 3, pp. 39-59.

Zheng Bijian, 2013. *China's Road of Peaceful Development and the Building of Communities of Interests*. [Em linha] Disponível em: <http://www.chinastudies.org.cn/e/617.htm>, [Consult. em 25 Março 2013].

Zhu Liu, 2016. *China's Carbons emissions Report 2016: Regional Carbon Emissions and the Implications for China's Low Carbo Development*, Cambridge: Harvard Kennedy School.

4. O PODER NAVAL AO SERVIÇO DA ENERGIA – CASO DE ESTUDO: CHINA

Maria Seabra de Freitas

Mestranda em Estratégia, no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP-UL)
Discente da Pós-Graduação em Globalização, Diplomacia e Segurança, FCSH-IUM-IDI
m.seabra.1995@gmail.com

De acordo com a *U.S Energy Information Agency* de 2016, a China tem vindo a ocupar, nos últimos anos, posições no topo da requisição de energia global, tornando-se inclusive no maior consumidor energético em 2011, devido ao seu índice de industrialização, massa populacional ativa e crescente economia. Em 2013, ultrapassou os Estados Unidos da América (EUA) como o maior importador de petróleo do mundo. Simultaneamente, a China é um dos Estados que mais importa gás natural liquefeito e carvão, na ânsia de colmatar os elevados valores de consumo interno, cuja produção nacional se tornou insuficiente de satisfazer (Energy Information Agency, 2016).

Foi neste sentido, que em 2015, na publicação do 10º “*Defense White Paper*”²⁹ (DWP) a República Popular da China (RPC) asseverou a sua intenção de se tornar uma potência naval de proporções mundiais. Este documento eleva indubitavelmente o domínio marítimo como ponto-chave do novo pensamento estratégico chinês, realçando que “*a mentalidade de que a terra supera o mar deve ser abandonada*”. O DWP realça a necessidade de se reforçar e desenvolver uma Marinha sólida, a nível de novas aquisições materiais e tecnológicas, mas também de investimento humano, capaz de se tornar, a longo prazo, uma *blue-water navy* com operações de longa duração, em locais *offshore*, de defesa, controlo e patrulha.

O *Defense White Paper* de 2015 materializou, também, o novo pensamento estratégico de Pequim, identificando cinco objetivos primordiais a concretizar: “É necessário que a China desenvolva uma estrutura de força marítima moderna compatível com os seus interesses em matéria de [1.] segurança nacional e desenvolvimento, (...) [2.] soberania nacional (...) [3.] direitos e interesses marítimos, (...) [4.] segurança das linhas comerciais estratégicas e dos interesses estrangeiros e [5] cooperação marítima internacional” (DWP, 2015).

²⁹ “*The world today is undergoing unprecedented changes, and China is at a critical stage of reform and development. In their endeavor to realize the Chinese Dream of great national rejuvenation, the Chinese people aspire to join hands with the rest of the world to maintain peace, pursue development and share prosperity*” (China Daily, 2015).

Esta alteração de estratégia surge em harmonia com a consciencialização dos riscos associados ao comércio energético, especificamente, a volatilidade de preços e custos associados, instabilidade política das principais áreas fornecedoras e, sobretudo, a possibilidade de bloqueio a zonas de navegação essenciais à comercialização dos recursos de energia, por atores estatais e não estatais. A interrupção do fornecimento pode ocorrer por causas tecnológicas, naturais e políticas (Daojiong, 2006). Esta última hipótese é exequível pela presença de *chokepoints* nas linhas de comunicação marítima por onde são transportados os recursos energéticos mundiais.

O Golfo de Áden, localizado no Mar de Omã, a norte do Oceano Índico entre a Somália, no Corno de África e o Iémen, na Península Arábica é um dos grandes focos de atual cuidado. Ao longo dos anos, as águas somalis desgovernadas têm-se tornado um ponto de excelência para ataques de pirataria por dois motivos: é uma zona de concentração naval de passagem entre o Ocidente e o Oriente; tanto o Djibouti como a Somália apresentam fracas capacidades de aplicação da lei e de coerção (Till, 2009).

Outras rotas de navegação, incluindo o Estreito de Bab el Mandeb (que separa os continentes da Ásia e África, ligando o Mar Vermelho ao Oceano Índico), o Mar do Sul da China, o Estreito de Ormuz (entre o Golfo de Omã e o Golfo Pérsico) e o de Malaca, (na fronteira marítima entre a Malásia e a Indonésia) também enfrentam, regularmente, ameaças de pirataria ao contínuo fluxo de comércio mundial de energia (Erickson e Strange, 2013).

Observando as importações energéticas da China (Quadros 2, 3 e 4), conclui-se que o país em estudo depende essencialmente do abastecimento oriundo do Golfo Pérsico, África e Ásia Central, no que se refere a petróleo, gás natural e carvão, respetivamente. Desta forma, as rotas comerciais marítimas que alimentam a indústria chinesa passam por três destes pontos de estrangulamento: o Golfo de Áden, o Estreito de Ormuz e o Estreito de Malaca (Lin, 2012).

Quadro 2 – Importações de Petróleo da China

Os cinco principais países-fornecedores de Petróleo da China (2014)	
Arábia Saudita	16%
Angola	13%
Rússia	11%
Omã	10%
Iraque	9%

Fonte: Elaborado a partir de Energy Information Agency (2014).

Quadro 3 – Importações de Gás Natural Liquefeito da China

Os cinco principais países-fornecedores de Gás Natural Liquefeito da China (2014)	
Qatar	34%
Austrália	19%
Indonésia	12%
Malásia	15%
Iémen	5%

Fonte: Elaborado a partir de Energy Information Agency (2014).

Quadro 4 – Importações de Carvão da China

Os cinco principais países-fornecedores de Carvão da China (2012)	
Austrália	38%
Indonésia	34%
África do Sul	13%
Rússia	7%
Estados Unidos da América	4%

Fonte: Elaborado a partir de General Administration of Customs (2012).

O Estreito de Ormuz e o Golfo de Áden são responsáveis pela transição de 50% do comércio chinês em matérias-primas e o Estreito de Malaca, garante a passagem de 90% da importação de recursos energéticos de Pequim, (Xiaoyan, 2014).

Com múltiplos *chokepoints* e áreas marítimas controladas por países altamente desenvolvidos em Poder Naval - Índia, Japão e EUA - a China não está otimista sobre a segurança das linhas de comunicação energética de que depende (Xiaoyan, 2014).

Esta dependência externa no sector energético origina, conseqüentemente, dois efeitos distintos (Figura 25):

1. A necessidade de diversificação de países fornecedores e que, por si, exige uma expansão geográfica na procura de fontes; e,
2. Um investimento no Poder Naval, pelos riscos associados à vulnerabilidade dessa mesma ampliação das linhas de comunicação comercial pelo mundo e que, conseqüentemente encarga uma redistribuição geoestratégica da Marinha para proteger o transporte, desenvolvimento de capacidades navais avançadas, o aumento do capital humano e à sofisticação das embarcações de longo alcance e de reabastecimento em missão (Rodrigues, 2015).

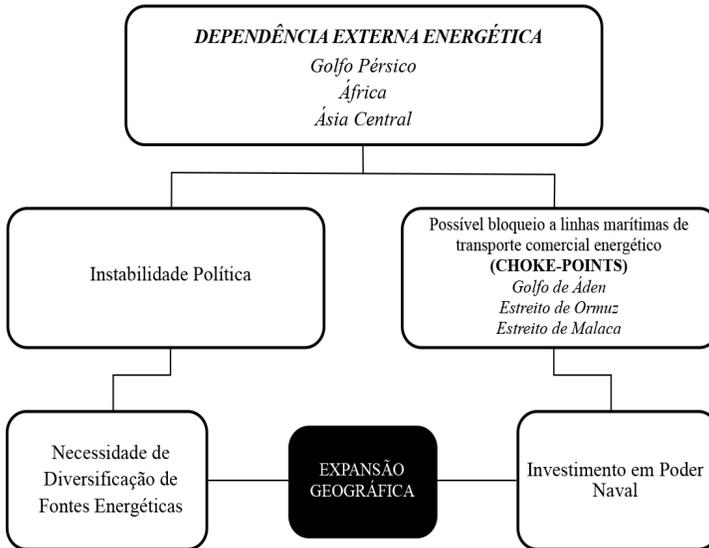


Figura 25 – A dependência energética como catalisador da Estratégia “Far-Seas Operations”

Consciente desta realidade, o Governo de Pequim decretou em 2003, um processo de transição gradual para águas internacionais, sob alçada de uma estratégia marítima designada por “*Far-Seas Operations*” (yuanhai zuozhan, 远海作战), que tem como fim último a maior participação chinesa *offshore* (Saunders, 2011).

Esta estratégia, ainda em execução, tem-se dividido então em dois vetores essenciais:

1. Na edificação e controlo de plataformas navais avançadas de posicionamento estratégico como portos, eclusas, estruturas de logística e facilidades de apoio (ou bases de apoio) em zonas distantes da sua costa; e
2. No investimento em quantidade e qualidade de embarcações (Saunders et al, 2011).

A República Popular da China (RPC) tem investido parte do seu capital (estima-se 250 mil milhões de dólares) em armamento militar e no fomento das Forças Armadas. Atualmente ocupa a segunda posição do *ranking* internacional, ficando atrás da grande potência militar, Estados Unidos da América (Perlo-Freeman, 2016).

Assim, em 2005 surgiu aquele que é denominado pelo Ocidente como projeto Colar de Pérolas, que se identifica como a primeira tentativa da RPC em alargar o seu âmbito fronteiriço, ou seja, de estender a sua influência. Estendendo-se desde o Mar do Sul da China até ao Golfo Pérsico, cruzando países como Paquistão, Bangladesh, Myanmar, Camboja, Sri Lanka e Tailândia, o projeto assenta no desenvolvimento

multilateral de capacidades de resposta e uma maior coordenação entre as estruturas nacionais e internacionais (Fernandes, 2011), ligando os Estados supramencionados ao centro de Pequim, por via de oleodutos e gasodutos, que permite atenuar os fluxos energéticos nos *chokepoints* e reduzir significativamente o tempo de transporte.

No entanto, este Colar de Pérolas revelou-se insatisfatório. Apesar de se dilatar pelo mar costeiro e territorial da China, permaneceu claramente focado no plano asiático.

Em 2008, o Governo de Pequim destaca um conjunto de forças navais para o Golfo de Áden, com o objetivo de integrarem o combate internacional à pirataria. Desde então, estas forças têm vindo a desempenhar funções de patrulha, escolta e proteção no interior das embarcações mercantes, tornando-se uma prática diária (Massachusetts Institute of Technology, 2009; Erickson e Strange, 2013). Estas forças operacionais, que permanecem ativas, incluem dois navios de guerra e um de abastecimento, além de contar com cerca de oitocentos militares, dos quais 10% correspondem ao seu corpo de operações especiais (Erickson e Strange, 2013).

De acordo com o pensamento confuciano, a China caracteriza-se pela tomada de decisões a longo prazo, que transitem entre gerações políticas dentro do Partido Comunista e, como tal, a implantação do corpo naval neste *chokepoint* adquiriria um papel decisivo para a segurança energética. Além do óbvio combate à pirataria, este ponto de estrangulamento é a única forma de alcançar o mercado europeu, via Oceano Índico, sem a obrigatoriedade de dobrar o Cabo da Boa Esperança, a sul do continente africano e que resultaria, conseqüentemente, num aumento de gastos e tempo de navegação. O desbravar das águas deste *chokepoint* abriria finalmente a hipótese de construir uma única rota marítima de fluência direta entre o Oriente e o Ocidente.

Quando é que ocorreu? Sete anos depois, em 2015, com a apresentação de um *upgrade* do Colar de Pérolas – a “Rota Marítima da Seda do Século XXI” - por parte do atual líder Xi Jinping. A China manifestou finalmente a sua vontade em se expandir para a Europa e África, ampliando a ação chinesa em áreas para lá da Ásia Central e Sudeste, em que, novamente, esta necessidade de diversificar fontes energéticas (Indonésia, Malásia, Índia, Quênia, e que almeja Grécia, Itália e Holanda), exigiu um pré-cuidado de desenvolvimento de forças navais, que apoiassem esse mesmo alargamento geoestratégico energético (The State Council, 2015). A Nova Rota Marítima da Sede é, simultaneamente, um elemento que integra um projeto energético terrestre e oceânico ainda mais ousado, denominado “Uma Faixa, Uma Rota”, que consiste no investimento de infraestruturas de transporte, comércio, cooperação financeira e intercâmbio cultural entre os Estados, promovendo, a jusante o desenvolvimento mútuo e a paz mundial (The State Council, 2015).

O mais recente exemplo da influência do setor energético no investimento em Poder Naval é então a construção da primeira facilidade de apoio *offshore* da China, no início de 2016, em Djibouti. A República do Djibouti está estrategicamente localizada entre o Mar Vermelho e o Mar Árábico, permitindo à China posicionar-se perto de dois pontos de estrangulamento vitais ao transporte de petróleo – o Canal do Suez e o Estreito de Bab el-Mandeb (Energy Information Agency, 2014) que, tal como o de Malaca, são um ponto de interligação crucial de comércio, entre a Europa e a Ásia, convergindo para as pretensões ambiciosas da Nova Rota Marítima da Seda.

Denota-se que o efeito da Segurança Energética na distribuição do Poder Naval revela-se no crescendo conjunto e na interdependência entre as duas variáveis: a necessidade de diversificação de países fornecedores do setor energético, juntamente com a possibilidade de perigos associados ao seu fornecimento e transporte, dada a extensão das rotas marítimas de comércio. Em última instância, as ações e expansão das forças navais chinesas incumbe-se da salvaguarda do domínio interno e de interesses nacionais além-fronteiras, um deles a segurança energética.

A China tem como finalidade demonstrar uma crescente participação como ator responsável e ativo no sistema internacional. Reiterando a ideia de que sem recursos energéticos, o crescimento e a prosperidade económica chinesa abrandará, tornando-se mais frágil à desordem social e política, garantir a segurança energética também concorre para a robustez da segurança nacional, dependendo da segurança marítima para ambas, como se de um ciclo se tratasse (Figura 26).

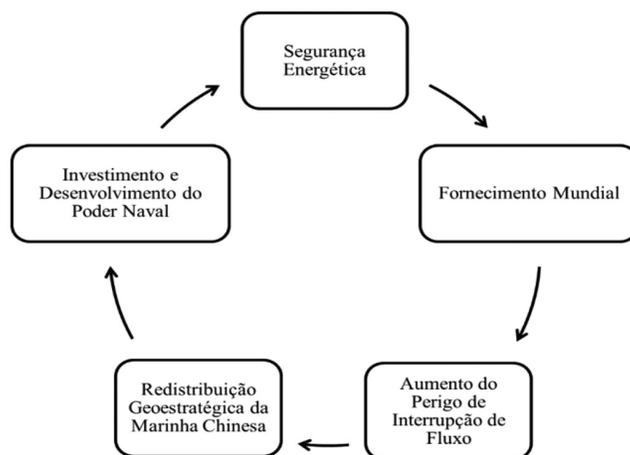


Figura 26 – O Poder Naval Chinês ao Serviço da Energia

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Daojiong, Z., 2006. Energy Interdependence. *China Security*, pp. 2-16.
- Duarte, P. A., 2015. O Pacífico Sul na geoestratégia naval chinesa. *Mural Internacional*, pp. 216-229.
- China Daily, 2015, *Defense White Paper*. [Em linha] Disponível em: http://china-daily.com.cn/china/2015-05/26/content_20820628_5.htm [Consult. em 22 Novembro 2016].
- Energy Information Agency, 2016. *China International Analyses*.
- Erickson, A. e Strange, A., 2013. *No Substitute for Experience - Chinese Antipiracy Operations in the Gulf of Aden*. Rhode Island: Center for Naval Warfare Studies - US Naval War College.
- Fernandes, C., 2011. Contributo de Angola para a Segurança Energética da China. *Nação e Defesa*, pp. 158-182.
- Lin, J., 2012. *China's Energy Security Dilemma*. Pequim.
- Massachusetts Institute of Technology, 2009. *Explaining China's Participation in Anti-Piracy Operations in the Gulf of Aden*.
- Perlo-Freeman, S., Fleurant, A., Wezeman, P. e Wezeman, S., 2016. *Trends In World Military Expenditure*. Estocolmo: Stockholm International Peace Research Institute.
- Rodrigues, A., 2015. Uma Leitura do Poder Naval Chinês. *Jornal de Defesa e Relações Internacionais*.
- Saunders, P. C., Yung, C. D., Swaine, M. e Yang, A. N.-D., 2011. *The Chinese Navy: Expanding Capabilities, Evolving Roles*. Washington D.C.: National Defense University Press for the Center for the Study of Chinese Military Affairs - Institute for National Strategic Studies.
- The State Council, T., 2015. *Action Plan on the Belt and Road Initiative*.
- Till, G., 2009. Maintaining Good Order at sea. In: *Seapower - A Guide for the Twenty-First Century*. 2ª ed. Nova Iorque: Routledge, pp. 286-321.
- Xiaoyan, W., 2014. *China's Sea Power Nation Strategy*.

5. PAINEL 2 – DEBATE

Moderador:

Coronel Piloto-Aviador Rui José Pinheiro de Freitas

Oradores:

Professor Doutor Luís Tomé

Professora Doutora Carla Patrício Fernandes

Capitão-de-Fragata José dos Santos Gonçalves

Dr.ª Maria Seabra Aveiro de Freitas

Audiência:

Sou aluno de Mestrado no ISCTE e a minha dissertação de mestrado aborda, no âmbito das Relações Internacionais, o papel do Mar da China do Sul no relacionamento externo da China. Gostaria de abordar um tópico de que se falou aqui, que foi o problema do Mar da China do Sul, que encerra em si uma questão militar e uma questão de segurança energética.

Na investigação para a minha tese tenho verificado que, se a China quer avançar com a estratégia do OBOR, tem de haver uma mudança na forma como se tem aproximado à questão do Mar da China do Sul. Uma questão que eu falo muito, mas que não ouvi falar aqui é que o Mar da China do Sul, além da sua importância estratégica, é riquíssimo em recursos, especificamente energéticos e petróleo.

Então o que eu quero perguntar a qualquer dos membros deste painel é: até que ponto nos níveis logísticos, militares e pragmáticos, os avanços que a China tem feito no Mar da China do Sul, podem fazer perigar a sua estratégia do OBOR. Ou posto de outra maneira, se a OBOR vale a pena face ao retrocesso estratégico que a China possa vir a ter no Mar da China do Sul?

Professor Doutor Luís Tomé:

Começo por dizer que não entendi bem a pergunta, por isso vou responder sobre o tema que entendi. O Mar da China do Sul pode e deve ser visto com alguma preocupação do ponto de vista global, mas também temos de separar o poder da probabilidade das coisas correrem mal. Se a pergunta é colocada no pode, devemos responder sempre que sim, porque não temos uma bola de cristal. Se a pergunta é colocada em termos de probabilidade, já podemos responder se é mais ou menos provável. A China tem um perfil muito distinto, que às vezes é incorretamente apreciado a partir do Ocidente. Porque a comparação que fazemos é com outras

potências que conhecemos do passado, com um comportamento mais agressivo. Ou seja, consideramos que se tem intenções, se tem interesses energéticos, se tem interesses de território, vai avançar quando tiver mais força, é inevitável. Eu não acredito que a China tenha esse comportamento. E acho que muito do que a China está a fazer não é para coagir, é para poder resistir a uma eventual coação. O poder tem sempre estas duas faces.

No Mar da China do Sul, a China tem procurado insistentemente um diálogo político e diplomático, naquilo que lhe é vantajoso – que é o diálogo com cada um dos países do sudoeste asiático. E os países da ASEAN preferem negociar em bloco, porque, apesar de tudo, os dez juntos conseguem um maior equilíbrio.

O problema é que as ilhas Paracel são um ponto de disputa que opõe apenas a China e o Vietname e a China tomou todas as ilhas ao Vietname nos anos oitenta. E portanto os recursos energéticos – gás e petróleo – que estão no arquipélago são apetitosos, mas não se vê como é que o Vietname possa conseguir diplomaticamente, ou por outra via, alguns ganhos ao lado chinês.

As ilhas Spratly são um caso mais delicado, porque para além da China e do Vietname, envolvem as Filipinas, o Brunei, a Indonésia e até a Malásia, e cada um ocupa um pequeno conjunto de ilhas. Mas, também temos petróleo, também temos gás natural. E aí a China inviabiliza negociações e inviabiliza decisões de tribunais, pois se se apercebe que os argumentos jurídicos não são suficientes, opta por não apresentar defesa e por montar uma campanha destinada a desacreditar a decisão o tribunal, como aconteceu recentemente com as Filipinas. Mas, não se espera a breve prazo – pode, mas não é provável – que a China use a força para conquistar as ilhas na posse de outros Estados. Mas não vai permitir que outros Estados recuperem ilhas, nem vai abdicar de ilhas de que dispõe.

O problema maior, creio eu, é que no Mar da China do Sul há outros interesses, para além daqueles Estados, que têm reivindicações territoriais diretamente envolvidas. E que tem que ver com as rotas marítimas, pois estamos a falar da zona de navegação mais intensa do mundo. Países como o Japão, a Coreia do Sul, os Estados Unidos, a mais distancia a Rússia, e obviamente sempre Taiwan, se permitissem aquilo que a China pretende, que é fazer do Mar da China do Sul uma *mare nostrum*, ficariam com as rotas de escoamento e de abastecimento em causa. E é por isso que as tensões maiores nem são com os países do sudoeste asiático, têm sido sim alguns incidentes – uns mais e outros menos mediáticos – com os Estados Unidos.

Mas, na agenda chinesa e na agenda dos Estados Unidos o maior assunto não é o assunto do Mar da China do Sul, pode vir a ser, mas tem muito que ver com Taiwan. Alguns argumentos pseudo-históricos e jurídicos da China têm que ver

com Taiwan e, inclusivamente, mais acima no Mar da China Oriental, com as ilhas Senkaku.

Portanto eu não sei que tipo de tese está a pensar defender, mas, se calhar tem de distinguir pode, do que é ou não é provável. Isso, aliás, é assim para a maioria das questões, inclusivamente da Coreia do Norte, que agora é o assunto mais mediático.

PARTE III
CENÁRIOS PARA A ÁSIA PACÍFICO NO HORIZONTE 2030

1. CENÁRIOS PARA A ÁSIA PACÍFICO NO HORIZONTE 2030

Moderador:

José Manuel Félix Ribeiro
Professor Doutor
Universidade Nova de Lisboa
jm.felixribeiro@gmail.com

Oradores:

Dr.^a Isabel Estácio – Grupo de Trabalho 1
Dr.^a Filipa Neves – Grupo de Trabalho 2

Composição do Grupo de Trabalho 1:

Dr.^a Andreia Gouveia
Dr. Diogo Ramalho
Dr.^a Isabel Estácio
Dr.^a Maria Seabra
Dr. Ricardo Sousa
Dr.^a Pui Seong Un

Composição do Grupo de Trabalho 2:

Dr.^a Ana Constantino
Dr.^a Carina Soares
Dr. João Zorrinho
Dr.^a Joana Barros Silva
Dr.^a Filipa Neves
Dr.^a Maria Tavares
Dr. Pedro Rosa
Dr.^a Olímpia Duarte

1.1. Introdução

Este trabalho tem como objetivo analisar a posição da República Popular da China (RPC) no sistema internacional, no horizonte temporal de 2030, realizando uma cenarização da evolução chinesa durante este período, recorrendo às ferramentas de análise prospetiva.

No contexto da Pós-Graduação em Globalização, Diplomacia e Segurança, em particular, no âmbito do seminário de “Exploração do Mundo Global: Metodologias e Ferramentas de Prospetiva”, lecionado no 2º semestre, a oportunidade de proceder a esta cenarização da evolução chinesa revelou-se um desafio científico absolutamente estimulante.

O presente trabalho foi desenvolvido com base na Metodologia de Cenarização, lecionada nas sessões da unidade curricular supracitada. Para a sua rea-

lização, recorreremos a uma análise teórica de base bibliográfica e a uma avaliação empírica baseada em estudos disponíveis, procurando identificar tanto as características gerais da estratégia chinesa como o seu enquadramento no sistema internacional contemporâneo. Posteriormente a esta primeira análise, procedemos à aplicação das metodologias e ferramentas de prospetiva, por forma a obter uma cenarização da evolução da República Popular da China até 2030.

O trabalho está dividido em duas partes distintas. Na primeira parte, que se subdivide em quatro capítulos, será feita uma análise das características gerais da estratégia chinesa e do seu enquadramento no sistema internacional atual. Na segunda parte, dividida em dois capítulos, será descrita a cenarização da evolução do país até 2030, realizada a partir da análise feita previamente. No primeiro capítulo da segunda parte serão aplicadas as ferramentas de prospetiva com vista à identificação dos cenários possíveis. O segundo capítulo é destinado à exposição de dois cenários, elaborados por cada um dos grupos de trabalho. Ambos os cenários compreenderão a análise de cada uma das incertezas definidas, visando a caracterização prospetiva do posicionamento internacional da RPC em 2030.

1.2. A Estratégia de Longo Prazo da República Popular da China

A estratégia de longo prazo da RPC assenta na valorização de um modelo de crescimento baseado em três pilares fundamentais - geoeconomia, geopolítica e estratégia – através de um conjunto de transformações em curso no país, sendo caracterizada pela competição económica e militar com a potência dominante, os Estados Unidos da América (EUA). Esta dupla competição distingue-a de outras potências concorrentes dos EUA durante as últimas décadas, como é o caso do Japão e da Alemanha, que apenas competem na vertente económica (Ribeiro, 2015).

A RPC tem procurado atingir uma maior autonomia estratégica através do desenvolvimento de um complexo militar industrial que lhe permita dissuadir a intervenção dos EUA no que respeita aos seus principais interesses estratégicos e, a longo prazo, obter uma incontestável superioridade face à vizinha Índia. Por outro lado, ao nível regional, a RPC pretende articular-se com Estados que se afiguram mais fracos, que não constituam uma ameaça aos seus interesses e que aceitem participar ativamente na sua estratégia política e económica em ambos os níveis, energético e financeiro (Ribeiro, 2015).

1.2.1. Modelo de Crescimento Económico, Social e Ambiental

Perante os elevados níveis de investimento em cidades fantasma - investimentos em atividades de construção civil sem retorno - que ameaçam o crescimento futuro, o rápido envelhecimento populacional, que concorre, por sua vez, para a intensificação de preocupações estatais sobre o financiamento dos cuidados de saúde e garantia de rendimento a faixas etárias mais avançadas, a RPC identificou a necessidade de alterar o seu modelo de crescimento económico.

Assim, a RPC está neste momento a ensaiar um novo modelo para o seu desenvolvimento que assenta em três níveis:

- Aumento do Produto Interno Bruto absorvido pelo consumo privado, estimulando a taxa de empregabilidade no setor dos serviços e proporcionando à população de classe média oportunidades de aplicação de poupanças para além do imobiliário - através da participação no mercado de capitais numa modalidade específica de “capitalismo popular”;
- Face ao desaceleramento do investimento em grandes infraestruturas a nível interno, a República Popular da China vê-se obrigada a promover no exterior um número significativo de grandes projetos de infraestruturas, com capacidade para estimular novamente o mercado;
- Aplicação de fundos públicos em Investimento Direto, nomeadamente em atividades relacionadas com Defesa, Investigação Espacial, Áreas de Ciência e Tecnologia de ponta, e outras que possam originar novos modos de responder às necessidades da população.

1.2.2. Geoeconomia

Na dimensão geoeconómica, as pretensões chinesas incluem:

- Emancipar-se da relação com os Estados Unidos da América;

A grande potência oriental tenciona afastar-se gradualmente da atual integração norte-americana na área do Pacífico, mantendo, em simultâneo, a estratégia de redução de riscos associados à extensão das linhas marítimas de comunicação, que visam alcançar o mercado da União Europeia, bem como fontes de abastecimento energético e mineral.

- Ganhar profundidade euroasiática e projeção marítima no espaço económico do Índico e do Golfo Pérsico;

Partindo do ponto anterior, torna-se evidente que a RPC procura: investir em modalidades de integração económica na macrorregião asiática onde se destaca como centro hegemónico; aumentar a profundidade terrestre através da Eurásia, reforçando uma multiplicidade de relações comerciais, diplomáticas e de

investimento com a Europa; aceder a bases de recursos naturais na Sibéria e no Extremo Oriente da Rússia e da Ásia Central (Figura 27); e investir na construção de infraestruturas ao longo das linhas de energia. É neste contexto que se verifica a importância da delimitação estratégica chinesa e o aproveitamento económico da Nova Rota da Seda (Figura 28).

- Ensaia simultaneamente um novo modelo de desenvolvimento assente na comercialização externa;

Relativamente ao novo modelo de desenvolvimento, a RPC demonstra-se interessada em rever a “arquitetura institucional” dos sistemas monetários e financeiros internacionais com que ópera, procurando beneficiar das relações que tem com países asiáticos e com países produtores de matérias-primas, de forma a favorecer a sua própria internacionalização.



Figura 27 – A “nova rota da seda” e os “caminhos marítimos” para a Europa

Fonte: Xinhua (2017).

MERICs China Mapping

One Belt, One Road: With the Silk Road Initiative, China Aims to Build

a Global Infrastructure Network

Projects completed and planned: December 2015

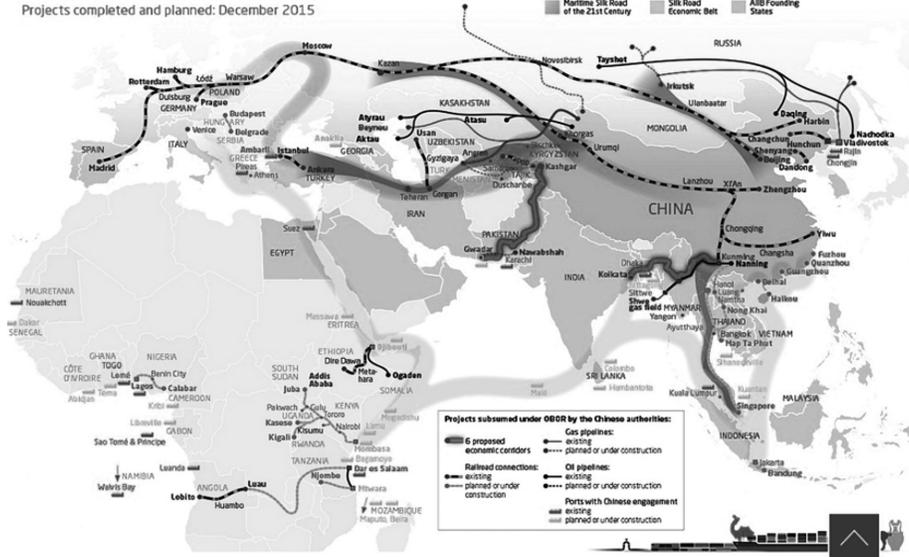


Figura 28 – As ambições internacionais da china na ótica da geoconomia

Fonte: Merics China Mapping (2015).

1.2.3. Geoestratégia

No que respeita à dimensão geoestratégica, a RPC aparenta ter como aspirações: assegurar uma capacidade credível de dissuasão nuclear; ganhar controlo sobre a área dos mares próximos e edificar um complexo militar devidamente preparado para competir com os EUA no domínio dos fluidos estratégicos no horizonte 2030. Para a consecução dos objetivos referidos, a RPC pretende assim, em primeiro lugar, adotar um novo modelo económico, que lhe permita ultrapassar os problemas estruturais que enfrenta, como o envelhecimento populacional e as questões ambientais, e ao mesmo tempo emancipar-se de uma relação geoeconómica privilegiada com os EUA, através do estreitamento de laços económicos com a Eurásia, o Índico e o Golfo Pérsico; em segundo, dissolver a liderança geoestratégica dos EUA na Ásia, adquirindo capacidade de dissuasão nuclear e criando um complexo militar habilitado para disputar com os EUA o domínio dos fluidos estratégicos no horizonte 2030; terceiro impossibilitar a transformação da Índia num polo autónomo de atração no espaço asiático.

Sendo o único país com a dimensão e recursos suficientes para competir com a RPC ao nível regional, a Índia tem interesses geoeconómicos e geopolíti-

cos que competem com os interesses chineses em questões como o acesso à Ásia Central e o controlo das linhas de comunicação marítima no Índico e por último, tornar-se imprescindível para a preservação da paz no Golfo Pérsico. Esta estratégia de longo prazo assenta em três pilares distintos, que iremos caracterizar nos pontos seguintes.

1.3. Ameaças e Desafios à Estratégia de Longo Prazo da República Popular da China

Os fatores que põem em causa a estratégia chinesa, constituindo ameaças à mesma, são tanto de ordem interna como externa e divergem ainda quanto ao seu tipo.

1.3.1. Ameaças ao Modelo de Crescimento e Internacionalização

Uma das principais ameaças ao modelo de crescimento e internacionalização da RPC, e de uma forma geral a toda a estratégia, é o impacto a médio/longo prazo, a nível social e económico, da política do filho único e a capacidade da RPC se adaptar a essa mudança. Esta alteração provocará, em última instância, uma desaceleração da economia (pela diminuição de investimentos internos em infraestruturas, em benefício dos externos). Assim, ocorre, em simultâneo, um progressivo abandono da atividade económica de construção infraestrutural e uma centralização económica no crescimento do consumo, que obriga a um aumento salarial e de rendimento.

Outra ameaça é a possível perda de competitividade da economia chinesa, em virtude do aumento dos salários se poder verificar superior ao aumento da produtividade do país. Como vimos antes, o aumento dos salários dificulta a aposta em produtos de baixo valor, exigindo uma reorientação da produção chinesa para produtos inovadores, com maior valor acrescentado e que lhe permitam manter o seu potencial exportador.

A necessidade de um aumento significativo das despesas do Estado Central nos sistemas públicos e de apoio social, e um investimento maciço na recuperação ambiental são também ameaças relevantes, já que estas condições podem reduzir a disponibilidade de recursos para outras áreas, como a defesa. No fundo, existe uma quebra no montante dirigido ao financiamento de outros setores, em prol da correção da degradação ambiental.

O sistema bancário, que se encontra fragilizado e que pode colapsar, devido à incapacidade de absorção do grande volume de crédito mal parado gerado pelos

programas de estímulo à economia das últimas décadas, constitui igualmente uma ameaça à estratégia chinesa delineada para os próximos anos.

Todos estes fatores, aos quais acrescem ainda outros como o aumento do protecionismo e a flutuação dos preços das matérias-primas, por exemplo, podem colocar um entrave ao crescimento chinês, comprometendo assim o modelo de crescimento e a internacionalização da RPC.

1.3.2. Ameaças à Estratégia Goeconómica

Uma das principais ameaças goeconómicas é o insucesso na concretização do projeto da Nova Rota e Faixa da Seda, quer por dificuldades de financiamento por parte do Estado Central, quer pela instabilidade político-conflitual nos Estados da Ásia Central, que pode levar alguns dos países que estão associados ao projeto a abandoná-lo. O insucesso do projeto poderá acarretar dificuldades para outras dimensões da estratégia chinesa. A sua estratégia euroasiática, por exemplo, poderá ficar comprometida caso a RPC não seja eficaz no estabelecimento de uma parceria económica forte nessa região. Assim, poderão surgir tensões relativas a propostas de integração económica regional, bem como conflitos nas fronteiras marítimas com alguns Estados do Sudeste Asiático, resultado da ambição integracionista nesta área, no âmbito de segurança estratégica.

Uma outra ameaça resulta do facto de a União Europeia optar por uma integração crescente com a economia dos EUA, no quadro da parceria transatlântica, pese embora a tendência seja um pouco diferente desde que Donald Trump subiu ao poder. Nesta linha, e no caso de se verificar uma aproximação entre os EUA e a Rússia, prevê-se uma deterioração da relação sino-alemã, sendo que a Alemanha é hoje a principal parceira económica da RPC no quadro europeu e, por isso, fundamental para o alcance desse mercado.

Também a interrupção do processo de internacionalização da moeda nacional, o *yuan*, por conta da perda de confiança de atores internacionais e investidores nacionais na capacidade das autoridades gerirem uma economia num contexto de maior protagonismo dos mercados e de maior abertura ao exterior, se revela uma ameaça patente à estratégia chinesa. Aliás, a acumulação de dólares e a fuga de capitais para os EUA mantêm-se centrais nas estratégias patrimoniais de boa parte do setor empresarial chinês. Por outro lado, a possível desvalorização do dólar, caso a *renminbi* (yuan) se internacionalize, concorreria para a perda de valor patrimonial das reservas cambiais da RPC, que é detentora de 1,12 milhão de milhões de dívida pública norte-americana.

1.3.3. Ameaças ao Reposicionamento Estratégico e ao Investimento na Defesa

Existem diversas ameaças ao reposicionamento estratégico chinês e ao investimento no setor da defesa. Desde logo, a alteração dos equilíbrios dentro do Partido Comunista Chinês pode modificar a política chinesa de apoio às Forças Armadas verificada nos últimos anos. Da mesma forma, a divisão do poder central em relação a crises com origem externa, e/ou em consequência de lutas de fações internas pela partilha do poder de decisão relativo às despesas do Estado Central, pode pôr em causa toda a estratégia chinesa.

A fragmentação de territórios como Xinjiang e Tibete pode também trazer diversos reveses à consecução dos objetivos chineses. Em primeiro lugar, este fator pode ser gerador de revoltas nestes territórios e a resposta, que concorre para a deterioração da imagem internacional da RPC, pode levar a tensões diplomáticas com os EUA e alguns Estados Europeus. Acrescendo a este facto, o aumento exponencial das despesas com a segurança interna, em virtude da instabilidade referida, pode comprometer as ambições militares chinesas.

Por outro lado, a RPC não é autossuficiente em produtos elementares para o seu desenvolvimento, o que a sujeita a uma dependência externa de abastecimentos fundamentais como minérios, alimentos e energia. Assim, a eventual incapacidade de reforçar o seu relacionamento no Golfo Pérsico, quer com o Irão, quer com as monarquias árabes ou com a Rússia, no que diz respeito ao Pacífico e ao Ártico, pode afetar o seu abastecimento energético, comprometendo seriamente a estratégia chinesa.

Outro entrave a esta estratégia poderá ser o reforço da colaboração indo-americana, quer no Índico, quer no Golfo Pérsico. Em relação a esta última região, importa referir que a RPC se verá obrigada a optar pelo estreitamento de relações com o Irão em detrimento das monarquias árabes, ou vice-versa.

Contudo, um dos principais desafios que a RPC encontrará no seu reposicionamento geoestratégico prende-se com a existência de um clima de competição com os EUA, que é sentido em várias dimensões: possível provocação dos EUA por conta da modernização militar chinesa, assente no desenvolvimento tecnológico, do armamento e dos sistemas de controlo, no espaço naval, aéreo, espacial e no ciberespaço; controvérsia entre norte-americanos e chineses no que concerne à segurança, na medida em que o investimento do dragão asiático é predominantemente focado na defesa, o que é interpretado pelos EUA como uma competição securitária no complexo regional militar em que ambos estão inseridos; e por fim, o risco de confrontos precoces no continente asiático. Este último ponto, aliás, está

associado a uma ameaça a considerar, que é a possibilidade de a RPC ser forçada a intervir numa eventual crise militar nas imediações do seu território, o que, a verificar-se, iria opor ambas as potências, EUA e RPC, ainda antes de a segunda ter sido capaz de alcançar um patamar de poderio militar considerável. Esta situação pode facilmente vir a ocorrer na República Popular Democrática da Coreia (Coreia do Norte) e/ou na República da Coreia (Coreia do Sul), bem como nas disputadas ilhas do Mar do Sul da China.

1.4. Enquadramento Internacional no Horizonte 2030 – Rivalidades, Competição e Convergência entre Grandes Potências

No horizonte 2030 foram identificados três polos principais de rivalidade, competição e convergência entre grandes potências (Figura 29), a saber:

O primeiro polo diz respeito às relações entre potências de 1º plano, estruturantes do Sistema Internacional no Horizonte 2030, ou seja, as relações entre os EUA, atual potência hegemónica, e as duas potências asiáticas em competição pela supremacia: a RPC e a Índia. As relações entre os EUA e a RPC materializam-se, em termos estratégicos, geopolíticos e geoeconómicos, nos oceanos Índico e Pacífico e no Golfo Pérsico, no contexto de uma competição pelo controlo do ciberespaço e pela militarização do espaço exterior.

Como vimos anteriormente, a RPC pretende criar um complexo e arsenal militares capazes de dissuadir intervenções dos EUA e de competir com estes no longo prazo. É também fundamental para a estratégia de segurança chinesa conseguir exercer o controlo naval sobre as linhas de comunicação marítima dos aliados dos EUA, a Noroeste do Pacífico, visando a dissuasão de eventuais ataques às linhas de comunicação marítima da RPC no Índico, bem como procurar impedir a independência de Taiwan, mantendo no horizonte a opção por uma integração política.

O âmbito das relações entre a RPC e a Índia é, essencialmente, em torno do Tibete, Paquistão e Afeganistão, do acesso à Ásia e, cada vez mais, em torno do Índico, por onde passam as linhas de comunicação marítimas da RPC com o Golfo Pérsico e o Atlântico Sul, regiões cujo interesse é igualmente partilhado pela Índia, por razões de acesso a recursos energéticos. Do ponto de vista geoestratégico, a Índia tem condições para se tornar uma potência naval posicionada no percurso das longas linhas de comunicação marítima da RPC com o Golfo Pérsico e a Europa, o que poderá pôr em causa os objetivos geoeconómicos e geopolíticos chineses.

De forma a evitar a vocação naval indiana, a RPC, através da sua aliança com o Paquistão, pressiona a Índia a focar-se na sua frente terrestre e na aquisição de

um arsenal nuclear centrado no conflito com o Paquistão. No entanto, este arsenal funciona, simultaneamente, como fator dissuasor face a terceiros, como a RPC. O controlo sobre o Tibete e os seus recursos, sobretudo hídricos, é também um ponto de tensão entre os dois países. O receio chinês de que a Índia, com quem disputa a influência nos pequenos Estados dos Himalaias, reforce a sua influência no espaço asiático é real e contribui para o aumento da tensão entre ambas.

O segundo polo de rivalidade está ligado às relações entre as potências do Médio Oriente, pela sua importância em termos energéticos, dada a concentração de reservas de petróleo e gás natural aí existentes e das quais potências asiáticas como o Japão, a RPC e a Índia são dependentes. Paralelamente a isto, esta é também uma região em que os EUA têm que manter uma influência determinante, sob pena de perderem poder relativo na Ásia. A competição geoestratégica nesta região envolve o mundo islâmico, e os países que o compõem entre si, e Israel. As hostilidades centram-se no Mediterrâneo, no Mar Vermelho e no Golfo Pérsico, mas com uma dinâmica em que o controlo estratégico do Índico será decisivo, remetendo-nos para o primeiro polo de competição analisado: EUA/China/Índia.

A Índia, em virtude da sua completa dependência energética do Golfo Pérsico, não pode tolerar uma eventual influência dominante da RPC no Golfo, que se pode verificar tanto através de relações privilegiadas com o Irão e com a Arábia Saudita, ou com a materialização da componente marítima da iniciativa *“One Belt, One Road”*, que configura um cerco marítimo da Índia (Colar de Pérolas). Uma forma de contrariar esta estratégia de cerco seria um reforço da cooperação militar indo-americana, que a RPC pretende, indiscutivelmente, evitar.

O último polo é constituído pelas potências secundárias no Sistema Internacional, como a Turquia, a Rússia e a Alemanha.

A Alemanha e a Turquia, que foram, durante a Guerra Fria, Estados da linha da frente do confronto da aliança liderada pelos EUA contra a URSS, procuram atualmente ganhar maior autonomia face aos EUA. Esta questão pode ser encarada por um aprofundamento das relações de ambas, ao nível económico e geopolítico, com terceiros, acarretando todas as consequências que daí poderão advir para o sistema internacional.

No caso de estas potências desenvolverem entre si formas de cooperação estratégica e geopolítica e de formarem alianças com potências asiáticas emergentes, é possível que o campo de forças internacional se altere. Para além disto, é igualmente importante referir que a Rússia, a Turquia e a Alemanha são dos Estados mais interessados na vertente terrestre da iniciativa *“One Belt, One Road”*, que une a Europa à China, passando pela Ásia Central. No entanto, todos estes países se posicionam nas linhas de comunicação terrestre sino-europeias, portanto

qualquer cooperação estratégica e geopolítica que possa surgir entre os Estados referidos e outros Estados asiáticos emergentes poderá dificultar o alcance da China à região ocidental.

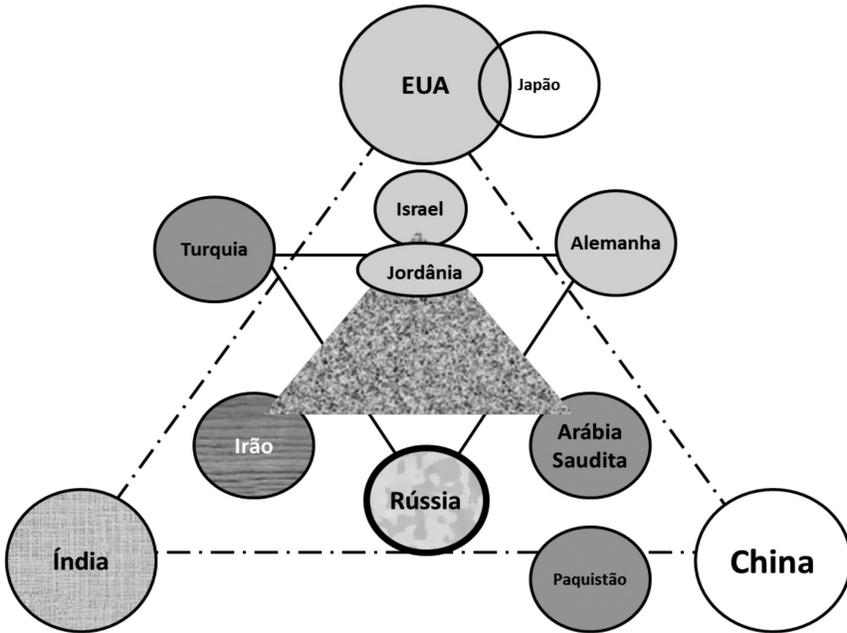


Figura 29 – O Relacionamento entre os principais Estados em Relações Triangulares Estruturantes

O primeiro e maior triângulo corresponde às relações entre potências em primeiro plano, isto é, basilares do Sistema Internacional no Horizonte 2030 e que se perspetivam da seguinte forma:

- Estados Unidos da América e Japão: potência hegemónica em transição para o multipolarismo e potência com alguma preponderância no continente Asiático, mas altamente dependente da aliança norte-americana, respetivamente.
- China: potência em cenário de competição pela supremacia mundial;
- Índia: potência em cenário de competição pela afirmação regional.

No que toca às rivalidades entre os EUA e a República Popular da China, importa referir:

- Competição Militar: a modernização e aquisição de equipamentos militares e estratégicos destinados à defesa interna do território são interpretadas pelos EUA como uma ameaça à sua segurança nacional; na verdade, esta concorrência pode ser demonstrada pelo controlo e

utilização de pontos estratégicos no vetor marítimo, aéreo, espacial e ciberespacial;

- Competição Nuclear: através de uma estratégia de dissuasão em relação à potência norte-americana, por intermédio do desenvolvimento de uma componente naval nuclear (submarinos);
- Competição Geopolítica Naval: em virtude da tentativa chinesa de controlar as linhas de comunicação marítima dos EUA e aliados (Japão e Coreia do Sul), localizadas a Noroeste do Pacífico, enquanto método dissuasor face a eventuais conflitos no Oceano Índico;
- Questão de Taiwan: divergência entre políticas – EUA numa ótica pró-independente e RPC, por oposição, numa lógica pró-integracionista (integração político-regional).

Em relação às rivalidades e convergências entre a Índia e a República Popular da China, destaca-se:

- Competição Marítima: uma possível ascensão naval da Índia poderá levar a uma confrontação direta com as pretensões chinesas nas linhas de comunicação marítima entre o Golfo Pérsico e a Europa;
- Rivalidade Interestatal: a aliança sino-paquistanesa conduz a um reforço estratégico-militar e nuclear por parte dos indianos, como resposta a um possível conflito com aquelas potências;
- - Questão do Tibete: o confronto sino-indiano, motivado por questões religiosas, promoveu a ostracização do território tibetano. A convergência de interesses geoeconómicos no planalto, referente ao usufruto dos grandes rios, dada a manifesta escassez de água na região, culmina numa tentativa de reforço do posicionamento indiano no Tibete;
- Questão dos Himalaias: disputa entre ambas as potências pela influência de pequenos Estados na área montanhosa;
- Colar de Pérolas: a componente do “Colar de Pérolas”, do projeto da Nova Rota Marítima da Seda, configura um “cerco marítimo” à costa indiana, a partir de países como Bangladesh, Sri Lanka e Paquistão;
- Recursos Energéticos: a completa dependência energética indiana do Golfo Pérsico, estimula e impõe a manutenção de relações privilegiadas entre a Índia e o Irão e/ou a Arábia Saudita, de maneira a constringer a interferência da RPC na região.

O segundo triângulo corresponde às potências do Médio Oriente, onde se concentram as principais reservas de petróleo e gás natural, das quais os Estados asiáticos (Japão, China e Índia) são altamente dependentes. Também os EUA têm um reiterado interesse no fomento de relações com países desta região, já que esta

se verifica ser fundamental para a manutenção do poder na Ásia. Este triângulo é, simultaneamente, caracterizado por fortes tensões entre o Irão, a Arábia Saudita e Israel.

O terceiro triângulo diz respeito à Rússia, Alemanha e Turquia, que se constituem como centros de antigos impérios, estando atualmente confinados a um papel secundário no sistema internacional. Tanto o Estado germânico como o turco ambicionam uma maior autonomia face aos EUA e um aprofundamento de relações económicas e geopolíticas com países terceiros.

1.5. Complexos Regionais de Segurança

A noção de complexo de segurança está associada ao estudo e às teorias de complexidade dos sistemas ou dos sistemas complexos (*complex systems*). Trata-se de um campo científico que atravessa todas as disciplinas científicas e que, sinteticamente, incide na forma “como as partes de um sistema produzem comportamentos coletivos do sistema e como o sistema interage com o seu ambiente” (NECSI, 2017).

Um dos propósitos para os descritivos dos Complexos Regionais de Segurança (CRS) é estabelecer uma referência em relação às mudanças identificadas a nível regional. Como os CRS são subestruturas duráveis com componente importante na região, os complexos têm estruturas internas e limites externos que podem ser usados para monitorizar continuamente e distinguir as mudanças mais ou menos significativas.

Segundo Buzan e Waever (2003), um complexo regional de segurança é um conjunto de unidades cujos principais processos de securitização, dessecuritização, ou ambos, são interligados de tal forma que seus problemas de segurança não podem ser analisados ou resolvidos de forma separada. A estrutura destes complexos pode ser definida em duas vertentes: relações de poder; relações de amizade e inimizade.

A estrutura essencial dos CRS incorpora quatro variáveis:

- Fronteiras - que diferenciam os CRS de seus vizinhos;
- Estrutura anárquica - o que significa que o CRS deve ser composto por duas ou mais unidades autónomas;
- Polaridade - que permite a distribuição do poder entre as unidades;
- Desenvolvimento social - que abrange os padrões de amizade e inimizade entre as unidades.

A análise de um CRS baseia-se em três pilares: padrão de rivalidade; balança de poder e de alianças entre os Estados da região; e impactos de possíveis entradas

por Estados exteriores. Para se entender a evolução de uma determinada potência neste Complexo devemos ter em conta um conjunto de possibilidades como:

- Manutenção do *Status Quo*;
- Possíveis alterações fronteiriças;
- Intervenções Exteriores.

1.5.1. A China em três Complexos Regionais de Segurança no Horizonte 2010-2030

1.5.1.1. Complexo Eurásia-Europa

A este nível, a República Popular da China vê-se obrigada a considerar as relações económicas com a União Europeia como sendo fundamentais e imperativas ao seu posicionamento enquanto potência mundial. A atingir o expoente máximo de uma possível projeção internacional, terá que encontrar uma forma de tirar o máximo partido possível da intervenção europeia em organizações multilaterais, começando por focar-se nas que está a criar num âmbito pan-asiático. Ao mesmo tempo, terá que considerar as relações com a Rússia como basilares na elaboração de um bloco sumido de resistência à, ainda, hegemonia mundial, os Estados Unidos da América. As relações sino-russas são fundamentais a dois níveis: para a criação de um bloco de resistência ao poder norte-americano e para possibilitar o acesso territorial ao continente europeu – atravessando o Ártico – por motivos estratégicos, geoeconómicos e energéticos. Ao cimentar essa relação, a China garantirá melhores condições estratégicas e geopolíticas no Ártico, garantindo uma continuidade territorial com a Europa, bem como o abastecimento energético por via terrestre com base tanto na Sibéria Oriental, como na Ásia Central. Assim, as relações sino-europeias demonstram-se essenciais para a internacionalização do gigante asiático. Esta possível aliança basear-se-á num apoio político por parte da União Europeia, em organizações multilaterais, que promova uma imagem positiva de Pequim (Figuras 30 e 31).

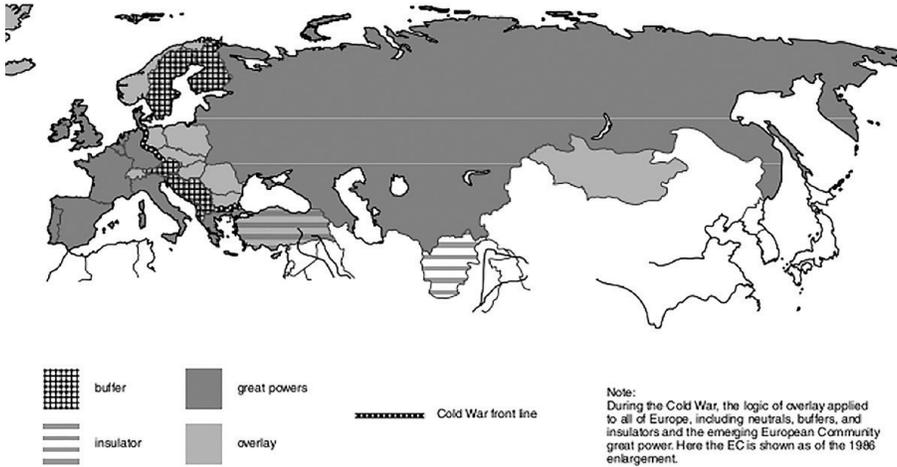


Figura 30 – A China no Complexo Regional de Segurança da Europa e da Eurásia (Guerra Fria)

Fonte: Buzan e Weaver (2003).

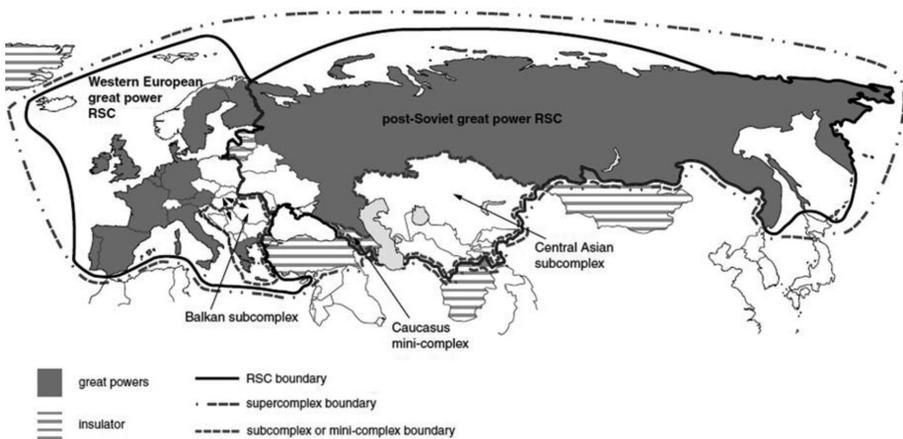


Figura 31 – A China no Complexo Regional de Segurança da Europa e da Eurásia (pós-Guerra Fria)

Fonte: Buzan e Weaver (2003)

1.5.1.2. Complexo Nordeste da Ásia

A relação entre a Coreia do Norte e a República Popular da China caracteriza-se por uma constante tensão, em grande parte devido aos programas nucleares e de mísseis balísticos que diariamente ganham novas proporções no país de Kim Jong-un. A intensidade presente entre os dois Estados passa, dessa forma, a ser a maior do complexo regional de segurança em que se encontra.

A insistência da Coreia do Norte no desenvolvimento de armas nucleares e em testes de lançamento de mísseis indicam uma forte posição perante um futuro próximo, em que rapidamente se poderia tornar num Estado subordinado à China ou sofrer um ato de reunificação com a Coreia do Sul. Sabendo que em ambas as possibilidades o atual regime seria posto em causa, o governo norte-coreano começou a tomar medidas de proteção, mesmo que estas comecem, gradualmente, a incomodar as nações vizinhas. Estas ações justificam o fornecimento americano de sistemas de defesa antimíssil (THAD) à Coreia do Sul, bem como o desenvolvimento desses mesmos sistemas em conjunto com o Japão. Os referidos sistemas de defesa antimíssil são vistos pela China como uma alteração de fundo na relação de forças nucleares no Nordeste da Ásia em seu desfavor.

A concretização de possíveis negociações com a Coreia do Norte e a sua suspensão do programa nuclear são particularmente agravadas pela existência de um outro Estado – o Irão – pertencente ao complexo regional do Médio Oriente, que aceitou a paralisação de atividades nucleares e não consente a constante resistência de Pyongyang em aceitar um acordo internacional no mesmo sentido. Deste modo, o Irão acaba por limitar, de alguma forma, a margem de negociação dos EUA com a Coreia do Norte, uma vez que esta última já pertence ao grupo dos Estados nucleares, contrariamente ao Irão que negociou com 5 Estados (EUA, Rússia, Reino Unido, França e Alemanha) a suspensão do seu programa nuclear.

Taiwan ocupa uma posição central nas tensões que estruturam a cenarização no CRS do Nordeste da Ásia. Contudo, enquanto o reconhecimento da existência “Uma Só China” permanecer como princípio estruturante das relações entre os Estados do CRS, como aconteceu nos últimos 35 anos, as tensões em torno de Taiwan manter-se-ão contidas.

1.5.1.3. Complexo Sudeste Asiático

Este complexo caracteriza-se por relações tensas entre Taiwan e a República Popular da China. A manutenção e estabilização do reconhecimento político de “Uma só China”, de acordo com Pequim, deverão permanecer enquanto princípios basilares entre os Estados desta área regional.

No início do período de cenarização, a reivindicação por parte da China da soberania sobre o Mar do Sul e o reforço da sua presença militar na região estará no centro das tensões existentes no Subcomplexo Regional de Segurança do Sudeste da Asiático. Por forma a garantir a sua expansão militar no Mar do Sul, a China tem engendrado o isolamento de Estados que se possam obstaculizar às suas pretensões no referido mar. Da mesma forma, tem ampliado estratégias no sentido de debilitar eventuais parcerias geopolíticas que possam surgir entre os norte-a-

americanos e determinados países do Sudeste Asiático, reforçando e/ou aumentando a influência americana na região. A importância estratégica e geoeconómica do Mar do Sul da China na transição entre o Oceano Pacífico e o Oceano Índico faz com que a Índia, potência central no CRS da Ásia do Sul, procure reforçar o seu estatuto de potência marítima, respondendo ao avanço da China com parcerias navais com os EUA e com o Japão (Figura 32).

O Mar do Sul da China é fundamental para o exercício de poder de Pequim, uma vez que lhe permite:

- Criar uma ligação marítima direta entre o Oceano Pacífico e Índico;
- Exercer o controlo do transporte de gás, petróleo e carvão;
- Exercer pressão sobre os EUA, uma vez que os seus aliados asiáticos estratégicos, como o Japão e a Coreia do Sul, necessitam de usufruir da área marítima em questão para garantir o seu próprio abastecimento energético;
- Assegurar a defesa da ilha Hainan, principal base dos submarinos nucleares chineses.

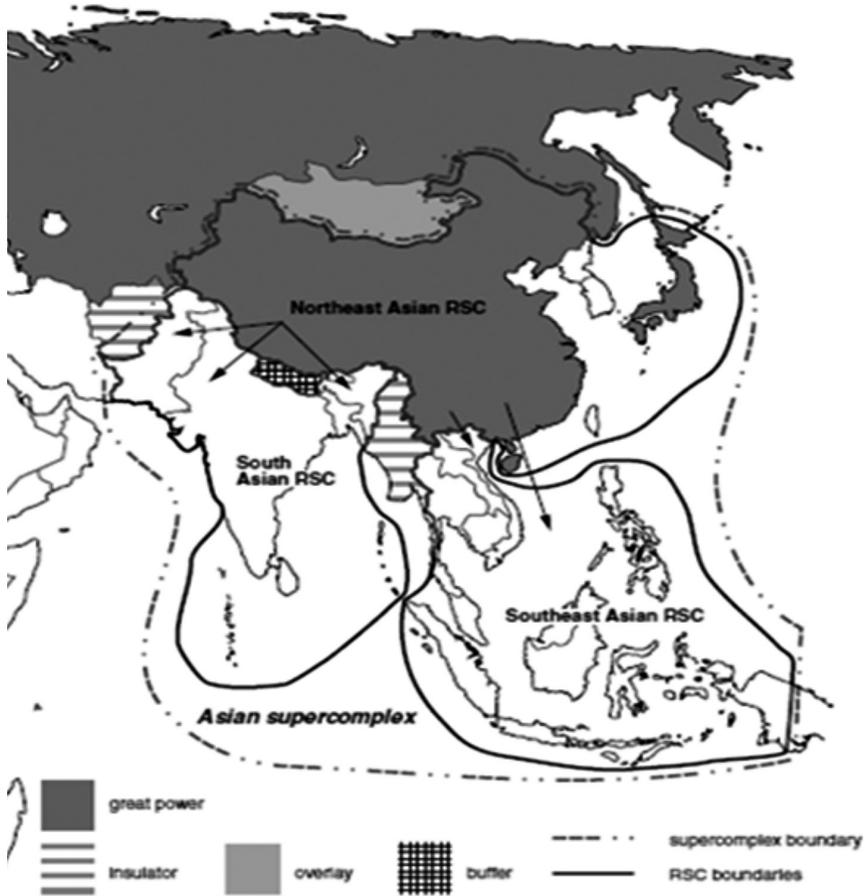


Figura 32 – Complexos Regionais de Segurança (CRS) envolvendo a China

Fonte: Buzan e Weaver (2003).

Concluindo, se Pequim dominar o Mar do Sul da China salvaguarda a possibilidade de decisão sobre as linhas de comunicação marítima energética, garantindo poder de dissuasão em possíveis conflitos futuros com qualquer uma das potências do Complexo Duro (Taiwan, Japão, Coreia do Norte, Coreia do Sul, Filipinas e Vietname), o designado “Arco Marítimo do Pacífico Ocidental”, e mantendo relações positivas/neutras com o Complexo Mole (Laos, Tailândia, Camboja, Myanmar, Singapura, Malásia, Indonésia e Austrália), virado para o Oceano Índico (Figura 33).

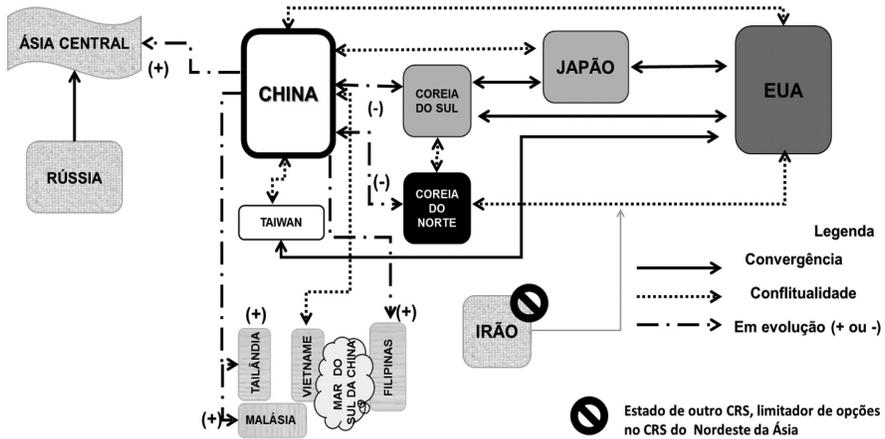


Figura 33 – Padrão de Conflitualidade e Convergência no Complexo e no Subcomplexo Regional de Segurança do Nordeste e do Sudeste da Ásia

1.5.2. Três focos possíveis de confronto entre potências na envolvente Estratégia marítima da República Popular da China

A China pretende reforçar a sua posição junto da União Europeia, dando especial atenção às fontes energéticas, enquanto procura não entrar em rota de colisão com os seus parceiros do Pacífico. Neste ponto, a Nova Rota da Seda ganha especial relevância nas ligações com a Ásia e com o grupo de países produtores de matérias-primas.

Pode dizer-se que existem três possíveis focos de confronto na envolvência marítima chinesa:

- Coreia do Norte: A relação entre os dois países está envolta por um constante clima de tensão, maioritariamente devido aos programas nucleares e de mísseis balísticos que, diariamente, ganham novas proporções no país de Kim Jong-un, não esquecendo a declarada intenção do líder coreano em colaborar na proliferação nuclear com outros Estados. Desta forma, a tensão presente entre os dois Estados passa a ser a maior do complexo regional de segurança em que se encontram.
- Mar do Sul da China: Segundo Robert B. Kaplan (2006), o Mar do Sul da China é “*the mass of connective economic tissue where global sea routes coalesce*”. Se considerarmos as inúmeras reservas de petróleo, bem como as décadas de reivindicações territoriais a elas subjacentes,

rapidamente concluímos que o Mar do Sul da China é um ninho de conflitos prontos a entrar em cena. A importância estratégica e geoeconómica do Mar do Sul faz desta zona uma área de interesse vital para a RPC, na transição entre o Oceano Pacífico e o Oceano Índico. A Índia, potência central no CRS da Ásia do Sul, tem vindo a reforçar o seu estatuto de potência marítima com parcerias navais com os EUA e com o Japão, enquanto resposta ao avanço da China no Mar do Sul. É com tudo isto em mente que a China tem procurado formas de isolar no espaço deste CRS os Estados que, a qualquer instante, se possam opor, de forma mais determinada, à sua expansão militar no Mar do Sul da China. Ao mesmo tempo, teme que esses mesmos Estados possam estabelecer sólidas parcerias com os EUA. Como reação a esse temor, a China tem desenvolvido estratégias que possam enfraquecer qualquer parceria geopolítica entre os EUA e alguns países do Sudeste Asiático, como são exemplo as Filipinas e a Tailândia. Se tivermos em mente as estimativas que dão conta de que até 2025 a economia chinesa irá ultrapassar a economia dos EUA (tanto em paridade de poder de compra, como em dólares correntes), podemos perspetivar que, como resultado, a China irá tomar um lugar central no domínio do Mar do Sul, diminuindo, naturalmente, o poder marítimo da Índia³⁰. Cabe ainda referir que o Governo da República Popular da China tem reforçado, reiteradamente, a necessidade de ampliar a sua capacidade militar e de fortalecer a sua defesa.

- Taiwan: A ilha oficialmente reconhecida como República da China ocupa uma posição central nas tensões que estruturam o início do período de cénarização do CRS do Nordeste da Ásia. Durante os últimos 35 anos, a China conseguiu manter contidas quaisquer tensões existentes com Taiwan, unicamente pela conservação e insistência da ideia da existência de ‘Uma só China’. Além disso, convém ao país de Xi Jinping manter uma relação cordial com o de Tsai Ing-wen, considerando que Taiwan é um dos principais mercados de exportação da China - a título exemplificativo, fala-se de cerca de 198 bilhões de dólares e de um crescimento anual de 6%.

³⁰ Em 2040 será a vez da Índia ultrapassar os EUA, aproximando-se progressivamente da China.

1.6. Cenarização

1.6.1. Elementos predeterminados: Horizonte 2030

No âmbito deste trabalho, considerou-se neste horizonte temporal que é expectável que o Partido Comunista Chinês mantenha o controlo do poder político, não existindo uma alteração da estratégia chinesa definida.

Assim, a China prosseguirá com uma estratégia de modernização económica e de investimento em larga escala na defesa, consolidando um complexo militar-industrial de primeiro plano ao nível do poder naval, aéreo, espacial e ciberspacial.

A nível interno, a RPC terá como prioridade o controlo das periferias defensivas e dos espaços que lhe dão acesso direto a potenciais adversários ou a fontes de infiltração islamita.

Em relação aos Complexos Regionais de Segurança onde se insere, a China deverá procurar reforçar a sua ligação com a União Europeia, a nível diplomático e económico, e, ao mesmo tempo, aprofundar relações com a Rússia, com vista a contrariar o crescente americano e a perseguir os seus interesses na Eurásia.

No Mar do Sul da China, manter-se-á uma reivindicação da soberania e o reforço da presença militar chinesa na região, atendendo às tensões existentes no Complexo Regional de Segurança, com os diversos países do Sudeste Asiático e com as duas potências: EUA e Índia.

Em relação ao complexo do Nordeste da Ásia, a Coreia do Norte continuará a ser o principal foco das tensões, constituindo um dilema para a estratégia chinesa e um possível ponto de colisão com os EUA. Taiwan, caso se mantenha o reconhecimento de “Uma Só China” como princípio estruturante das relações entre os Estados, não deverá constituir um foco de tensão.

1.6.2. As três Incertezas cruciais e as *Wild Cards* consideradas

Com base nestes elementos predeterminados no Horizonte 2030, foram identificadas três Incertezas e três *Wild Cards* (Figura 34):

- 1.ª Incerteza – O relacionamento entre a Rússia e os EUA no horizonte 2030; Existirá uma competição crescente entre os EUA e Rússia na Europa de Leste e no Médio Oriente ou pelo contrário, os EUA e a Rússia terão uma maior convergência nestes territórios e, por consequência, noutras questões estratégicas.
- 2.ª Incerteza – A Coreia do Norte no centro das tensões no Nordeste da Ásia; A Coreia do Norte entrará em confronto militar com os EUA, ou,

por outro lado, existirá um afrouxamento das tensões, com a abertura de negociações entre os EUA e a Coreia do Norte.

- **3.ª Incerteza** – A China entre o Pacífico e o Índico e na sua relação com o Sudeste Asiático. A China irá conseguir integrar o Sudeste Asiático na sua esfera de influência ou irá perder influência neste tabuleiro geoes-tratégico para os EUA, o Japão e a Índia.



Figura 34 – Incertezas e *Wild Cards*

As *Wild Cards* consideradas são:

- A Declaração de Independência de Taiwan implicaria uma alteração no estatuto deste território. Como vimos anteriormente, Taiwan ocupa uma posição central nas tensões que estruturam, no início do período de cenarização, o Complexo Regional de Segurança do Nordeste da Ásia. Enquanto permanecer o reconhecimento de “Uma Só China” como princípio estruturante das relações entre os Estados, como aconteceu nos últimos 35 anos, as tensões em torno de Taiwan manter-se-ão contidas. No entanto, caso esta condição se altere, poderá acarretar consequências profundas para região e, por conseguinte, para a cenarização apresentada.
- A tensão nuclear no espaço asiático aumentar drasticamente. Neste cenário, Taiwan, Coreia do Sul e Japão, por exemplo, facilmente se podem juntar aos 9 atuais detentores de armas nucleares a nível mundial, caso iniciem ou retomem os respetivos programas nucleares. Esta hipóte-

se, outrora remota, é novamente trazida a debate por especialistas que acreditam que uma escalada armamentista, semelhante à que teve lugar durante a Guerra Fria, poderá ocorrer no continente asiático. Neste contexto, a instabilidade na região é cada vez maior, tomando em consideração todas as ações levadas a cabo, ultimamente, pela Coreia do Norte e o difícil jogo de equilíbrio e alianças que se vem desenhando, onde os EUA lideram uma frente e a China, que se tem mantido à margem da pressão norte-americana, embora sem conseguir controlar a escalada de tensão, a outra. Assim, a verificação desta condição iria alterar a cenarização proposta, dado que iria limitar consideravelmente a atuação da China no Pacífico.

- Uma proposta chinesa aos EUA que passa pela formação de uma grande Zona de Livre-Troca, no Índico e Pacífico. Atendendo à tensão existente entre chineses e norte-americanos, sobretudo desde o início da administração Trump, a apresentação desta proposta aos EUA iria alterar a cenarização apresentada, sobretudo ao nível da primeira incerteza, que se baseia na relação EUA-Rússia. Da mesma forma, também ao nível da segunda incerteza se iriam verificar alterações, uma vez que a China sempre procurou conter a Coreia do Norte e é, dentro do possível, aliada da mesma na região, apesar do antagonismo dos EUA. Por fim, a atuação da China no Índico e no Pacífico, onde há uma grande presença norte-americana e alguns dilemas chineses em relação aos EUA e à Índia, teria de mudar radicalmente, caso esta proposta se materializasse.

1.6.3. A “Árvore” de geração de cenários

Com base nas incertezas definidas e nas *wild cards* consideradas, identificámos oito possíveis cenários contrastados (Figura 35).

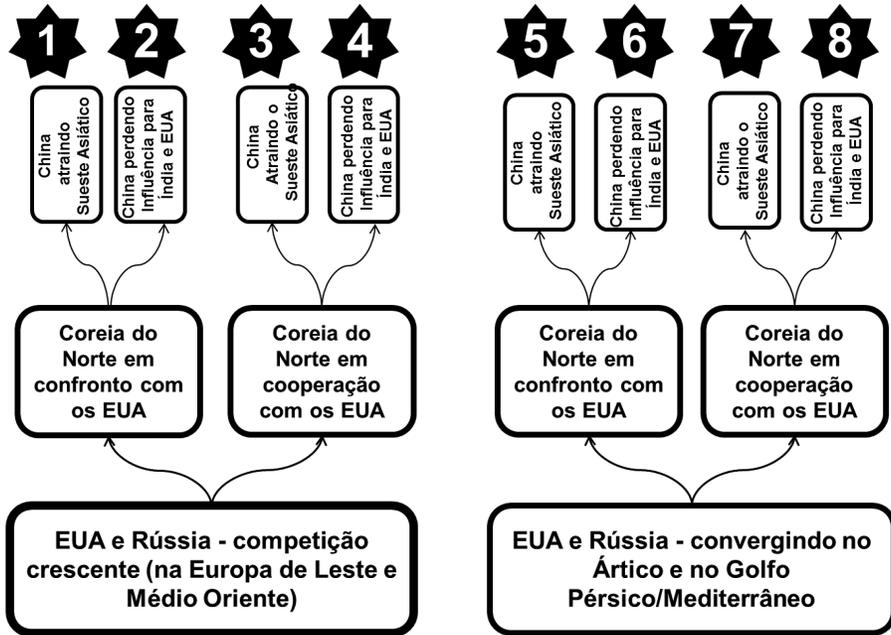


Figura 35 – A “árvore” de geração de cenários

A partir do diagrama apresentado, a análise irá focar-se nos cenários 2 e 7, assinalados acima.

1.6.4. O Cenário 2

1.6.4.1. EUA e Rússia - Competição crescente na Europa de Leste e no Médio Oriente

Tendo em conta a primeira incerteza do cenário número 2, nomeadamente o conflito entre os EUA e a Rússia, foram identificadas três causas para o despoletar do conflito/rivalidade entre ambos, bem como três possíveis consequências que daí podem advir para a República Popular da China.

A primeira causa diz respeito à rivalidade histórica e à opinião pública de ambos os países, dado que parte significativa da população de cada uma das potências demonstra sentimentos negativos e grande desconfiança em relação às intenções e capacidades da potência contrária. Este sentimento é, de resto, partilhado pelas respetivas elites políticas, o que, para assegurar a união e o apoio

interno a ambas as administrações, impele os seus líderes a explorarem o sentimento antirrusso (Jones, 2015) ou o antiamericano (The Washinton Post, 2015), respetivamente.

Como possíveis consequências apontamos: a continuação das posições antagónicas e do clima de tensão da Guerra Fria e a deterioração das relações bilaterais entre a Rússia e os EUA, o que pode promover um aumento da margem de negociação da RPC nas relações diplomáticas com ambos os países. É expectável que, tanto russos como americanos deverão diligenciar uma aproximação à RPC que, por sua vez, obterá uma *“leverage”* considerável.

A segunda causa está relacionada com as posições antagónicas de cada potência relativamente à guerra civil que assola a Síria, nomeadamente no que concerne à sua resolução, e às intervenções dos EUA no Médio Oriente. Neste âmbito, destaca-se o ataque dos EUA à base aérea síria de Shayrat (U.S. Department of Defense, 2017), onde se encontravam tropas russas. Este evento acabou por causar *“tensões entre os dois países”* (Russian News Agency, 2017) e dificultar os esforços conduzidos até à data para encontrar uma solução política para a resolução do conflito. A este respeito, e a título de exemplo, cabe referir as declarações condenatórias da Embaixadora dos EUA junto das Nações Unidas relativamente ao declarado apoio russo ao regime do presidente sírio, Bashar Al Assad, e ao seu envolvimento enquanto parte do problema e não da pacificação do conflito.

Assim, o mínimo denominador comum entre as administrações russa e americana, relativamente a este assunto, parece cada vez mais difícil de identificar, tendo em conta as opiniões contrárias em relação ao que deve ser o destino de Assad e do seu regime. É neste quadro que o Médio Oriente surge como palco de *“demonstração de força”* entre estas potências.

Como potencial consequência destes fatores, concluímos que pode vir a verificar-se uma escalada de tensão e a perpetuação do clima de desconfiança entre a Rússia e os EUA. Esta situação, a confirmar-se, poderá conferir algum poder de decisão e margem de manobra diplomática à RPC, no sentido em que esta poderá condenar, abster-se ou apoiar as ações de qualquer uma das potências em causa, de forma a obter acordos bilaterais mais vantajosos com cada uma das partes.

A terceira causa está relacionada com a expansão da OTAN e da sua área de influência, com a crise da Ucrânia e com a anexação da Crimeia. A disputa pela obtenção de influência nos países ex-membros do Pacto de Varsóvia, e antigos países satélites da URSS, provocou sérias tensões entre a Rússia e a OTAN. A Rússia considerou, nas palavras do seu Ministro dos Negócios Estrangeiros, Sergei Lavrov, um ato de provocação e ameaça à sua segurança nacional a expansão da OTAN para o leste europeu e a instalação de *“Escudos de Mísseis”* ao longo das suas

fronteiras, chegando mesmo a “ameaçar uma retaliação militar” (Al Jazeera and wire services, 2015). A OTAN, por sua vez, considerou a anexação da Crimeia e a intervenção na Ucrânia atos de imperialismo russo, descrevendo os eventos como “comportamento do século XIX no século XXI”.

Em suma, as potenciais consequências da concretização deste quadro serão: a escalada de tensões entre a OTAN e a Rússia, numa escala comparável ao período da Guerra Fria e à crise dos mísseis de Cuba na década de 60; uma grande desconfiança militar e a imposição de sanções económicas e diplomáticas entre ambas as partes; e ameaças de retaliação militar por parte da administração russa. Face a estes desenvolvimentos, a RPC poderá ganhar algum poder de decisão e margem de manobra diplomática, assim como poderá beneficiar de negócios mais vantajosos com as partes, nomeadamente a nível de armamento e tecnologia militar.

1.6.4.2. Coreia do Norte em confronto com os EUA

Como base desta incerteza encontra-se o programa nuclear e de mísseis balísticos da Coreia do Norte que constitui, a prazo, um risco de segurança para os EUA, independentemente de a primeira utilizar, no último teste, bombas de hidrogénio ou estando já a experimentar *electromagnetic pulse weapons*, tal como tem sido colocado em hipótese pelos peritos. Até ao momento, nem acordos pontuais alcançados em negociações, nem sanções internacionais travaram o desenvolvimento deste programa, tal como refere o New York Times (2017), nas palavras do Secretário de Estado Rex Tillerson, “*all options are on the table*”.

Na senda do que refere o professor Félix Ribeiro, neste cenário de confronto, uma atuação militar dos EUA começaria por uma intervenção “cirúrgica” dirigida à infraestrutura descentralizada e protegida do programa nuclear da Coreia do Norte como: reatores nucleares, instalações de enriquecimento de urânio e de obtenção de plutónio, fábricas de mísseis, centros de comando e controlo, entre outros. Mas, prevendo uma resposta convencional da Coreia do Norte contra o território da Coreia do Sul, sobre a capital inclusive, dificilmente esta intervenção “cirúrgica” não será acompanhada por ataques contra os meios de retaliação coreana. Assim, a RPC depara-se com um dilema: se intervier de forma mais dura junto do regime norte-coreano, utilizando os seus instrumentos de pressão geo-económicos, verá aprofundar-se, cada vez mais, a desconfiança do regime da Coreia do Norte face às autoridades chinesas; se não conseguir travar o avanço do programa norte-coreano, este determinará uma intervenção de Washington numa região da qual a China quer afastar os EUA e, deste modo, uma maior consolidação do triângulo estratégico EUA/Japão/Coreia do Sul, que Pequim tem procurado impossibilitar.

Neste contexto, como será possível travar uma escalada militar e reconduzir a crise para o quadro de uma negociação entre a Coreia do Norte, Coreia do Sul (eventualmente com mudanças no topo do regime), EUA e China, que defina uma arquitetura de segurança multilateral no Nordeste da Ásia, com envolvimento dos EUA – uma solução que a China teria evitado noutras circunstâncias?

1.6.4.3. China perde influência para a Índia, Japão e EUA no Sudeste Asiático

O desejo chinês de aumentar a influência no Mar do Sul da China está na base desta incerteza. As ambições chinesas nesta região têm como objetivo afastar os EUA da região, reduzir os riscos estratégicos associados às suas extensas e vulneráveis linhas de comunicação marítima para o Golfo Pérsico e garantir o controlo dos jazigos *off-shore* de hidrocarbonetos existentes (U.S.-China Economic and Security Review Commission, 2016). Contudo, estas reivindicações territoriais coincidem com pretensões territoriais de outros países como Taiwan, as Filipinas, o Vietname, a Malásia e o Japão.

Esta incerteza pode ser explicada com base em 3 razões principais, que terão determinados resultados para a China até 2030:

- Se a China permanecer assertiva nas exigências territoriais no Mar do Sul da China, que coincidem, como dito anteriormente, com zonas também reivindicadas por países do Sudeste Asiático e pelo Japão, mantendo uma atitude egoísta face aos recursos, poderá enfrentar um aumento da tensão nas relações com os países do Sudeste Asiático, inclusivamente com a ASEAN, onde procura fortalecer as relações comerciais (U.S.-China Economic and Security Review Commission, 2016), perdendo, conseqüentemente, importantes parceiros comerciais e favorecendo a criação de um alinhamento antichinês até 2030.
- Se a China se vir forçada a reduzir as despesas e ambições militares devido às despesas a nível interno, devido aos desafios que enfrenta como o desemprego, as conseqüências da política do filho único, a pobreza e a desigualdade interior *versus* litoral, poderá não conseguir estabelecer a sua influência militar no Pacífico e no Índico, vendo-se igualmente incapaz para evitar a cooperação militar EUA-Índia-Japão nesta região, gerando uma *“competitive military diplomacy in the region”*. *“In many respects, U.S.-China tensions in the Asia Pacific and Sino-Indian rivalry in South Asia have nurtured a much closer relationship between the United States and India”* (U.S.-China Economic and Security Review Commission, 2016). A presença destas três potências poderá, eventualmente, ser

aproveitada pelos países do Sudeste Asiático para se salvaguardarem das reivindicações chinesas.

- Se a China não tiver sucesso na concretização da iniciativa “*One Belt, One Road*”, na região do Sudeste Asiático, em virtude das dificuldades de financiamento dos projetos e do desinteresse de alguns Estados do Sudeste Asiático, que inicialmente apoiaram o projeto, terá de enfrentar o falhanço da concretização da sua grande iniciativa a longo-prazo na região, bem como a perda de influência em alguns Estados da mesma, onde, aliás, já havia financiado projetos diversos, como o oleoduto em Myanmar, que iria permitir reduzir a dependência do transporte de energia por via marítima.

1.6.4.4. Conclusão: A China em 2030 - uma China virada para o continente

Até 2030, a China pretende mudar de modelo de crescimento, acabar com a relação geoeconómica privilegiada com os EUA, ganhar profundidade euroasiática e projeção marítima no Índico e no Pacífico, alcançar uma capacidade de dissuasão nuclear credível e um complexo militar capaz de competir com os EUA.

Tendo como base esta estratégia de longo-prazo chinesa, em que muitos dos objetivos estão relacionados com a iniciativa OBOR, analisámos o envolvente regional da RPC e as relações de inimizade e convergência, com base no conceito de Complexos Regionais de Segurança de Buzan e Wæver (2003). Através desta reflexão, extrapolámos o que poderia ameaçar e contribuir para o falhanço desta estratégia e, assim, alcançámos três incertezas (Cenário 2) sobre as quais trabalhamos: Competição crescente entre os EUA e a Rússia na Europa de Leste e no Médio Oriente; Coreia do Norte em confronto com os EUA; China perde influência para a Índia, Japão e EUA no Sudeste Asiático.

Com base no desenvolvimento do Cenário 2, concluímos que a posição da China no Sistema Internacional em 2030 se caracterizará por um foco na Eurásia, região de grande importância para a iniciativa “*One Belt, one Road*”.

A China terá um papel fundamental para o equilíbrio do Sistema Internacional, com o aumento das tensões entre a OTAN e a Rússia, aumentando a sua margem de manobra diplomática junto de ambos os blocos. Esta posição privilegiada da China poderá trazer-lhe vantagens, sobretudo na Eurásia, onde poderá estreitar relações com a Rússia, face ao ascendente americano. Mas a incapacidade chinesa para evitar um confronto entre os EUA e a Coreia do Norte levaria a uma maior consolidação do triângulo estratégico EUA/Japão/Coreia do Sul e a um reforço do

cercos marítimos da China, o que pode comprometer totalmente a estratégia marítima chinesa. A China será incapaz de aumentar a sua influência no Mar do Sul da China face à oposição dos países do Sudeste Asiático e ao reforço da posição Americana, como vimos anteriormente.

Assim, podemos concluir que no cenário 2, em 2030, verificar-se-á um falhanço da estratégia marítima chinesa, mostrando-se Pequim incapaz de romper o cerco no nordeste da Ásia e de se impor no Mar do Sul da China. Este revés impõe uma opção continental à China, com uma aproximação à Rússia e aos países da Organização de Cooperação de Xangai, que passariam a ser a única hipótese chinesa para contrariar a hegemonia americana e para assegurar o controlo sobre o acesso ao fornecimento de energia e recursos.

1.6.5. O Cenário 7

1.6.5.1. EUA e Rússia – Convergência no Ártico e no Médio Oriente / Mediterrâneo

Apesar da contestação em torno desta convergência, a verdade é que estas duas potências partilham um inimigo que, pelo elevado grau de ameaça que apresenta, poderá gerar uma convergência entre norte-americanos e russos – o *Daesh*. No entanto, ainda que se venha a verificar uma aliança entre ambos, nada impede que a mesma seja permanente, mas apenas conjuntural. Embora a posição estratégica da Rússia permaneça uma incógnita, a realidade é que esta não tenciona lidar com uma China mais forte relativamente, motivo pelo qual é plausível a procura de um equilíbrio de poderes da parte russa, estabelecendo alianças com a China e os EUA em diferentes pontos nevrálgicos.

Outro aspeto que pode levar à concretização desta convergência assenta no facto de ambas as partes - EUA e Rússia – estarem presentes tanto no Mediterrâneo, como no Médio Oriente, região onde, aliás, se encontram neste momento a mediar a gestão da crise na Síria, no Irão e/ou no Iraque.

O episódio de gás *sarin*, cuja responsabilidade recai, aparentemente, sobre Assad, apenas confirma a ideia de que, efetivamente, se verifica uma aproximação entre os EUA e a Rússia, dado que, apesar de a Rússia ser responsável pelo fornecimento de gás *sarin* à Síria, não tem qualquer vantagem em ser envolvida no incidente que acabou por dizimar inúmeros civis. Assim, o incidente do gás vem demonstrar que é provável que Bashar Al-Assad se tenha sentido desprovido do apoio da Rússia, na sequência da mudança de política externa por parte dos norte-americanos. Como resposta, Assad terá então decidido retaliar contra os seus tradicionais aliados, os russos, de forma a passar a mensagem de que os seus interesses são para

serem levados em consideração, ao invés de discutidos e decididos por Estados terceiros, independentemente de serem os seus maiores aliados.

1.6.5.2. China perdendo o controlo sobre a Coreia do Norte

A morte do irmão do líder da Coreia do Norte - Kim Jung Un - demonstra, indubitavelmente, a existência de desconfiança e insegurança por parte de Pyonyang em relação à China, uma vez que a última assegurava, à data da sua morte, a proteção do irmão do líder norte-coreano, que residia exilado com a sua família em território chinês, designadamente em Macau. Este incidente serviu igualmente para passar a mensagem, não só à China mas também à comunidade internacional, de que a Coreia do Norte não tem qualquer disposição de ser alvo de ingerência por parte de outros Estados.

Atendendo à perda de controlo chinês sobre a Coreia do Norte, a responsabilidade de desenvolver negociações recaía, inevitavelmente, sobre os EUA, o que evidencia uma aproximação de Washington à península coreana, em detrimento de Pequim.

Na prática, este cenário até é favorável à comunidade internacional, dada a possibilidade de conversação entre a Coreia do Norte e os EUA. Todavia, importa referir que para tal é necessário ter em consideração a história e as negociações que, até à data, falharam. Com a consciência de que os EUA já se empenharam em diversas negociações no passado, é razoável admitir que, desta vez, as mesmas avulsem bons resultados.

A questão do Irão está diretamente ligada ao ponto anterior, visto que qualquer negociação com a Coreia do Norte poderá interferir com as negociações, já ultimadas, com o Irão, lembrando que o mesmo, por pressão internacional, acabou por suspender o seu programa nuclear. Considerando este facto, é compreensível a exigência iraniana para que seja feita igual pressão sobre a Coreia do Norte, no sentido de travar o seu avanço nuclear, sob pena de, perante uma inação internacional a este respeito, o Irão não reconhecer qualquer embaraço à continuação do desenvolvimento do seu programa nuclear. Assim, qualquer que seja a via negociada, a posição dos EUA neste contexto será sempre penosa.

1.6.5.3. China atraindo o Sudeste Asiático (para a sua esfera de influência geoeconómica e estratégica)

A influência da RPC junto dos membros da ASEAN, de forma a constranger uma possível afronta por parte daqueles. A título de exemplo, vejam-se as recentes tomadas de decisão por parte do atual presidente filipino – Rodrigo Duterte – que, notoriamente, favorecem a China.

Atualmente, a China tem tido sucesso na atração de alguns países do Sudeste Asiático para a sua esfera de influência, nomeadamente através de ajudas

económicas justificadas pela necessidade de desenvolvimento dos referidos países, aproveitando, sempre que possível, para encaixar a política OBOR (*One Belt One Road* / ou Uma Faixa Uma Rota). Através destas ajudas económicas, Pequim vai sendo eficaz na conquista de apoio de alguns países-chave com quem tem tido contrariedades em relação à questão das ilhas, diretamente ligada aos recursos naturais.

1.6.5.4. Conclusão: A China em 2030 – A China no Sudeste Asiático

A RPC pretende estabelecer-se e ser reconhecida enquanto potência mundial. Para tal, as últimas décadas têm sido pautadas pelo desenvolvimento de uma estratégia de longo-prazo, tendo por base: a mudança do modelo de crescimento interno do país; a emancipação da relação geoeconómica com os EUA; a projeção marítima na região económica que alberga o oceano Índico e a região do Golfo Pérsico; a conquista de espaço de atuação na região intercontinental da Eurásia; o lançamento de um projeto que assenta na comercialização externa e na construção de uma teia de infraestruturas global, designado por “Uma Rota, Uma Faixa”; a capacidade de dissuasão nuclear; o controlo dos mares próximos; e, por último, a construção de um complexo militar capaz de fazer face ao dos EUA, no domínio dos fluidos estratégicos, num horizonte temporal de 15 a 25 anos.

Para a elaboração do cenário, foi necessário identificar um Complexo Regional de Segurança (CRS), considerar a existência de um padrão de rivalidades, uma balança de poder e de alianças entre Estados da região onde se encontra o país em análise, e por último, avaliar possíveis impactos oriundos de Estados exteriores à região. Assim, identificámos quais os motivos/atores que poderiam pôr em causa ou contribuir para o estabelecimento da estratégia chinesa suprarreferida. Posteriormente, foram assinaladas três incertezas cruciais: o relacionamento da Rússia e dos EUA no horizonte 2030; a Coreia do Norte no centro das tensões no Nordeste da Ásia; e a China entre o Pacífico e o Índico.

Em oposição ao cenário anterior, o panorama em análise consiste: numa eventual convergência entre a Rússia e os EUA no Ártico e no Médio Oriente/Mediterrâneo; na perda de controlo de Pequim sobre a Coreia do Norte, permitindo a influência dos EUA como negociador; e, por fim, no fortalecimento da capacidade da China em atrair países do Sudeste Asiático. Também na elaboração deste cenário foram tidas em conta as *wild cards* anteriormente citadas.

Em suma, conclui-se que, em 2030 a China tenderá a perder a influência no Mediterrâneo e no Golfo Pérsico, pela crescente aproximação entre os Estados Unidos e a Rússia, a perder capacidade de controlo sobre a Coreia do Norte em favorecimento de uma ascensão de poder de Pequim sob o Sudeste Asiático. Este

empowerment chinês será conseguido através da sua crescente influência no seio da ASAEN, que pela estratégia global energética “Uma Faixa, Uma Rota” tornar-se-á num parceiro imprescindível para a passagem de acesso e fornecimento de recursos naturais e energia, enfraquecendo a supremacia dos EUA neste mesmo Complexo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Buzan, B. e Weaver, O., 2003. *Regions and Power - The Structure of International Security*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Al Jazeera and wire services, 2015. *Russia warns of retaliatory action as NATO defies Moscow and expands east*. [Em linha] Disponível em <http://america.aljazeera.com/articles/2015/12/2/russia-warns-of-retaliatory-action-as-nato-defies-moscow-and-expands-east.html>, [Consult. em 31 de maio de 2017]
- Jones, J., 2015. *Americans Increasingly See Russia as Threat, Top U.S. Enemy*. [Em linha] Disponível em: <http://www.gallup.com/poll/181568/americans-increasingly-russia-threat-top-enemy.aspx>, [Consult. em 31 de maio de 2017]
- Kaplan, R., 2006. *Asia's Cauldron: The South China Sea and the end of a stable pacific*. New York: Kindle Edition.
- Merics China Maps, 2017. *How belt and road initiative globalizes china's national security policy*. [Em linha] Disponível em: <https://www.merics.org/en/blog/how-belt-and-road-initiative-globalizes-chinas-national-security-policy>, [Consult. em 31 de maio de 2017].
- NECSI, 2017. *Complex Systems*. [Em linha] Disponível em: <http://necsi.edu/>, [Consult. em 31 de maio de 2017].
- New York Times, 2017. *Tillerson: "All Options are on table"*. [Em linha] Disponível em: <https://www.nytimes.com/video/world/asia/10000004994935/tillerson-the-policy-of-strategic-patience-has-ended.html>, [Consult. em 31 de Maio de 2017].
- Russian News Agency, 2017. *Putin calls US strikes against Syria 'aggression against sovereign country'*. [Em linha] Disponível em: <http://tass.com/politics/939920>, [Consult. em 31 de maio de 2017]
- The Washington Post, 2015. *Opinions in Russia*. [Em linha] Disponível em: <http://apps.washingtonpost.com/g/page/world/opinions-in-russia/1620/>, [Consult. em 31 de maio de 2017]
- Undertheangsanatree, 2015. *The one belt – one road initiative*. [Em linha] Disponível em: <https://undertheangsanatree.blogspot.pt/2015/11/the-one-belt-one-road-initiative.html>, [Consult. em 31 de maio de 2017].

- U.S.-China Economic and Security Review Commission, 2016. *Annual Report to Congress*. [Em linha] Disponível em: https://www.uscc.gov/Annual_Reports/2016-annual-report-congress, [Consult. em 31 de maio de 2017].
- U.S. Department of Defense, 2017. *Statement from Pentagon Spokesman Capt. Jeff Davis on U.S. strike in Syria*. [Em linha] Disponível em: <https://www.defense.gov/News/News-Releases/News-Release-View/Article/1144598/statement-from-pentagon-spokesman-capt-jeff-davis-on-us-strike-in-syria/>, [Consult. em 31 de maio de 2017].

2. PAINEL 3 – DEBATE

Moderador:

Professor Doutor José Félix Ribeiro

Oradores:

Dr.^a Isabel Maria Estácio Sendim, em representação do Grupo de Trabalho 1

Dr.^a Filipa Lourenço Neves, em representação do Grupo de Trabalho 2

Audiência:

1. A minha questão prende-se em saber, entre o cenário número dois e o número sete, qual é a escolha dos grupos? Entre estes cenários qual preferem? E qual é que acham que é o mais plausível de acontecer na atual conjuntura? Tendo em conta as apresentações dos painéis anteriores, qual é que acham que pode ser a evolução da China, quer nas três vertentes do cenário número dois, quer nas três vertentes do cenário número sete?
2. Boa tarde. O meu nome é [omitido pela coordenação] e pertenço à Amnistia Internacional. Eu gostei imenso deste painel, mas gostaria de pôr uma questão. Falaram na almofada que a China herdou do império Manchu, constituída pelo Tibete, Xinjiang e Mongólia. Mas, como toda a gente sabe, há uma extrema agitação entre os povos da Mongólia, de Xinjiang e do Tibete. O que pergunto é se é de prever alguma implosão interna na China, por causa desta almofada?

Professor Doutor Félix Ribeiro:

Temos duas questões muito diferentes. Mas, deixava as alunas responderem. Não sei se alguma de vós quer responder...

Mas, deixe-me só dizer uma coisa sobre a questão da plausibilidade, porque aí a responsabilidade também foi minha. Eu sempre disse que nós iríamos trabalhar estes dois cenários, que escolhemos por serem muito contrastados, mas que em nenhum deles a China consegue obter tudo o que quer. Só que consegue coisas diferentes em cada um destes cenários, ou seja, seguimos uma atitude mais realista. Mas eu pedi às pessoas para não começarem a pensar na probabilidade de cada um dos cenários, porque nós não sabemos fazer isso. Portanto, o trabalho que se poderia seguir é que nos ia obrigar a fazer um desdobramento dos cenários em fatores. Em relação aos fatores é que podemos fazer cálculos, não diria de probabilidade, mas sim em relação à sua exequibilidade. E depois, da conjugação disso tudo é que podemos tirar uma hipótese de probabilidade para o cenário. Mas nós

não fizemos isso. E não o fizemos por minha responsabilidade e, também, porque não tínhamos tempo. Portanto, tentámos dar dois cenários contrastados, nos quais a questão básica é que em nenhum deles a China obtém tudo aquilo que quer. Ou seja, em relação a essa questão, eu creio que responderia eu, pela responsabilidade que tenho em não ter feito aquilo que a nossa colega estava a colocar.

Quanto à questão da implosão de Xinjiang, passo a palavra. A questão que foi colocada é: dada a importância daquilo que foi chamado *airbag*, não é por acaso que esse *airbag* começa a estar muito esburacado...

Dr.ª Isabel Estácio Sendim:

A questão da parte interna da China, certo? O tique taque, tique taque, está quase a rebentar dentro da China, não é? Daquilo que nós tivemos a oportunidade de estudar durante o primeiro semestre desta pós-graduação e daquilo que nos fomos apercebendo, é que a China tem um problema interno, que é a classe média. Portanto, de acordo com todos os estudos que temos vindo a desenvolver nestes dois semestres, de facto a China tem uma bomba relógio no seu interior, que o próprio governo chinês terá de saber resolver e terá que conter. Basicamente é a classe média chinesa que cada vez mais vai exigindo do seu governo certas posições, nomeadamente, em termos de direitos humanos. Nós acreditamos que o governo chinês não poderá reivindicar a sua presença totalmente cá fora, porque tem problemas a resolver no seu interior. Só um aparte, nós não desenvolvemos na apresentação, mas será entregue no trabalho final³¹, esse ponto bastante relevante que são os problemas internos da China de que o governo chinês está a par.

Audiência:

3. Sem ir para o tique taque no interior da China, diria que a parte ocidental, o Xinjiang, que no fundo também é Ásia Central, fruto da herança Manchu, fruto do antigo norte mongol e do Turquemenistão, está ligado ao problema da energia. A maior parte da energia, quer venha do corredor do Turquemenistão ou do lado do Cáspio, vai passar no Xinjiang. Considerando que Xinjiang é o ponto de confluência dos combóis, das bitolas e da energia, eu posso considerar ou não a Ásia Central e Xinjiang dentro daquele cenário? Pois o cenário terminou com a Europa de Leste e no Médio Oriente, eu gostaria de perceber se posso ir um bocadinho mais à frente, de tal maneira que apanhe a Ásia Central e Xinjiang – que é uma herança envenenada?

³¹ Disponível na Parte III deste livro.

Professor Doutor Félix Ribeiro:

Relativamente a esta questão, só queria chamar à atenção de que nós não podemos falar de tudo aqui. Nós damos muita importância ao futuro das relações entre os Estados Unidos e a Rússia. Num exercício sobre a China, isso pode parecer, e até é, uma coisa contraproducente. Mas, uma das coisas que nos pareceu é que a Rota da Seda é um desafio geopolítico enorme para a Rússia. Desse ponto de vista é muito difícil perceber como é que os russos podem reagir. Eles tiveram relações muito estreitas quer com a China, quer com o Irão, ao longo desta última década e meia. Mas a China, de uma maneira muito hábil, conseguiu através da Organização de Xangai ter a chave para poder entrar na Ásia Central. E agora com uma mala de dinheiro, entrou por ali fora. Na prática pode rapidamente tomar conta das elites da Ásia Central. E a isso, eu não sei como é que os russos vão reagir. Portanto, nós considerámos que não há garantia da continuação de uma aliança estratégica entre a China e a Rússia. E daí pormos a interrogação do futuro das relações entre os Estados Unidos e a Rússia, com esta presidência. Com esta presidência americana, só para contextualizar, nós tivemos uma sessão a discutir o que era a administração Trump... Ninguém sabe nada sobre o que se vai passar.

Audiência:

4. Consideram um cenário em que a China comece a ter uma atitude mais reativa sobre a questão do Mar da China e com uma perspectiva mais realista? Numa perspectiva chinesa, os realistas são os ocidentais, nomeadamente os Estados Unidos. Até porque o Secretário de Estado da Administração Trump declarou – não sei se foi com ar de piada, ou sarcasmo – que provavelmente os Estados Unidos iriam ter um conflito com a China, especificamente por causa do Mar do Sul da China. Isto pode ser visto da perspectiva dos Estados Unidos como um bom exemplo de realismo. Havendo esta mentalidade, haveria alguma situação em que a China teria de reagir a este tipo de argumentos?

Dr.ª Isabel Estácio Sendim:

Nós ouvimos essas declarações. No entanto quase todos os dias ouvimos declarações que são contrastantes. A Defesa americana diz uma coisa, mas depois a Casa Branca diz outra coisa, no próprio dia. Eu não acredito, como aluna desta Pós-Graduação e como estudiosa, que isso vá acontecer. Acredito sim que exista pressão, que já está a haver, que tal como nós estudamos essa é uma das estratégias utilizada para danificar, para fragilizar, a estratégia chinesa de expansão no Mar do Sul da China e em todos os outros pontos. Já falámos de Taiwan, logo no princí-

pio quando houve a chamada telefónica do Trump com Taiwan, mas, entretanto, já passámos para a Coreia e como ouvimos forças dos Estados Unidos que estavam a caminho da Austrália mudaram a rota para a Coreia do Sul, mas depois ouvimos outra coisa... Portanto, estamos constantemente a ouvir diferentes comunicações. No entanto não acredito, pois, até como a China já mencionou, quem interferir naquela zona terá depois de se responsabilizar pelos atos, entenda-se interferir de uma forma militar. Eu acredito que, neste momento, a China vai conseguir aquilo que almeja, mas da forma diplomática. E Trump também o tentará fazer de forma diplomática. Esta é a minha opinião, talvez demasiado positiva...

Dr.^a Filipa Lourenço Neves:

Numa das cadeiras que tivemos no semestre anterior, nós falámos muito em relação à diplomacia da China, portanto esse cenário, especialmente para os alunos da Pós-Graduação, não está tanto em cima da mesa. Porque nos foi ensinado que a China está a tentar a nível diplomático chegar onde quer chegar. Portanto os conflitos a nível militar não estão nos horizontes da China.

Professor Doutor Félix Ribeiro:

Só queria chamar a atenção para uma coisa. Nós não tivemos tempo de estudo para estudar as fações dentro do Partido Comunista Chinês. E sem estudar as fações dentro do Partido Comunista Chinês, nós não temos qualquer capacidade de antecipar uma coisa que nos possa surpreender. Eu, que estava com os nossos colegas na turma, não sabia. Nós tentámos fazer um exercício, num número muito limitado de aulas, sobre um assunto muito importante, em relação a um país absolutamente extraordinário que é a China, com toda a sua cultura e a sua diferença. Mas, que também teve pelo meio uma coisa que marcou muito a minha juventude, que eram os escritos militares do Mao. Os escritos militares do Mao são uma leitura fundamental para compreender que as estratégias não são necessariamente agressivas. O carácter agressivo não é definidor da estratégia, quer dizer, umas são agressivas e outras não são agressivas.

Dr.^a Isabel Estácio Sendim:

Eu confesso que para poder apresentar o cenário número sete, eu pedi que nada acontecesse na Coreia, entretanto. Tivemos estes meses a pensar que podia rebentar a qualquer momento, qualquer coisa... Por isso fiquei muito feliz por não ter acontecido. Amanhã já pode, ou daqui a um bocadinho, mas agora ainda não.

POSFÁCIO DE AUTORES

COORDENAÇÃO

Teresa Ferreira Rodrigues é doutor em História (História Económica e Social - Séculos XIX e XX, especialidade Demografia Histórica), mestre em Demografia Histórica e Social e licenciada em História, tendo frequentados os respetivos cursos na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (UNL). Atualmente, é Professora Doutora Associada com Agregação em Relações Internacionais (especialidade: Ecologia Humana) na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, da Universidade Nova de Lisboa, integra o Departamento de Estudos Políticos da FCSH e é Professora Convidada da Nova *Information Management School*, ambos da UNL. É coordenadora de três Pós-graduações: Estudos Estratégicos e de Segurança (parceria Nova e IDN-MDN); Globalização, Diplomacia e Segurança (parceria Nova, IDi-MNE e IUM-Estado Maior General das Forças Armadas-MDN); Gestão de Informações e Segurança (parceria Nova, IDN-MDN e SIRP-PCM). É membro da Direção do IPRI-UNL, onde coordena a área dos *Foresight and Strategic Planning* e membro de várias associações nacionais e internacionais no âmbito dos estudos demográficos e das relações internacionais. Responsável e membro de projetos de âmbito nacional e internacional, nomeadamente do Ministério da Defesa Nacional, da Fundação para a Ciência e Tecnologia e outros fundos Comunitários. Autora de centena e meia de artigos e doze livros publicados. É investigadora do Centro de Investigação e Desenvolvimento do Instituto Universitário Militar.

Rui Jorge Roma Pais dos Santos é Tenente-Coronel de Infantaria Paraquedista do Exército Português. É licenciado em Ciências Militares – Ramo Infantaria; mestre em Ciências Militares – Infantaria, ambos na Academia Militar e em Ciências Militares – Segurança e Defesa, no Instituto Universitário Militar, e doutorando em Relações Internacionais, especialidade em Estudos de Segurança e Estratégia, na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Está habilitado com os cursos de carreira e outros cursos militares, dos quais se salientam o Curso de Estado-Maior Exército, o Curso de Estado-Maior Conjunto e o Curso de Instrutor de Paraquedismo Militar. Ao longo da maior parte da sua carreira prestou serviço na Brigada de Reação Rápida. Desempenhou seis missões internacionais em Timor Leste, Bósnia-e-Herzegovina, Afeganistão e Kosovo. No âmbito da docência participou em quatro missões de Cooperação Técnico-Militar (Moçambique e Angola). Desempenha atualmente funções de docente no Instituto Universitário Militar, desde 2013. É investigador do Instituto Português de Relações Internacionais e do Centro de Investigação e Desenvolvimento do Instituto Universitário Militar.

AUTORES³²

José Duarte de Jesus é embaixador jubilado, licenciado em História e Filosofia, mestre em Lógica Matemática e doutor em História das Relações Internacionais. Como Embaixador jubilado, serviu em Marrocos, RFA, França, Comunidade Económica Europeia, ex-Checoslováquia, Congo Kinshasa, Congo Brazzaville, Republica Centro africana, Ruanda e Burundi, Ulan Bator, Otava, Pyong Yang e Pequim. Depois de jubilado, tem sido professor convidado em várias universidades. Tem numerosos livros e artigos publicados em revistas, em Portugal e no estrangeiro.

Fátima Carina de Oliveira Soares é licenciada em Relações Internacionais pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa. O interesse de investigação em relação à China surgiu no último ano de Licenciatura durante o seu semestre de Erasmus na *Friedrich-Alexander-Universität Erlangen-Nürnberg*, na Alemanha. E estagiou no Camões, I.P. Para além da iniciativa “Uma Faixa, uma Rota”, tem desenvolvido trabalho no âmbito da estratégia marítima chinesa e indiana. Atualmente é Presidente da Associação da Juventude Portuguesa do Atlântico, Bolseira de investigação da FCT e aluna da Pós-Graduação em Globalização, Diplomacia e Segurança.

Luís Tomé é doutor em Relações Internacionais pela Universidade de Coimbra, mestre em Estratégia pelo ISCSP da Universidade de Lisboa e licenciado em Relações Internacionais pela Universidade Autónoma de Lisboa (UAL). É Professor Associado na Universidade Autónoma de Lisboa (UAL), coordenador científico do *Observare*, diretor-adjunto do Anuário Janus e da revista científica Janus.net. Professor convidado do Instituto da Defesa Nacional e do Instituto Universitário Militar, bem como *Visiting Professor de La Sapienza Università di Roma*, Itália e da *Middle East Technical University (METU)*, Ancara-Turquia. Foi adjunto/técnico especialista para as Relações Internacionais e o combate ao terrorismo no Gabinete da Ministra da Administração Interna. Tem uma vasta obra publicada e frequentemente convidado de vários órgãos de comunicação social, analisando e comentando assuntos de política internacional e segurança.

José Alberto Rosário dos Santos Gonçalves é Capitão-de-fragata da Armada. É licenciado em Ciências Militares Navais pela Escola Naval, especializado em Artilharia, frequentou o Curso de Tática e Operações Navais, no Centro de Instrução de Tática Naval e o Curso Geral Naval de Guerra no Instituto Superior Naval de Guerra. Está habilitado com o Curso de Estado-Maior Conjunto pelo Instituto de Estudos

³² Os autores estão ordenados de acordo com a ordem de publicação dos artigos.

Superiores Militares. No mar, serviu como Oficial Navegador na corveta Jacinto Cândido, como Chefe do serviço de Operações de Superfície e Antiaérea na fragata João Belo e como Oficial Imediato da corveta António Enes. Atualmente presta serviço no Instituto Universitário Militar, onde é docente da Área de Ensino de Estratégia.

Carla Isabel Patrício Fernandes é licenciada em História e Ciências Sociais, mestre em Estudos Chineses e doutor em Relações Internacionais, com o tema “China Hoje – Necessidades Energéticas e Relações Internacionais. As Relações com os Países de Língua Portuguesa”. Possui o Curso de Gestão Civil de Crises, o Curso de Auditores de Defesa Nacional e o Curso de Língua e Cultura Chinesa, este último na Universidade de Macau. É Professora Auxiliar Convidada da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Investigadora Integrada do IPRI-UNL e Coordenadora do Projeto de investigação financiado pela FCT “Geo4GER - A Geopolítica do Gás e o Futuro da relação Euro-Russa”. Investigadora Associada do Centro de Investigação de Segurança e Defesa do Instituto Universitário Militar. É membro do Grupo de Segurança Energética do Instituto de Defesa Nacional e autora de artigos e livros publicados nas áreas de energia e segurança e República Popular da China. Foi Presidente da Assembleia do Instituto Português de Sinologia e Vice-presidente da Direção do Observatório da China.

Maria Seabra Aveiro de Freitas é licenciada em Relações Internacionais pela Universidade Nova de Lisboa. Possui o Curso de Formação Avançada para a Negociação Europeia no Centro Europeu Jean Monnet (Lisboa) e no Parlamento Europeu (Bruxelas). Atualmente frequenta a Pós-Graduação em Globalização, Diplomacia e Segurança. Foi Estagiária na Procuradoria-Geral da República em Direitos Humanos e é Colaboradora do Departamento de Relações Externas da *Youth Association for Geopolitical Understanding* - associação que promove eventos sobre temas como Guerras Híbridas, Terrorismo, Crise Migratória e Estudos da Paz.

José Manuel Delgado Félix Ribeiro é licenciado em Economia pelo Instituto Superior Ciências Económicas e Financeiras e doutor em Relações Internacionais pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Da sua vasta carreira salienta-se ter sido técnico do Grupo de Estudos Básicos de Economia Industrial e da Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica. Colaborou com a Secretaria de Estado do Planeamento com trabalhos na área da economia internacional e da estratégia de desenvolvimento. Foi Diretor de Serviços e Subdiretor-Geral no Departamento de Prospetiva e Planeamento. Coordenou e participou em diversas equipas nas áreas da economia, da prospetiva e das estratégias de desenvolvimento. Possui uma extensa carreira académica, com participação regular em cursos ministrados pela Universidade Nova de Lisboa, Instituto Nacional de Administração,

Instituto de Defesa Nacional e Instituto Universitário Militar, entre outras instituições de ensino. Tem numerosos estudos e artigos publicados, na área de economia internacional, da prospetiva e das estratégias de desenvolvimento.

Isabel Estácio Sendim é licenciada na área das Línguas, pós-graduada em Protocolo, Imagem e Organização de Eventos pelo ISLA, formada em Língua e Cultura Francesas pela Universidade de Genebra, e ainda em Língua e Cultura Chinesas (*Beijing Language and Cultural University e Communication University of China*). Atualmente frequenta a pós-graduação em Globalização, Diplomacia e Segurança na Universidade Nova de Lisboa. Trabalhou sempre ligada à área da China, desde o setor do turismo, à tradução (interpretação), na Câmara de Comércio e Industria Luso-Chinesa.

Filipa Lourenço Neves é licenciada em Línguas, Literaturas e Culturas pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Possui um profundo interesse Interessada pelos estudos de Diplomacia e Relações Internacionais. Presentemente encontra-se a frequentar a Pós-Graduação de Globalização, Diplomacia e Segurança.

